



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JULLIANA PENA DE CARVALHO SANTOS

**DETERMINANTES SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA EVASÃO
ESCOLAR: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO
– *CAMPUS SERRINHA***

Feira de Santana
2022

JULLIANA PENA DE CARVALHO SANTOS

**DETERMINANTES SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA EVASÃO
ESCOLAR: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO
– *CAMPUS SERRINHA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dra. Maria de Lourdes Haywanon Santos Araújo.

Feira de Santana – BA
2022



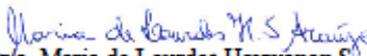
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271 de 14/12/2004
Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

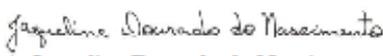
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

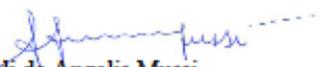
JULLIANA PENA DE CARVALHO SANTOS

"DETERMINANTES SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – CAMPUS SERRINHA" Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Políticas Educacionais, Movimentos Sociais e Processos de Educação, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 18 de julho de 2022.


Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Haywanon S. Araújo
Orientador/a – UEFS


Prof^a. Dr^a. Jaqueline Dourado do Nascimento
Primeiro/a Examinador/a - UFCA


Prof^a. Dr^a. Amali de Angelis Mussi
Segundo/a Examinador/a – UEFS

RESULTADO: APROVADO

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Santos, Julliana Pena de Carvalho
S235d Determinantes sociais e pedagógicos da evasão escolar: um estudo no Instituto Federal Baiano – Campus Serrinha / Julliana Pena de Carvalho Santos. - 2022.
138f.: il.

Orientadora: Maria de Lourdes Haywanon Santos Araújo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. Evasão escolar. 2. Política de permanência. 3. Ensino médio.
4. Instituto Federal Baiano. I. Araújo, Maria de Lourdes Haywanon Santos, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 378.141

Dedico este trabalho à minha mãe Jaciara, ao meu esposo Marcelo e às minhas filhas Elisa e Maísa, melhor parte de mim.

AGRADECIMENTOS

À Deus, acima de todas as coisas!

À minha mãe, Jaciara, pelo amor incondicional, pela confiança a mim depositada e, acima de tudo, por ter cuidado com tanto zelo da minha família e do meu lar em todos os momentos em que estive ausente.

Ao meu pai, Jorge Luiz (em memória).

Às minhas filhas, Elisa e Maísa, fonte inesgotável de amor, agradeço por tudo e por tanto.

Ao meu esposo, Marcelo, pelo amor, cumplicidade, paciência e respeito aos meus sonhos.

À minha prima-irmã, Rafaella, pelo apoio, amizade e união.

À professora e orientadora, Maria de Lourdes Haywanon S. Araújo, (Lore), pela competência, generosidade e paciência na condução deste trabalho. Eu não poderia ter orientadora melhor!

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), em especial ao *campus* Serrinha, pelo compromisso com a capacitação de seus profissionais.

Aos colegas de trabalho do IF Baiano pela confiança e pelas contribuições para a realização dessa pesquisa, em especial à Robson Marques, Silvana Carvalho, Maria de Fátima Santos, Tamille Marins, Osidenie Evangelista e Carlos Eduardo Santos.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que mesmo em meio ao contexto pandêmico se fizeram presentes, em especial Analine Falcão, Jocelandia Cerqueira e Daniele Brito.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Polemica, por compartilharem comigo um pouco de seus conhecimentos.

Aos professores do PPGE da UEFS, em especial, Elizabeth Pereira Barbosa, pelo conhecimento, cuidado e carinho de sempre.

Aos professores membros da banca de qualificação e de defesa da dissertação, meus agradecimentos pelas importantes contribuições à pesquisa.

Agradeço aos estudantes que responderam ao questionário eletrônico e concederam as entrevistas.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

Muito obrigada!

“E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas.”

Freire (2002, p. 16).

RESUMO

A evasão escolar é um fenômeno complexo que provoca consequências de ordem educacional, econômica, familiar e social. Além disso, a evasão destaca-se por suas mais variadas causas, que podem se manifestar isoladas ou por meio de uma somatória de fatores, como a necessidade de trabalhar, tempo de dedicação aos estudos, dificuldade com transporte, doença, gravidez, dentre outros. Esse trabalho pretendeu compreender os determinantes sociais e pedagógicos que corroboram para a evasão no Instituto Federal Baiano, *campus* Serrinha, dos alunos matriculados nos cursos técnicos – integrado ao ensino médio e subsequente – no período de 2016 a 2019. Utilizou-se da abordagem qualitativa, do tipo Estudo de Caso, além de pesquisa descritiva. A análise dos dados evidencia que os fatores que contribuem para a evasão escolar são diversos, complexos e heterogêneos, possuindo uma significativa ligação em relação ao aluno e ao contexto em que vive. Identificou que os alunos evadidos apresentam um perfil com idade entre 21 e 40 anos, sendo em sua maioria do gênero feminino e com uma renda familiar que não ultrapassa a dois salários mínimos. Mostrou ainda que embora as ações da assistência estudantil não tenham sido capazes de evitar as saídas, devido à existência de fatores externos, estas se configuraram de extrema importância para a permanência e êxito de diversos alunos, evitando com isso, um maior número de evasão.

Palavras-chave: evasão escolar; políticas de permanência; ensino médio; Instituto Federal Baiano.

ABSTRACT

School dropout is a complex phenomenon that causes educational, economic, familiar, and social consequences. In addition, dropout is notable for its many different causes, which can manifest themselves alone or through a combination of factors, such as the need to work, time dedicated to studies, difficulties with transportation, illness, and pregnancy. This work aimed to understand the social and pedagogical determinants that corroborate the dropout at the Federal Institute of Bahia, Serrinha *campus*, of students enrolled in technical courses – integrated to high school and subsequent – from 2016 to 2019. The qualitative approach was used for the case study type and descriptive research. The data analysis shows that the factors contributing to school dropout are diverse, complex, and heterogeneous, having a significant connection between the student and the context in which he lives. Identified that dropout students have a profile aged between 21 and 40 years, being mostly female and with a family income, that does not exceed two minimum wages. It also showed that although the student assistance actions were not able to avoid the dropouts, due to the existence of external factors, they were extremely important for the permanence and success of several students, thus avoiding a greater number of dropouts.

Keywords: school dropout; permanence policies; high school; Federal Institute of Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização dos campi do IF Baiano e de seus polos de educação a distância, segundo os Territórios de Identidade do estado da Bahia	29
Figura 2 - Foto da fachada principal do Instituto Federal Baiano, campus Serrinha	30
Figura 3 - Localização do Território de Identidade do Sisal no estado da Bahia.....	32
Figura 4 - Organização Escolar, Tipos e Causas da Evasão.....	44
Figura 5 - Tipologia de Políticas Públicas.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação dos alunos do curso de Agroecologia entre os anos de 2016 e 2019	71
Gráfico 2 - Situação dos alunos do curso de Agropecuária entre os anos de 2016 e 2019	72
Gráfico 3 - Situação dos alunos do curso de Agroindústria (Proeja) entre os anos de 2016 e 2019	73
Gráfico 4 - Dados de evasão referentes aos cursos de Agroindústria, Agropecuária e Agroecologia	74
Gráfico 5 - Ano com maior taxa de evasão no curso de Agroindústria.....	75
Gráfico 6 - Idade dos alunos que responderam ao questionário da pesquisa	76
Gráfico 7 - Gênero dos alunos evadidos que responderam ao questionário.....	79
Gráfico 8 - Estado civil dos estudantes evadidos que responderam ao questionário	80
Gráfico 9 - Tipo de imóvel que reside	80
Gráfico 10 - Zona em que reside	81
Gráfico 11 - Acesso aos serviços de energia elétrica, água encanada, rede de esgoto e internet	82
Gráfico 12 - Quantidade de pessoas com quem mora	83
Gráfico 13 - Renda familiar.....	83
Gráfico 14 - Trabalho que desenvolve	85
Gráfico 15 - Determinantes da evasão I	88
Gráfico 16 - Determinantes da evasão II.....	90
Gráfico 17 - Determinantes da evasão III.....	93
Gráfico 18 - Influência da família para escolha do curso.....	99
Gráfico 19 - Influência dos amigos que fazem o curso	100
Gráfico 20 - Influência do mercado de trabalho na escolha do curso	102
Gráfico 21 - Influência do desejo de realização profissional/pessoal/aptidões para a escolha do curso	102
Gráfico 22 - Estudantes contemplados no PAISE em 2016	105
Gráfico 23 - Estudantes contemplados no PAISE em 2017	106
Gráfico 24 - Estudantes contemplados no PAISE em 2018	107
Gráfico 25 - Estudantes contemplados no PAISE em 2019	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de Cursos Técnicos disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha.....	32
Quadro 2 - Quadro de Cursos de nível superior disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha .	34
Quadro 3 - Quadro de Cursos de pós-graduação disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha	35
Quadro 4 - Continuação dos cursos de pós-graduação disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha.....	36
Quadro 5 - Definição de evasão e amplitude do conceito	39
Quadro 6 - Categorias de fatores da evasão	45
Quadro 7 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil	53
Quadro 8 - Descrição dos auxílios do PAISE do IF Baiano.....	60
Quadro 9 - Fatores e as respectivas intervenções referentes à evasão.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de matrículas anual do IF Baiano campus Serrinha	31
Tabela 2 - Números de matrículas, evadidos e taxas de evasão em âmbito nacional, regional, estadual da Rede Federal de Educação Profissional nos anos de 2018 e 2019	41
Tabela 3 - Números total de alunos matriculados e evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja) entre 2016 e 2019.	74
Tabela 4 - Gênero dos alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja) entre 2016 e 2019	77
Tabela 5 - Gênero dos alunos evadidos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja) entre 2016 e 2019	78
Tabela 6 - Porcentagem por gênero dos alunos matriculados e evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja), entre 2016 e 2019.....	78
Tabela 7 - Renda familiar per capita entre crianças e adolescentes fora de escola, Brasil, 2019	84

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAE	Coordenação de Assistência ao Educando
Cefet	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
EAD	Ensino a distância
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EFA	Escola Família Agrícola
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FNB	Frente Negra Brasileira
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IF Baiano	Instituto Federal Baiano
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério de Educação e Cultura
Napsi	Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAE	Política de Assistência Estudantil
PAE	Programa de Auxílios Eventuais
Pais	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PAISE	Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante

Paiub	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Pincel	Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnae	Programa Nacional de Assistência Estudantil
Pnas	Política Nacional de Assistência Social
PNDH II	Plano Nacional de Direitos Humanos II
PNE	Planos Nacionais de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
Proap	Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico
Proeja	Programa de Educação de Jovens e Adultos
Proep	Programa de Expansão da Educação Profissional
Pronera	Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária
PROPAC	Programa de Incentivo à Participação Política Acadêmica
Pro-Saúde	Programa de Prevenção e Assistência à Saúde
Prouni	Programa Universidade para Todos
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério de Educação
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional da Indústria
Setec/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
Siga	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
Sistec	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SRA	Secretaria de Registros Acadêmicos
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	21
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - IF BAIANO	25
2.2	CONHECENDO O IF BAIANO - <i>CAMPUS SERRINHA</i>	29
3	CONCEPÇÕES ACERCA DA EVASÃO	37
3.1	FATORES MOTIVADORES DA EVASÃO	43
4	CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	47
4.1	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO.....	54
5	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	62
5.1	TIPO DE ESTUDO	62
5.2	<i>LOCUS</i> DO ESTUDO	63
5.3	COLETA DE DADOS	64
5.4	ANÁLISE DE INFORMAÇÕES	66
6	RESULTADO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	69
6.1	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E DEMAIS INSTRUMENTOS DE COLETA	69
6.1.1	Perfil socioeconômico	75
6.1.1.1	<i>Idade</i>	76
6.1.1.2	<i>Gênero</i>	77
6.1.1.3	<i>Estado civil</i>	79
6.1.1.4	<i>Residência (quanto ao tipo, localização, infraestrutura, quantidade de pessoas que residem com o estudante)</i>	80
6.1.1.5	<i>Condições econômicas</i>	83
6.1.2	Determinantes que interferem no índice de evasão escolar	87

6.2	FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ESCOLHA DO CURSO E PODEM INTERFERIR NA PERMANÊNCIA DO ALUNO NA INSTITUIÇÃO	97
6.3	LEVANTAMENTO DOS ALUNOS SOLICITANTES E CONTEMPLADOS NO PAISE.....	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS	114
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
	APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA	123
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS ESTUDANTES EVADIDOS	124
	APÊNDICE D - ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES EVADIDOS	127
	APÊNDICE E - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA A PESQUISA.....	128
	ANEXO A - OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA	130
	ANEXO B – EDITAL N° 27/2019 PAISE.....	131
	ANEXO C – QUADRO DE ANÁLISE SOCIOECONÔMICA 2020	138

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um dos principais problemas que afeta as instituições de ensino, com isso, a busca por políticas públicas para combater esse fenômeno torna-se cada vez mais necessária. É importante compreender as diversidades e especificidades nas quais as escolas estão inseridas, pois o abandono escolar representa, ainda, um entrave para a melhoria dos indicadores educacionais e, conseqüentemente, para o crescimento econômico e possibilidades de opções para o trabalho e realização profissional, refletindo negativamente no bem-estar de toda a sociedade. Dessa forma, é essencial que se compreenda os determinantes sociais e pedagógicos da evasão, visando encontrar alternativas para erradicá-la ou reduzi-la ao menor índice possível.

Segundo dados do Censo Escolar 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ano de 2019, foram registradas 47,9 milhões de matrículas nas 180,6 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 582 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2018 (BRASIL, 2020a). Isso mostra que mesmo a educação sendo garantida como um direito social, conforme preconiza a Constituição Federal do Brasil de 1988, ainda não foi possível atingir a universalização.

A busca pela investigação das causas que apontam para a evasão é desafiadora, pois não existe um motivo específico e único para tal problemática. As causas são distintas e complexas, múltiplas e variadas, e fatores relacionados à escola, família e trabalho podem contribuir para o fenômeno da evasão.

Estudos como o de Dore e Luchar (2011); Fritsch, Rocha e Vitelli (2015); e Veiga (2016) mostram que as possibilidades de intervenção para combater a evasão escolar podem estar relacionadas à necessidade de trabalho, falta de estímulo, dificuldade de aprendizagem, relacionamento professor-aluno, qualidade de ensino, causas relativas às práticas pedagógicas e institucionais (formas de avaliação inadequadas e regulamentos rígidos), falta de apoio familiar, entre outros. A partir dessa gama de motivos, percebe-se que os fatores determinantes da evasão são diversos e não são isolados, isso quer dizer que se deve considerar tanto as causas intraescolares como as extraescolares.

No âmbito dessa discussão, essa pesquisa se utilizará do conceito descrito pela Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras, em estudo realizado no ano de 1996, que compreende a evasão como a saída precoce do aluno, ou seja, antes da

conclusão do curso, abrangendo as várias modalidades de saída como abandono, desistência, transferência ou exclusão por norma institucional (BRASIL, 2014).

Diante do que foi exposto e entendendo a importância de se discutir o direito à educação, surge a motivação pelo tema proposto. O interesse se dá a partir da minha experiência profissional enquanto servidora efetiva do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), *campus* Serrinha, ocupando o cargo de assistente social. As inquietações surgem ao perceber que uma instituição que oferta ensino público, gratuito e de qualidade, possui uma estrutura física moderna, professores qualificados, equipe multiprofissional e uma Política de Assistência Estudantil (PAE), que visa garantir a permanência e o êxito dos estudantes matriculados por meio de diversos programas, inclusive programas de transferência de recurso financeiro ao aluno que comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica, não foi o suficiente para fazer com que todos os alunos conseguissem concluir seus respectivos cursos.

Essas indagações trazem preocupações e questionam os profissionais da instituição quanto à efetividade das ações que estão sendo desenvolvidas, bem como as estratégias de enfrentamento de combate à evasão. Essa problemática reforça a ideia de que não existe apenas um determinante específico para a saída precoce do aluno, ou seja, antes da conclusão do curso, mas uma diversidade de fatores internos e externos que contribuem para esta decisão. Portanto, a identificação desses fatores é de extrema importância para evitar novas saídas, principalmente aquelas relacionadas à escola, além de possibilitar uma reflexão crítica sobre evasão escolar, os determinantes sociais e seus impactos na sociedade.

No ano de 2016, o instituto construiu um Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes, elaborado a partir de diagnósticos quantitativos e qualitativos, considerando as especificidades de cada região e território nos quais estão inseridos os diversos *campi* do IF Baiano. A finalidade desse plano foi compreender os processos de evasão e retenção na instituição, além de apresentar propostas para intervenção e monitoramento de ações que visem a superação desses problemas (IF BAIANO, 2016).

Nesse estudo, foram considerados todos os aspectos que envolvem o processo educativo e os sujeitos singulares que formam a pluralidade do IF Baiano. Contudo, por ter iniciado suas atividades no ano de 2015, o *campus* Serrinha não foi contemplado. Por esse motivo, a relevância social dessa pesquisa se justifica também pela ausência de estudos sobre evasão no IF Baiano, *campus* Serrinha, *lócus* da pesquisa.

Diante desse contexto, a pesquisa ora apresentada investigou as seguintes questões norteadoras: quais os percentuais de evasão dos alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente, no período compreendido entre 2016 e 2019, no IF

Baiano, *campus* Serrinha? Quais os fatores sociais e pedagógicos que motivam essa evasão? Qual o perfil desses alunos que evadem dos cursos técnicos? No âmbito das políticas afirmativas desenvolvidas no *campus*, de que forma elas contribuem para permanência e o êxito dos alunos matriculados?

Nessa perspectiva, o estudo tem como objetivo geral compreender os determinantes sociais e pedagógicos que corroboram para a evasão no Instituto Federal Baiano, *campus* Serrinha, dos alunos matriculados nos cursos técnicos – integrado ao ensino médio e subsequente – no período de 2016 a 2019.

Para tanto, buscou-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar os números da evasão no IF Baiano, *campus* Serrinha, dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente, nos anos de 2016 a 2019;
- Conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes evadidos no IF Baiano, *campus* Serrinha nos cursos técnicos – integrado ao ensino médio e subsequente – no período de 2016 a 2019;
- Identificar os motivos que levam os alunos a evadirem;
- Investigar o alcance das políticas afirmativas, ofertadas aos alunos, no *campus* Serrinha.

Essa pesquisa foi estruturada e organizada em seções, iniciando por esta – a introdução – que apresenta uma breve contextualização sobre o objeto de estudo, delinea-se o problema e objetivos da pesquisa, bem como sua motivação e relevância.

Na segunda seção, é apresentado um breve histórico da educação profissional no Brasil, buscando ressaltar a sua importância desde a Escola de Artes e Artífices, passando pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Centro Federal de Educação Técnica (Cefet), até o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), os quais foram instituídos pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Ainda se apresenta o IF Baiano, sua abrangência e importância enquanto instituição *multicampi* que garante a interiorização e democratização da educação profissional nos seus diversos *campi* espalhados no estado da Bahia. Também foi descrito o *campus* Serrinha, local de aplicação da referida pesquisa e que fez parte da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com início de suas atividades em 14 de março de 2016.

Na terceira seção, foi realizada uma explanação sobre a evasão escolar, seus conceitos e os fatores motivadores. Diversas teorias explicam a evasão escolar e essas perpassam desde os fatores externos como família, saúde, dificuldade financeira, dificuldade de aprendizagem,

transportes e falta de tempo para estudar, até os fatores internos como falta de identificação com o curso, adaptação com a rotina escolar, currículo, professor, didática, entre outros.

A quarta seção desse estudo traz uma discussão sobre políticas públicas, além de apresentar um estudo sobre ampliação das políticas educacionais ao longo do tempo. Expõe, também, a política de assistência estudantil do IF Baiano, destacando os programas desenvolvidos nessa instituição.

Na quinta seção, é traçado o caminho metodológico realizado na pesquisa, descrevendo a escolha pelo tipo de estudo, as entrevistas com os sujeitos e a aplicação de questionários. Essa seção aborda, ainda, os instrumentos de coleta utilizados e a forma de análise de dados. Para esse estudo metodológico utilizaram-se as contribuições dos autores: Gil (1999, 2002); Minayo (1994, 2007); Dezin e Lincoln (2006); Fonseca (2002); e Bardin (2006).

A sexta seção traz os resultados das análises a partir dos dados obtidos por meio da utilização dos instrumentos mencionados na metodologia, fazendo um diálogo junto aos autores que discutem essa temática. Por fim, nas considerações finais, apontam-se os resultados da pesquisa, reconhecendo as limitações do estudo, bem como o diálogo sobre políticas de combate à evasão e ações que possibilitem a redução da taxa de evasão no IF Baiano, *campus* Serrinha.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A relação entre educação básica e profissional, no Brasil, está marcada pela dualidade de um sistema que se voltava para as elites e outro para as classes populares. Tal distinção se configura como uma expressão concreta de uma divisão social mediada pela educação. A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começa em 1909, quando o então Presidente da República Nilo Peçanha, aproveitando as ideias defendidas por Afonso Pena, criou as Escolas de Aprendizes e Artífices e instalou dezenove delas em 1910 nas várias unidades da Federação, com o objetivo de afastá-las da marginalidade e proporcionar qualificação profissional aos menos favorecidos (MOURA, 2007).

Para Ramos (2014, p. 23-24), no Brasil, a educação profissional tem sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes. Tais medidas são marcadas pela divisão de classes, evidenciando uma distinção entre os que pensam e os que executam, pois por um lado era ofertada uma formação para as camadas mais pobres, tidas como miseráveis, e por outro lado os cursos oferecidos serviam aos interesses dos jovens das elites, como o ensino agrícola para capacitar chefes de cultura e administradores.

Contudo, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do Ensino Agrícola revelou um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país, ampliando suas perspectivas de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria (RAMOS, 2014).

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por grandes transformações políticas e econômicas na sociedade brasileira, repercutindo de forma bastante profunda, também, sobre a educação. No ano de 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser liceus profissionais, com o objetivo de ofertar Educação Profissional, pois era um momento de grandes transformações no Brasil, em que aos poucos se inseria no país o capitalismo industrial e, conseqüentemente, o fortalecimento da indústria e do emprego. Nesse período, a formação dos trabalhadores é tratada como uma necessidade da expansão industrial, porém, isolada da política educacional, tornando-se fundamental o investimento na formação profissional da população, uma vez que as indústrias necessitavam de mão de obra qualificada (SILVA; ROMANOWSKI, 2017).

Ainda segundo Silva e Romanowski (2017), no ano de 1941, entraram em vigor as Leis Orgânicas, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que possibilitaram importantes mudanças

para todo o ensino do país como, por exemplo, o Ensino Profissional passou a ser considerado de nível médio e o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão. Os cursos foram divididos em dois níveis, correspondendo aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básicos – industrial, artesanal, de aprendizagem e mestria; e o segundo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um ano de estágio supervisionado na indústria, compreendendo várias especialidades.

Contudo, mesmo oferecendo ao sistema oficial de ensino a possibilidade de ministrar diversos tipos de cursos, as Leis Orgânicas não conseguiram acompanhar a demanda produtiva de força de trabalho impulsionada pela expansão econômica da época (SILVA; ROMANOWSKI, 2017).

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices sofreram novas mudanças e passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas, configurando-se, em 1959, como autarquias, e sendo então denominadas como Escolas Técnicas Federais, ganhando autonomia didática e de gestão, e intensificando a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização, conforme descreve o documento Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (SILVA, 2009).

Frente às dificuldades apresentadas pelo sistema de ensino em oferecer a educação profissional exigida pela indústria e a impossibilidade de alocar recursos para adequá-la ao setor produtivo, o Brasil designou o setor industrial como responsável por essa tarefa. Então, ainda no ano de 1942, o Senai foi criado pelo Decreto Lei nº 4.048, de 22 de janeiro, cujo objetivo era apoiar a indústria na formação de recursos humanos, por meio da Educação Profissional e da prestação de serviços destinada ao trabalhador da indústria, sendo esse o objetivo até os dias de hoje. No ano de 1946, foi criado o Senac, por meio do Decreto Lei nº 8.621, com oferta da Educação Profissional destinada à formação de trabalhadores do comércio (SOUZA, 2011).

Entretanto, em 1971, aconteceu uma mudança em decorrência da Lei nº 5.692, que regulamentava o ensino de primeiro e segundo grau, obrigando a oferta do ensino profissional integrado a esse último nível. Essa mudança afetou não só a oferta de educação profissional, que antes era feita em instituições especializadas, mas desestabilizou todo o sistema, visto a falta de preparo estrutural para comportar os esforços despendidos à democratização da educação. Depois de dez anos, essa lei foi alterada pela Lei nº 7.044/82, que em seu parágrafo segundo afirma que “a preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1982, art. 4º).

Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei nº 6.545, algumas Escolas Técnicas Federais, como a do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais passaram a se chamar Cefets.

Posteriormente, as demais, juntamente com as escolas agrícolas, atualizaram gradativamente suas nomenclaturas (SILVA; CIASCA, 2021). Os Cefets são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica (BRASIL, 2006).

No início da década de 1990, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC), preocupada em alinhar a formação de técnicos à reestruturação produtiva, mobilizou-se politicamente em dois sentidos: a) implementar um novo modelo pedagógico nas escolas técnicas e Cefets; b) instituir o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transformar todas as Escolas Técnicas Federais em Cefet. Essa última medida realizou-se por meio da aprovação da Lei nº 8948/94 (RAMOS, 2014).

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, às condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro (BRASIL, 2009, p. 5).

Contudo, neste momento, a “cefetização” de todas as escolas técnicas, aprovada pela lei supracitada, ainda não havia se concretizado, devido à ausência de regulamentação. Essa transformação se deu após a aprovação de um projeto apresentado pela instituição, elaborado segundo as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 2.267/1997 (RAMOS, 2014).

Também em 1997, conforme relata Narciso (2015), foi lançado no Brasil o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), com recursos provenientes do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Proep tinha como objetivo principal instituir uma nova concepção de Educação Profissional, modernizando as escolas, adequando os currículos, capacitando os educadores e ofertando cursos balizados na necessidade do mercado de trabalho. Ainda segundo Narciso (2015), o seu maior trunfo foi bifurcar o ensino médio em duas modalidades: propedêutica e profissionalizante. Contudo, esse dualismo evidenciou ainda mais as desigualdades sociais, tendo em vista que somente a formação técnica seria possível aos alunos pobres, os quais atenderiam ao mercado de trabalho e, dessa forma, perderiam a oportunidade de verticalização dos estudos.

No ano de 2003, após a transição do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), houve

uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O primeiro objetivo era que as escolas federais fossem implantadas nos estados que não tinham essas instituições e em periferias de grandes centros urbanos e municípios distantes, porém as potencialidades locais de geração de renda deveriam ser consideradas. Posteriormente, a meta era que o maior número de mesorregiões fosse contemplado com as unidades de ensino em cidades-polo (JOHANN, 2012).

Assim, em 26 de julho de 2004, é promulgado o Decreto nº 5.154, que culminou para uma nova Reforma na Educação Profissional. A promulgação do decreto prevê diferenciadas maneiras de ofertas e sistematização entre o ensino médio e o ensino técnico, possibilitando, então, a modalidade de ensino integrada entre ambos, voltando aos moldes da educação profissional vigente até 1997 (BRASIL, 2004). O Decreto nº 5.154 passa a vigorar somente em 2005, sem a intenção de impor um modelo pronto e acabado, sendo possível que as escolas e os estudantes decidam o que for mais conveniente para cada realidade, permanecendo o modelo antigo, ensino técnico subsequente, ensino médio concomitante, ou seja, em escolas diferentes, podendo, ainda, usufruir de mais uma opção: ensino técnico integrado ao ensino médio em uma mesma escola (NARCISO, 2015).

Em 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.892/2008 são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais apresentam um novo modelo de Educação Profissional, estruturados a partir dos Cefets, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e escolas vinculadas às Universidades Federais.

Conforme cita o art. 2º da lei:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, art. 2º).

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, os Institutos Federais deverão garantir o mínimo de 50% das vagas para atender à educação profissional técnica de nível médio, priorizando a forma de oferta integrada ao ensino médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (Proeja). Além disso, a lei estabelece um percentual mínimo de 20% das vagas para cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica voltados à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional (BRASIL 2009).

Para Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais é um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica, pois agrega à formação

acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico), além de discutir os princípios das tecnologias que dão luz aos elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. A formação proposta por esse projeto é de uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos e, com isso, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana (PACHECO, 2011).

Essa expansão prioriza a descentralização da oferta dos cursos oferecidos, ampliando o acesso à educação profissional, tornando este um processo mais amplo no campo das políticas educacionais do Brasil. Os Institutos Federais possuem como finalidade a promoção da justiça social, da equidade, redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável e regional, com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias, principalmente nos interiores, fortalecendo e dando suporte de forma ágil e eficaz aos arranjos produtivos locais.

Embora a Rede Federal tenha sido utilizada no seu início como um instrumento de política voltado para as classes desprovidas, pode-se dizer que hoje ela é considerada como importante estrutura para que todas as pessoas tenham acesso às conquistas científicas e tecnológicas. A partir da Lei nº 11.892/2008, surgiu a possibilidade de acesso a uma educação profissional que preconiza a formação de sujeitos que deva ser pensada e executada de maneira humana e integral, rompendo com a dualidade da formação existente entre o ensino médio e o técnico, e com as contradições presentes em toda a história da educação profissional brasileira.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - IF BAIANO

A criação dos IFs não está relacionada apenas à preparação do jovem ao mercado de trabalho, mas, também, à formação humana e cidadã que precede a qualificação. Assim, Pacheco (2011) afirma que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional, portanto devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado. Para o autor, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da

vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

O IF Baiano, criado a partir da aprovação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, reuniu as Escolas Federais Agrotécnicas (Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim) e, posteriormente, das Escolas Médias de Agropecuária da Região Cacaueira (Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença). É uma autarquia do Poder Executivo, faz parte da Administração Indireta e é vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

Conforme ressalta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Baiano (2015-2019), a finalidade do instituto é ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O IF Baiano aborda em seu PDI:

Missão: Oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão. **Visão:** Ser uma instituição de educação profissional e tecnológica referência na Bahia, em todas as áreas e modalidades de oferta, sobretudo, no desenvolvimento e fortalecimento de tecnologias agrárias que contribuam para o crescimento socioeconômico e cultural do estado. **Valores:** a) Excelência – pautada na eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão; b) Gestão democrática – pautada nos princípios de justiça, participação, corresponsabilidade; igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão; c) Ética – pautada nos princípios de transparência, justiça social e responsabilidade com o bem público; d) Valorização dos servidores – pautada no fortalecimento e reconhecimento que o desempenho da instituição depende da valorização, do desenvolvimento pessoal e técnico, do bem-estar e da realização profissional de todos os servidores; e) Comprometimento – pautado no comprometimento dos servidores com o atendimento aos objetivos e da missão institucional; f) Compromisso social – pautado no reconhecimento de diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais; g) Sustentabilidade – pautada na responsabilidade social e ambiental (IF BAIANO, 2014, p. 21, grifo do autor).

No IF Baiano, a formação profissional técnica de nível médio, compreendida como um direito do cidadão e pautada em processos formativos para a prática social que articula as atividades intelectuais e manuais de maneira crítica e dialógica, é ofertada, prioritariamente, na forma integrada, conforme o preconizado na Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008). Contudo, o Instituto oferta também os cursos de graduação em tecnologia, licenciatura e bacharelado, e

cursos de pós-graduação, nas diferentes regiões e cidades da Bahia, sempre pautados na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e focados no desenvolvimento regional.

A Educação Profissional no IF Baiano deve ser compreendida como a qualificação ou habilitação dos indivíduos para o desenvolvimento de atividades profissionais, podendo ser de forma complementar ou articulada à educação geral, comprometida com a formação humana e integral para o exercício profissional e cidadão (IF BAIANO, 2014, p. 53).

Os cursos de nível médio são ofertados na modalidade integrada, que se destina àqueles que já concluíram ou estão concluindo o ensino fundamental e pretendem cursar ao mesmo tempo o ensino médio e o ensino técnico, de modo que o estudante tenha a possibilidade de uma preparação para o exercício de profissões técnicas e ampliar as suas chances de inserção no mercado de trabalho. Existem, também, os cursos de nível médio ofertados na modalidade subsequente, em que os estudantes que já concluíram o ensino médio têm a possibilidade de uma formação profissional.

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Proeja é mais um curso ofertado pelo IF Baiano.

São cursos técnicos de nível médio destinados aos jovens e adultos trabalhadores que tiveram o direito à escolaridade negado ou ignorado e que buscam no IF Baiano a formação profissional, inclusão social, valorização e reconhecimento de seus saberes. O PROEJA tem como objetivo elevar a escolarização de jovens e adultos através da formação pessoal e profissional, respeitando a realidade e especificidades dos mesmos (IF BAIANO, 2014, p. 55).

Além dos cursos já mencionados, o IF Baiano está habilitado para a oferta de cursos da educação técnica de nível médio, na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

A proposta da EAD do IF Baiano visa a construção de uma sociedade democrática, plural, justa e ética, proporcionando a possibilidade do desenvolvimento de autonomia, do pensamento crítico e livre, da capacidade criativa e do acesso aos bens culturais historicamente produzidos pelo homem, indispensáveis à dignidade da vida humana, bem como a formação técnica que o prepare profissionalmente para ingresso no mundo do trabalho e/ou para ressignificação do lugar que já ocupa e para o seu permanente desenvolvimento, por meio do acesso à educação (IF BAIANO, 2014, p. 58).

A educação superior também é ofertada no IF Baiano, e os cursos são oferecidos na forma de licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia.

A graduação no âmbito do IF Baiano está pautada em uma concepção de formação que contempla os aspectos humano, político, cultural, científico, técnico, tecnológico, artístico e estético, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de atuar de forma responsável, transformadora e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional (IF BAIANO, 2014, p. 56).

É importante destacar que o IF Baiano é uma Instituição *multicampi*, com inserção em diversos territórios de identidade, visando a interiorização e democratização da Educação Profissional nos seus diversos *campi* espalhados no estado da Bahia. Cada *campus* apresenta particularidades próprias referentes ao seu contexto, o que torna o IF Baiano uma instituição plural, sobretudo na educação de qualidade e no processo de inclusão social da população do campo e da cidade. Corrobora com a ideia de ensino como direito social, uma vez que oferta ensino público de qualidade e possui como princípio pedagógico a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentos essenciais para o desenvolvimento educacional.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é marco epistemológico da identidade institucional, trata de um tripé que coaduna saber, investigação e ação comunitária, que se interligam aos arranjos produtivos dos territórios, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica (IF BAIANO, 2014, p. 74).

Atualmente, o IF Baiano é formado por uma Reitoria, sediada em Salvador, e quatorze *campi* em funcionamento situados em diferentes Territórios de Identidade da Bahia, nos municípios a seguir: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Valença, Uruçuca e Xique-Xique.

Possui também os polos de educação a distância, conforme mostra o mapa abaixo (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de Localização dos campi do IF Baiano e de seus polos de educação a distância, segundo os Territórios de Identidade do estado da Bahia



Fonte: Instituto Federal Baiano (2015, p. 1).

Deste modo, a partir do processo de interiorização dos Institutos Federais, o IF Baiano consegue promover educação pública, gratuita e de qualidade para muitos alunos que, até então, não conseguiam ingressar nesse tipo de escola, muitas vezes devido à localização e à falta de condições de se manter nessas instituições, as quais se concentravam nas capitais ou em grandes centros urbanos.

Os *campi* do IF Baiano apresentam especificidades relacionadas ao contexto em que estão situados, por essa razão existem diversas realidades em um mesmo instituto o que faz com que ela se torne uma instituição plural. O *campus* Serrinha, local de estudo dessa pesquisa, é um dos *campi* mais novos do IF Baiano, conforme será explanado na seção a seguir.

2.2 CONHECENDO O IF BAIANO - CAMPUS SERRINHA

O IF Baiano, *campus* Serrinha, fez parte da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e iniciou suas atividades em 14 de março de 2016, oferecendo Educação Profissional e Tecnológica, pública e gratuita, nas diferentes

modalidades. Está localizado na Estrada Vicinal de Aparecida, no município de Serrinha, na borda do perímetro urbano da sede municipal.

Figura 2 - Foto da fachada principal do Instituto Federal Baiano, campus Serrinha



Fonte: IF Baiano (2022).

Embasado pelo Relatório Final de Pesquisa de Demanda, o *campus* possui uma infraestrutura moderna, com espaços equipados adequadamente e instalações bem conservadas, numa área total de 50.400 m², sendo 6.783,09 m² de área construída, contendo dezesseis salas de aula e sete laboratórios, além de biblioteca, auditório, refeitório, quadra poliesportiva e Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais) (IF BAIANO, 2021).

Em relação aos recursos humanos, atualmente o *campus* conta com 80 servidores efetivos, um temporário e um substituto. Esse total se divide entre a carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e a carreira de Técnico Administrativo em Educação (TAE). Conta, também, com o apoio de 21 terceirizados nas atividades de vigilância, atividades do campo, da limpeza e do apoio administrativo (IF BAIANO, 2021).

O quadro de TAE efetivos é composto por: 01 administrador, 03 assistentes de alunos, 01 assistente em laboratório, 03 assistentes de administração, 02 assistentes sociais, 03 auxiliares em administração, 01 auxiliar de biblioteca, 03 bibliotecários, 01 contador, 01 enfermeiro, 01 nutricionista, 02 pedagogos, 01 psicólogo, 02 técnicos em tecnologia de informação, 02 técnicos em laboratório, 03 técnicos em agropecuária, 01 técnico em alimentos e laticínio, 01 técnico em arquivos, 02 técnicos em assuntos educacionais, 01 técnico em contabilidade, 01 técnico em enfermagem, 01 tecnólogo em cooperativismo e 02 tradutores intérprete de linguagem de sinais. Na composição da equipe de docentes, destacamos a seguinte organização: 6 docentes da área de Agronomia, Agroecologia e Zootecnia; 6 docentes da área de Linguagens; 6 docentes da área de Ciências da Natureza, sendo 4 destes da área de Biologia; 2 docentes da área de Matemática; 5 docentes da área de Ciências Humanas; 3 docentes da área de Alimentos; 5 docentes da área de Educação, Educação

Especial e Libras; 2 docentes da área de Administração; 2 docentes da área de Cooperativismo; 1 docente da área de Informática; 1 docente da área de Meio Ambiente (IF BAIANO, 2021, p. 11).

Em relação ao número de matrículas, *o campus Serrinha* possui os seguintes números, conforme descreve a Tabela 1:

Tabela 1 - Número de matrículas anual do IF Baiano campus Serrinha

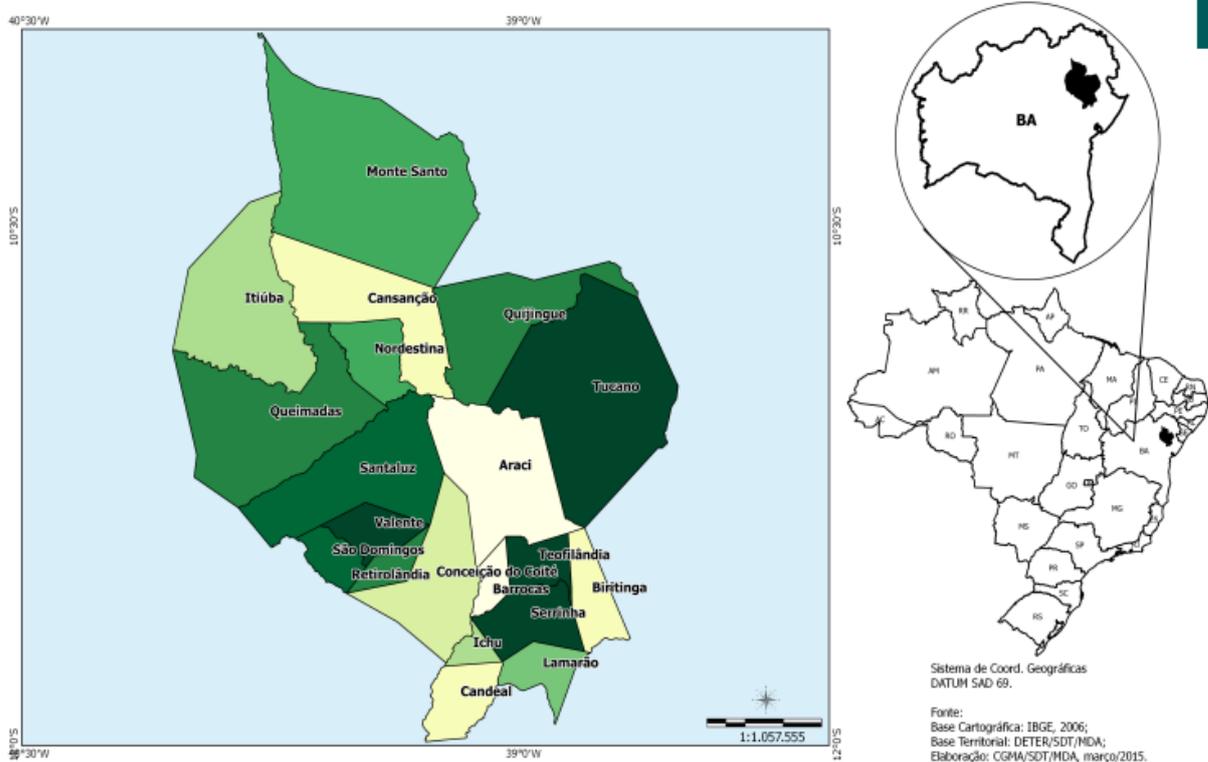
Número de matrículas no IF Baiano <i>campus Serrinha</i>	Ano Base
772	2021
704	2020
943	2019
628	2018
591	2017

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2022).

O município de Serrinha faz parte do Território de Identidade Sisal, com uma distância de 185,4 km da capital do estado e o acesso à região se dá, principalmente, através das rodovias BR-324 e BR-116. Esse território é considerado um dos mais pobres do estado e do país, tendo sua denominação à tradicional cultura do Sisal, também conhecido como Agave, planta rústica originária do México, que se desenvolve em regiões semiáridas. Sua fibra tem vastas utilizações no mercado nacional e internacional, sendo empregada nas indústrias de cordas, papel e confecção, entre outras. A cultura do Sisal está entre as principais atividades econômicas do território, junto com as atividades da pecuária extensiva e da agricultura familiar de subsistência (IF BAIANO, 2014).

Outra característica que se destaca é que as cidades são geograficamente próximas umas das outras, proporcionando, assim, uma ampla capacidade de articulação entre si. Os municípios que englobam o território do Sisal são: Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. A Figura 3 indica a localização de cada município.

Figura 3 - Localização do Território de Identidade do Sisal no estado da Bahia



Fonte: Brasil (2015, p. 1).

O *campus* Serrinha oferta cursos da educação profissional técnica de nível médio nas modalidades integrada ao ensino médio, subsequente e Proeja (Quadro 1). O acesso regular a esses cursos se dá por meio de processo de seleção, de acordo com as legislações e políticas educacionais vigentes, regulamentos institucionais, e obedecendo aos trâmites dos editais.

Quadro 1 - Quadro de Cursos Técnicos disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha

CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM AGROECOLOGIA	CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM AGROPECUÁRIA	CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA (PROEJA)
Atua em sistemas de produção agropecuária e extrativista, fundamentados em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas	Diagnostica, planeja, elabora, executa e monitora todas as fases dos projetos agropecuários, sobretudo, projetos de transição agroecológica de integração agropecuária e florestas;	O Curso Técnico em Agroindústria tem como objetivo principal capacitar profissionais técnicos para o planejamento,

<p>orgânicos de produção; desenvolve ações integradas, unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos; atua na conservação do solo e da água; auxilia ações integradas de agricultura familiar considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e dos sistemas produtivos; e participa de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.</p>	<p>administra propriedades rurais e/ou empreendimentos agropecuários de base familiar; elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial; fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial; realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais; e atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.</p>	<p>gerenciamento, monitoramento, avaliação dos processos agroindustriais, desde a obtenção e seleção de matérias-primas, beneficiamento, processamento até o armazenamento, transporte e comercialização dos produtos agropecuários, promovendo o desenvolvimento técnico e tecnológico dos arranjos, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável do empreendimento rural, envolvendo responsabilidade social e ambiental.</p>
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponíveis em IF Baiano (2019).

Possuem, ainda, na modalidade de ensino médio, os cursos de EAD.

O *campus* oferece também os cursos de nível superior, com ingresso por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), considerando o desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), conforme apresentado no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Quadro de Cursos de nível superior disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha

TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
<p>O curso foi criado com o intuito de formar profissionais capazes de planejar e gerenciar as atividades de Cooperativas e seus respectivos negócios, de promover a otimização de recursos organizacionais e o bem-estar social. Para tanto, entende-se que o Tecnólogo em Gestão de Cooperativas deverá ser um(a) profissional com formação humanística, proativo(a), com visão estratégica, sistêmica e espírito empreendedor.</p>	<p>O curso superior de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal Baiano, <i>campus</i> Serrinha, propiciará formação profissional para a atuação como docente de Ciências Naturais e Biologia na educação básica, no ensino fundamental e médio. Assim, a formação estará amparada em amplos conhecimentos sobre o funcionamento, classificação e evolução dos sistemas biológicos, de conhecimentos pedagógicos, bem como das áreas das ciências exatas, da terra e da natureza.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponíveis em IF Baiano (2019).

O *campus* Serrinha oferta ainda os cursos de pós-graduação, Quadro 3.

Quadro 3 - Quadro de Cursos de pós-graduação disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha

PÓS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	PÓS EM INOVAÇÃO SOCIAL	MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
<p>O curso tem como objetivo central proporcionar formação continuada interdisciplinar de educadores de escolas do campo, buscando contribuir para a oferta de uma educação do campo contextualizada às realidades socioculturais e econômicas dos povos do campo e do semiárido baiano, de qualidade e em conformidade com as diretrizes nacionais operacionais para a Educação do Campo.</p>	<p>O objetivo do curso é aperfeiçoar educadores, extensionistas, gestores públicos, atores sociais etc., possibilitando uma análise crítica das políticas públicas e a construção dialógica de estratégias de inovação social para o semiárido do Território Velho Chico, a partir da agroecologia e da economia solidária.</p>	<p>O Mestrado Profissional em Ciências Ambientais, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, <i>campus</i> Serrinha, é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e visa a qualificação de profissionais, conferindo-os competências para avaliação crítica, intervenção e resolução de problemas socioambientais. Pretende-se, com a criação e desenvolvimento desse curso, capacitar recursos humanos.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponíveis em IF Baiano (2019).

Recentemente, no ano de 2021, foram implantados mais dois cursos de pós-graduação no *campus*, são eles:

Quadro 4 - Continuação dos cursos de pós-graduação disponíveis no IF Baiano, campus Serrinha

PÓS EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	PÓS EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
<p>O curso tem por finalidade formar, de modo reflexivo e proativo, professores alfabetizadores capazes de, por meio da intercomunicação teoria/prática, realizar transposição didática de temas, conteúdos e habilidades que possibilitem um ensino discursivo da língua escrita, num paradigma que visa alfabetizar letrando.</p>	<p>O curso tem como objetivo geral realizar formação em serviço de professores que atuam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a fim de que se habilitem para: compreender as especificidades pedagógicas e os aspectos didáticos, metodológicos, técnicos, éticos e sociopolíticos da docência na EPT; atuar numa perspectiva de educação contextualizada, lidando com metodologias de ensino, tecnologias e ciências; desenvolver transposições didáticas que considerem as especificidades dessa modalidade de educação e as necessidades de seus estudantes.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponíveis em IF Baiano (2019).

A partir do que foi apresentado, foi possível observar que o IF Baiano, *campus* Serrinha, possui uma estrutura moderna e adequada às condições de ensino, além de contar com um aparato pedagógico e apoio social ao estudante. Mesmo com todos esses pontos favoráveis à instituição, o IF Baiano coaduna com a responsabilidade de acolher e compreender o fenômeno da evasão e suas variáveis, entendendo que essa problemática interfere, de forma considerável, na democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo de estudantes.

3 CONCEPÇÕES ACERCA DA EVASÃO

A educação é reconhecida como um direito social, resguardado pela Constituição Federal de 1988, a qual afirma: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205). Conforme descrito, cabe à família e ao Estado o dever de cuidar e de propiciar a realização plena do indivíduo, de forma a torná-lo crítico e com condições necessárias à inclusão social.

Reforçamos tal entendimento a partir da Lei nº 9.394/96, também conhecida como *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)*, que aponta em seu art. 2º que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º).

Nessa perspectiva, Freire (1988) afirma que a educação precisa ser libertadora e, para tanto, deve estar fundada na essência da dialogicidade que compreende a prática da liberdade, de ação e reflexão. Para o autor, a educação proporciona o desenvolvimento pessoal do indivíduo e da sociedade que ele está inserido, porém, é por meio da conscientização que existe a possibilidade de inserção no meio social.

Se por um lado a educação é libertadora, por outro a evasão escolar pode significar a ruptura desse processo de desenvolvimento, expondo o cidadão a situações de violação de direitos, tornando-os vulneráveis, sujeitos ao desemprego, ao subemprego e até mesmo à criminalidade.

Para Lobo (2012, p. 8), é importante compreender que

Medir a evasão não se trata só de verificar um “saldo de caixa”, ou seja, quantos entraram menos quantos saíram, mas quem entrou e quem saiu e por quais razões, para que seja possível evitar outras perdas pelos mesmos motivos com ações que gerem mudanças e essas só acontecem se entendermos, claramente, o que está ocorrendo.

Quando um aluno evade, todas as partes envolvidas perdem, uma vez que o principal objetivo ao qual a educação se propõe não é alcançado. Além disso, a descontinuidade da educação representa uma perda não só para o aluno, mas para todo sistema educacional, pois acarreta uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino.

Lobo (2012, p. 31) ainda reforça que

A evasão é um dos maiores problemas de qualquer nível de ensino [...] O abandono do aluno sem a finalização dos seus estudos representa uma perda

social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino, pois o perdeu aluno, seus professores, a instituição de ensino, o sistema de educação e toda a sociedade (ou seja, o País).

A evasão provoca consequências também para a economia, uma vez que esses recursos, quando se tratam, por exemplo, de ensino profissionalizante, poderiam contribuir para a formação de profissionais técnicos para atuar na sociedade.

Para Dore e Lüscher (2011), a ocorrência da evasão escolar na educação técnica profissional é uma das razões para a baixa qualificação e habilitação profissionais apresentadas pelos jovens em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho. Segundo as autoras, para controlar o problema, não é suficiente examiná-lo em suas consequências, buscando soluções quando ele já tenha se manifestado, mas é preciso urgência na efetivação de políticas públicas cujo objetivo seja identificar antecipadamente a evasão escolar, de modo a possibilitar o acompanhamento de jovens em situação de risco e, assim, prevenir a ocorrência do problema.

Um dos primeiros trabalhos a sistematizar a problemática da evasão no Brasil foi realizado em 1996, a partir da Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras. Essa é uma comissão nacional, instituída pelo MEC em um contexto de discussão de avaliação institucional, definido pelos indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), e é realizada por diferentes instituições de ensino, especificamente as públicas.

Antes desse trabalho, os estudos realizados enfatizavam apenas levantamentos estatísticos e estudos de casos de forma fragmentada, porém não desenvolveram a problemática de forma a criar acompanhamentos necessários para minimizar os resultados encontrados. Assim, tal iniciativa foi um primeiro esforço conjunto de diferentes instituições de ensino superior públicas para organizar sistematicamente um estudo que definisse uma única metodologia, objetivando identificar causas e possíveis soluções para o problema. Os objetivos finais dessa comissão foram esclarecer o conceito de evasão, analisar as taxas e as causas desse fenômeno e uniformizar uma metodologia a ser empregada pelas instituições.

Dessa forma, no entendimento assumido pelo referido trabalho, a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo, tem como vieses: abandono (deixa de se matricular); desistência (oficial); transferência ou reopção (mudança de curso); ou exclusão por norma institucional. Todas as situações citadas são consideradas como evasões de curso. A evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado e a evasão do sistema é considerada quando o aluno abandona o ensino de modo geral (BRASIL, 2014).

Corroborando com esse entendimento, Lobo (2012) reforça que, a evasão de curso é aquela em que o aluno o deixa por qualquer razão, mudando de curso, mas permanecendo na Instituição de Ensino Superior (IES); muda para outro curso de outra IES; ou abandona os estudos. Contudo, algumas IES não consideram evasão quando o estudante muda de curso, mas permanece na instituição. Da mesma forma, não consideram evasão se a vaga deixada por um aluno que mudou de curso ou de IES for preenchida por outro aluno que venha por transferência, ou como matrícula. Ainda segundo a autora, a evasão da instituição de ensino trata-se daquela em que o aluno deixa a IES, mas não deixa o Sistema de Ensino (ou seja, muda de instituição). Por fim, a evasão do sistema é aquela em que o aluno deixa de estudar e abandona o sistema de ensino, ou seja, não se encontra mais estudando em nenhuma IES, de qualquer tipo, dentro do sistema estudado.

Em seus estudos, Vargas (2007) também faz uma síntese referente a algumas definições de evasão encontradas na literatura, a partir de conceitos propostos por determinados autores. No Quadro 5, a autora elencou a variação de conceitos de acordo com os critérios escolhidos para categorizar os processos de entrada e saída dos alunos dos ambientes acadêmicos.

Quadro 5 - Definição de evasão e amplitude do conceito

Autores	Definição	Amplitude do conceito
Utiyama e Borba (2003)	Evasão é entendida como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo.	Ampla. Não foi estabelecido nenhum critério de tempo no curso para a saída do aluno.
Maia e Meireles (2005)	Evasão consiste em alunos que não completam cursos ou programas de estudo, podendo ser considerada como evasão aqueles alunos que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso.	Especifica que mesmo os alunos que nunca começaram o curso devem ser considerados no cálculo das taxas de evasão.
Abbad, Carvalho e Zerbini (2005)	Evasão refere-se à desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso.	Não deixa claro se a evasão se aplicaria apenas aos alunos que chegaram a iniciar o curso ou se abrangeria também àqueles que apenas se matricularam e nunca iniciaram o curso.

Fonte: Vargas (2007 *apud* VEIGA, 2016, p. 27).

Observa-se que o conceito de evasão abordado pelos autores acima leva em

consideração o contexto de abandono escolar, seja referente ao curso, à instituição ou ao sistema de ensino, abrangendo o desligamento, desistência e transferência.

Contudo, outros autores contestam tal afirmação, definindo a evasão como uma manifestação individual do aluno não ampliando esse conceito para demais situações. Para melhor compreensão, Narciso (2015) expõe que, quando o aluno, por decisão própria, manifesta o desejo de sair da escola, isso é evasão, porém quando a escola é protagonista direta ou indiretamente do não aprendizado ou não recuperação do aluno, isso é considerado exclusão. Dessa maneira, existe uma dicotomia: de um lado, os alunos seguem a “opção” de evadir da escola e, do outro lado, se deparam com muitas variáveis que “forçam” a sua não permanência na escola, sendo excluídos do sistema educacional.

Nesse mesmo sentido, Bueno (1993, p. 5) afirma que

A palavra evasão pode estar significando uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade. A palavra exclusão implica na admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do adolescente que se apresenta para uma formação profissionalizante.

De acordo com os autores, existe uma distinção entre os termos evasão e exclusão, como se essas problemáticas fossem diferentes. Porém, contrariando o pensamento de Narciso (2015) e Bueno (1993), acreditamos que os termos evasão e exclusão não devem ser vistos como algo distintos e/ou independentes. Qualquer que tenha sido a motivação para a não conclusão do curso, seja por relação direta ou indireta da escola, seja por motivo de ordem social ou econômica, deve ser compreendida como um processo de evasão. Os fatores excludentes que existem, mesmo que alheios à vontade do aluno, fazem com que não tenham garantido o seu direito à educação.

Corroborando com esse pensamento, Fritsch, Rocha e Vitelli (2015, p. 82) expõe que

A evasão escolar está relacionada à perda de estudantes que iniciam, mas não concluem seus cursos. É um fenômeno complexo, associado à não concretização de expectativas e reflexo de múltiplas causas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino. A evasão escolar significa desistência por qualquer motivo, exceto conclusão ou diplomação, e é caracterizada por ser um processo de exclusão determinado por fatores e variáveis internas e externas às instituições de ensino.

O assunto tem ganhado importância, também, dentro da Rede Federal, na medida em que os índices começam a tomar forma, causando preocupação em relação às suas causas e possíveis consequências. O número de matrículas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cresceu 6%, de acordo com os resultados de 2020, ano-base 2019, da

Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Os dados também evidenciaram a tendência de queda na evasão escolar, que passou de 18,6% (2018) para 15,5% (2019), ou seja, um recuo de 16,67% em termos relativos, conforme observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Números de matrículas, evadidos e taxas de evasão em âmbito nacional, regional, estadual da Rede Federal de Educação Profissional nos anos de 2018 e 2019

	ANO	MATRÍCULAS	EVADIDOS	TAXA DE EVASÃO
BRASIL	2018	964.593	179.588	18,62%
	2019	1.0233,303	158.870	15,53%
	ANO	MATRÍCULAS	EVADIDOS	TAXA DE EVASÃO
NORDESTE	2018	312.400	53.890	17,25%
	2019	324.408	46.476	14,33%
	ANO	MATRÍCULAS	EVADIDOS	TAXA DE EVASÃO
BAHIA	2018	49.553	11.219	22,64%
	2019	52.167	7.870	15,09%
	ANO	MATRÍCULAS	EVADIDOS	TAXA DE EVASÃO
IFBAIANO	2018	16.428	4.039	24,59%
	2019	20.670	4.107	19,87%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2022).

Ainda na Tabela 2, observa-se um declínio nos números da evasão no IF Baiano, onde no ano de 2019 a taxa de evasão caiu de 24,5% para 19,8%. Contudo, embora tenha ocorrido um declínio nas taxas de evasão escolar, o índice ainda é alto quando comparados aos dados em nível regional e estadual.

Sobre a discussão em relação aos dados da evasão, Narciso (2015) relata que os estudos sobre essa temática são escassos, logo, a investigação e consequentes caminhos para a solução do problema se torna uma missão conflituosa, pois passa por inúmeros obstáculos devido à falta de dados e parâmetros para definir tais preceitos. Apresenta, ainda, como exemplo, o Censo Escolar realizado a cada ano pelo Inep, que disponibiliza apenas os dados de matrícula e conclusão dos alunos do ensino técnico. Os dados complementares, como de aprovação, reprovação, abandono, transferência e outros, não são apresentados, o que interfere diretamente

na conclusão final da problemática levantada.

Para o dimensionamento dos indicadores, é preciso que se estabeleçam algumas definições por meio Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). A gestão do Sistec consiste no cadastramento da unidade de ensino, dos cursos ofertados, dos ciclos de matrículas dos estudantes e atualização da situação do estudante ao longo do ciclo de matrícula em que foi inserido, considerando o referido ciclo, a data de início e término de cada turma dos cursos ofertados pela instituição e o tempo mínimo de conclusão previsto no projeto pedagógico (BRASIL, 2014).

Para compreensão da situação de matrícula do Sistec, é importante compreender os seguintes conceitos:

MATRÍCULA ATIVA: Em curso: situação em que o estudante está regularmente matriculado. Pode ser alterado para qualquer uma das situações de matrícula finalizada ou para “integralizado”; Integralizado: situação em que o estudante integralizou a fase escolar (concluiu as disciplinas ou os módulos do curso) e ainda precisa cumprir outros requisitos para a conclusão do curso ou não fez ou entregou a comprovação de prática profissional ou estágio (obrigatório ou não). Pode ser alterado para “evadido” ou “concluído”.
MATRÍCULA FINALIZADA (NÃO ATIVA): Finalização com êxito/sucesso; Concluído: situação em que o estudante concluiu todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio (mesmo o não obrigatório) e está apto a ser diplomado ou certificado. Finalização sem êxito/insucesso; Transferido interno: situação em que o estudante mudou de curso na mesma unidade de ensino; Transferido externo: situação em que o estudante mudou de unidade de ensino (na mesma instituição) ou mudou de instituição; Desligado/Desistente: situação em que o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso; Evadido: situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso (BRASIL, 2014, p. 21).

A partir das situações de matrícula mencionadas se estabelecem os conceitos total de abandono, retenção e conclusão. Nesse sentido, ficam definidos os seguintes conceitos:

- Total de matrículas ativas: número de matrículas que permanecem ativas com situação “em curso” ou “integralizado”.
- Total de retenção: número de matrículas que permanecem ativas com situação “em curso” ou “integralizado” após a data prevista para o término do ciclo de matrícula do curso (estudantes que ainda não concluíram o curso, mesmo tendo transcorrido o tempo previsto de conclusão).
- Total de saídas sem êxito: número de matrículas finalizadas com situação “transferido interno”, “transferido externo”, “desligado/desistente” ou “evadido”.
- Total de saídas com êxito: número de matrículas finalizadas com situação "concluído" (BRASIL, 2014, p. 22-23)

O Sistec, diferentemente do Censo Escolar, tem a vantagem de registrar de forma efetiva a vida do estudante ou de um conjunto de estudantes (ciclo de matrículas) na instituição, desde seu ingresso até sua saída, além das mudanças que ocorrem durante esse período. Isso permite o acompanhamento dos indicadores de conclusão, evasão e retenção dentro de um mesmo ciclo (BRASIL, 2014).

O cálculo das taxas de evasão, retenção e conclusão pode ser realizado considerando a amostra escolhida como sendo os estudantes matriculados no período em análise (análise do período), ou os estudantes matriculados em um ciclo de matrícula (análise de ciclo), a partir dos dados de matrículas ativas ou finalizadas (BRASIL, 2014).

Observa-se que, para medir o resultado final sobre os números das taxas de evasão, são consideradas apenas as informações contidas em sua base de dados. A complexidade de fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais que intervêm na formação ou que levam o aluno a evadir, não são consideradas. Por isso, as formas de conceituar e medir a evasão são tão complexas.

Para Silva (2016), analisar, discutir e refletir os problemas relacionados ao abandono escolar, exige compromisso e envolvimento das diferentes células institucionais, agregadas à responsabilidade política, social e educacional. O abandono do discente e a relação dos órgãos – instituições governamentais – e das políticas públicas voltadas à educação são pontos importantes nas pautas de discussões dos diferentes segmentos e esferas públicas.

Todavia, é importante ressaltar que nem todas as pessoas que ingressam em um curso irão conseguir chegar até o seu final, pelos mais diversos motivos. Por isso, é necessário levar em consideração os problemas apresentados pelos discentes – uma vez que esses colaboram de forma significativa no contexto escolar – como forma de compreender os fatores associados aos processos de evasão, para que sejam adotadas estratégias que visem diminuir esses índices.

Nesse sentido, após o entendimento e identificação dos conceitos de evasão, é imprescindível, também, conhecer os fatores motivadores, de forma a compreender essa problemática e, conseqüentemente, articular ações que deem conta do atendimento de um público tão diversificado, que, em sua maioria, é vulnerável social e economicamente.

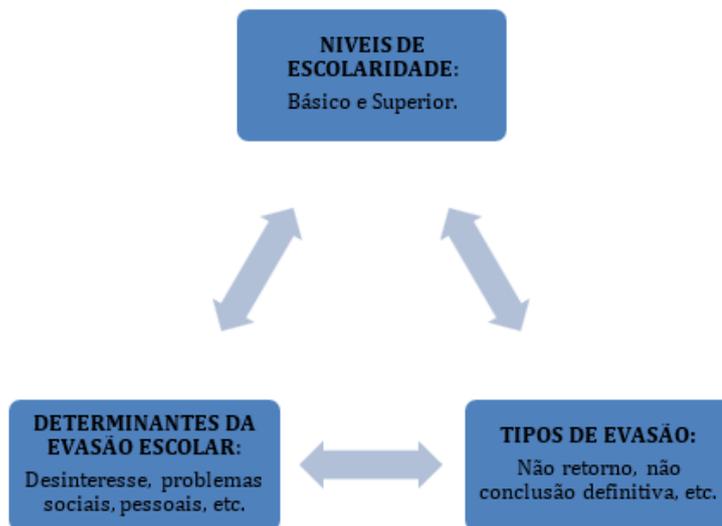
3.1 FATORES MOTIVADORES DA EVASÃO

A evasão escolar pode estar relacionada a diversos fatores e se apresenta em diferentes contextos, seja em instituições públicas ou particulares. Como já foi mencionado, a evasão tem sido um enorme desafio para todo o país, pois acarreta conseqüências não apenas para a

educação, mas também no âmbito social, cultural, político e econômico.

Para Dore e Lüscher (2011), o modo como a evasão se manifesta pode ser categorizada em três conceitos distintos: dos níveis de escolaridade que ela ocorre, dos tipos de evasão e das razões que a motivam, conforme demonstra a Figura 4.

Figura 4 - Organização Escolar, Tipos e Causas da Evasão



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A Figura 4 expõe a estrutura atual da educação escolar brasileira, que está organizada em Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica é obrigatória e compreende três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Já a Educação Superior corresponde aos cursos de graduação e pós-graduação. Os tipos de evasão podem ser de diversas formas, desde o trancamento até o abandono, contando com uma gama de fatores que levam os estudantes a não concluírem os estudos. O que se pretende demonstrar nessa figura é que durante qualquer nível de ensino pode ocorrer algum tipo de evasão, com causas de origem individual, institucional, social ou econômica.

Para Veiga (2016), o fenômeno da evasão causa severas implicações, gerando para o aluno que evade um processo de exclusão social que necessita de identificação, análise e compreensão dos fatores que influenciam os discentes no processo de abandono escolar, para que, dessa forma, seja possível contribuir na propositura de ações que venham reduzir esse fenômeno no espaço pesquisado. Veiga (2016) expõe ainda as possíveis causas que induzem à evasão:

- Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação etc.;
- Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez etc.;

- Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos etc.;
- Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, distância entre residência e escola etc.

Ainda sobre a categorização das causas da evasão, foi estabelecido pela Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras os seguintes fatores: individuais; internos às instituições; e externos às instituições.

Quadro 6 - Categorias de fatores da evasão

FATORES INDIVIDUAIS	FATORES INTERNOS ÀS INSTITUIÇÕES	FATORES EXTERNOS ÀS INSTITUIÇÕES
<p>Destacam as características do estudante como: adaptação à vida acadêmica; capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção; encanto ou motivação com o curso escolhido; escolha precoce da profissão; qualidade da formação escolar anterior; informação a respeito do curso; outras questões de ordem pessoal ou familiar; participação e envolvimento em atividades acadêmicas; personalidade; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família.</p>	<p>São problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. São eles: atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura institucional de valorização da docência; existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria); formação do professor; gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.); gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; inclusão social e respeito à diversidade; infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; motivação do professor; processo de seleção e política de ocupação das vagas; questões didático-pedagógicas; e relação escola-família.</p>	<p>Relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão como: avanços tecnológicos, econômicos e sociais; conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para egressos do curso; políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior; questões financeiras da instituição; reconhecimento social do curso e valorização da profissão.</p>

Fonte: Brasil (2014, p. 19-20).

Um fator importante que se deve considerar é a relação entre educação e desigualdade. Para Arroyo (2010), quando as políticas educacionais, na tentativa de corrigir as desigualdades, se concentram nas desigualdades intraescolares, as políticas e suas análises se empobrecem, mas se enriquecem na medida em que avançam na compreensão dos processos históricos de produção-reprodução das desigualdades sociais.

Sobre isso, Bourdieu (1996) aborda em suas obras contribuições ainda atuais, no sentido de interpretação da sociedade, tratando de temas como desigualdades sociais, cultura, educação

e violência simbólica. Nesse sentido, Lima Junior, Ostermann e Rezende (2013, p. 116), ao analisarem os condicionantes sociais do sucesso acadêmico à luz da sociologia de Bourdieu, explicam que “a estrutura das relações de classe em um contexto social específico é necessariamente multidimensional por ser determinada pela distribuição de capitais qualitativamente distintos”.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que, para Bourdieu (1996 *apud* LIMA JUNIOR; OSTERMANN; REZENDE, 2013, p. 116),

[...] há principalmente três tipos de capital: Capital econômico, que consiste dos bens com valor comercial e dos serviços aos quais esses bens dão acesso; Capital social, que consiste da rede de relacionamentos influentes mantidos pelo indivíduo, sua família e amigos; Capital cultural, que não consiste somente dos títulos escolares, mas compreende todo o tipo de qualidade, habilidade ou conhecimento que distingue os sujeitos “cultivados”, tais como domínio da linguagem culta, habilidade em matéria de lógica, matemática e ciência, informações sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino, preferências em matéria de arte, vestuário, música, alimentação, esportes, lazer.

Para Bourdieu, Nogueira e Catani (2007), é de suma importância o capital cultural transmitido primeiramente pela família, por meio de estímulos constantes, como músicas, jogos educativos, leitura, teatro, cinema, entre outros. Contudo, em meio às desigualdades sociais existentes, vale ressaltar que, na maioria das vezes, as famílias que assumem um compromisso direto e organizado com a educação de seus filhos são aquelas que possuem um capital econômico e cultural, ou seja, é preciso tempo livre para que o responsável acompanhe as tarefas e trabalhos e, quando trabalha, disponha de dinheiro para contratar professores particulares e outros profissionais, como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, a fim de sanar casos mais complicados.

Arroyo (2010, p. 1384) expõe que:

Torna-se urgente retomar a centralidade da relação entre educação e sociedade que tanto fecundou o pensamento sócio-educativo, as políticas e suas análises. Relação que se mostra mais complexa com o aumento do acesso à escola dos filhos e das filhas dos coletivos feitos e mantidos tão desiguais em nossa história. É preocupante que, na medida em que os mais desiguais chegam ao sistema escolar expondo as brutais desigualdades que os vitimam, as relações educação-políticas-desigualdades fiquem secundarizadas e sejam priorizadas políticas de inclusão, de qualidade, de padrões mínimos de resultados.

Essas desigualdades reforçam a necessidade de planejamento, formulação e avaliação de políticas públicas efetivas que viabilizem o direito à educação para todos os estudantes, de modo que consigam acessar, permanecer e lograr êxito nos cursos matriculados.

4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo “política” vem do grego *politikó*, que significa “quem se ocupa da política”, ou seja, a condição de participante da pessoa livre nas decisões sobre os rumos da sua localidade. O termo “pública” é de origem latina e significa “povo”, “do povo”. Então, de modo literal, as políticas públicas se referem à participação popular nas decisões do Estado. Todavia, essa participação ganha características próprias e particulares, de acordo com o local, tempo, intencionalidade e cultura, com impactos diretos ou indiretos nas decisões dos gestores e governantes e onde o Estado tem papel fundamental (ATCHE, 2014).

Segundo as pesquisas de Souza (2003), existem várias definições para o que são políticas públicas, mas, de modo geral, ela é definida como um conjunto de ações do governo que irá produzir efeitos específicos, com decisões e análises que implicam responder às seguintes perguntas: quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz? De forma mais simplificada, é um processo regido por uma série de etapas e regras, que tem por objetivo resolver um problema público, delegando responsabilidades para atingir um bem em comum, ou seja, são medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população.

Para Palumbo (1994, p. 35),

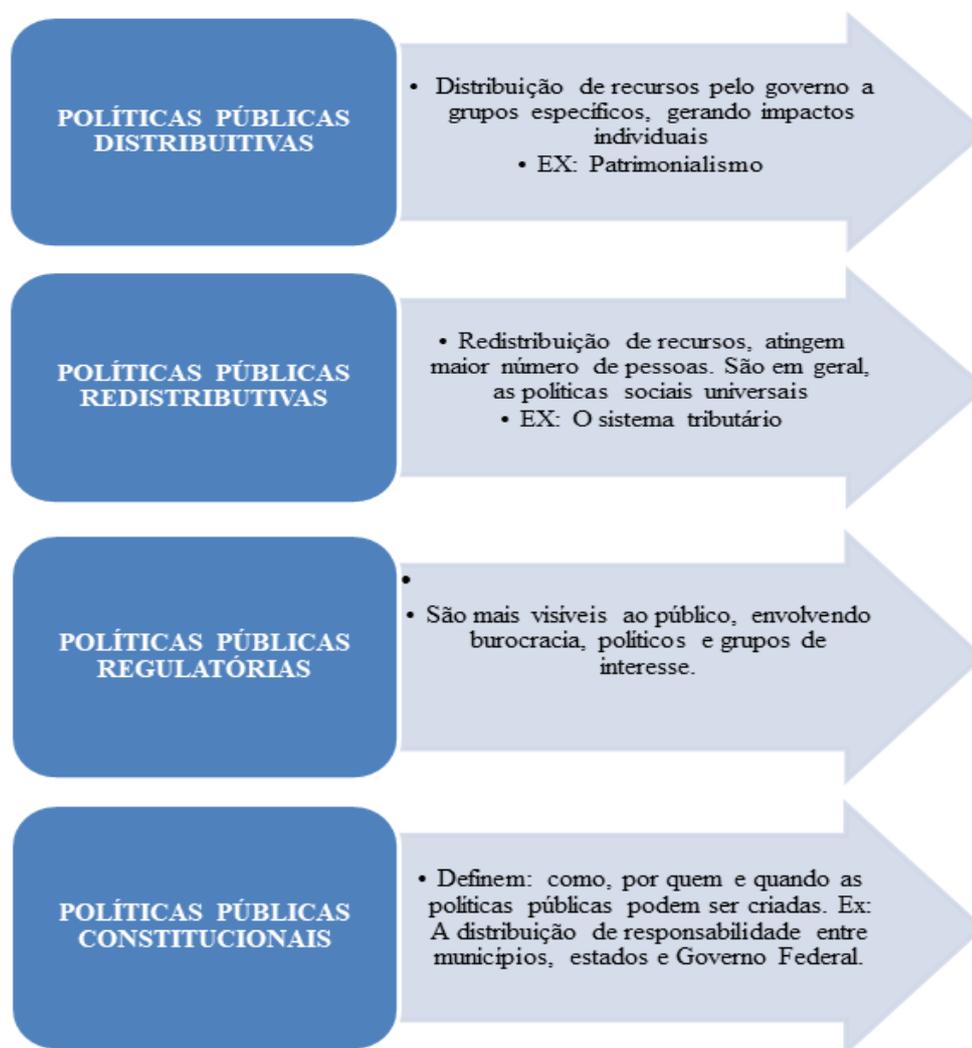
As políticas públicas estão constantemente mudando à medida em que são formadas e reformadas, modificadas e transformadas sendo às vezes rejeitadas por novas políticas. De fato, uma política é como um alvo em movimento, não é algo que possa ser observado, tocado ou sentido. Ela tem que ser inferida a partir de uma série de ações e comportamentos intencionais de muitas agências e funcionários governamentais envolvidos na execução da política ao longo do tempo.

Nesse sentido, as políticas públicas podem ser compreendidas como responsabilidade do Estado, tanto em relação à implementação quanto a sua manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos, além de agentes da sociedade relacionados à política implementada (HÖFLING, 2001).

Para Jannuzzi (2016), as políticas públicas objetivam proporcionar mais bem-estar, desenvolvimento, coesão e justiça social, utilizando-se de leis, regulamentações, entre outros. Ainda, Atche (2014) ressalta que as políticas públicas também se trata de um sistema “aberto de trocas”, que seriam relações conjuntas que envolvem formulação, resultados e ambiente, em constante movimento, ao longo dos tempos. Com isso, fica em destaque a importância de se estabelecer e construir políticas públicas integradas em todas as esferas ou instâncias governamentais, seja a nível local, regional, estadual ou nacional.

Colaborando com essa temática, Souza (2002) expõe as principais políticas públicas que são realizadas, tais como: políticas públicas distributivas, redistributivas, regulatórias e as constitucionais, conforme mostra a Figura 5.

Figura 5 - Tipologia de Políticas Públicas



Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com Souza (2002).

A Figura 5 aponta quatro tipos de políticas, cada uma com suas características específicas. Para um melhor entendimento, Azevedo (2003) apresenta exemplos mais nítidos de cada uma delas: as políticas públicas redistributivas são aquelas que oferecem redistribuição de algum tipo de renda oferecida na forma de serviços públicos, como, por exemplo, os programas sociais (Bolsa Família, programas habitacionais e as políticas de financiamento estudantil); as distributivas caracterizam-se como atividades ou ações que o governo precisa realizar e são financiadas pela sociedade, por meio do orçamento público, como a pavimentação e iluminação das ruas, as podas de árvores, os reparos e manutenção de creches e escolas, a

elaboração de projeto socioambiental etc.

No que se refere às políticas públicas regulatórias, consistem em criar normas de funcionamento dos serviços e implementar equipamentos urbanos, ou seja, é um instrumento que permite regular (normatizar) a aplicação de políticas redistributivas e distributivas. Por fim, em relação às políticas públicas constitucionais, Secchi (2012) as define como meta-políticas, porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas, pois definem competências e regras para a elaboração de políticas públicas.

Lacerda (2016) expõe que o surgimento das políticas públicas no Brasil ocorreu no século XIX, quando houve um aumento da produção manufatureira, o que implicou no surgimento de tais políticas, já que houve a necessidade de um sistema lógico para distribuição de bens e serviços sociais. No entanto, foi a partir do século XX que se originou a regulamentação social das políticas públicas no Brasil, com o propósito de estimular o desenvolvimento do projeto de industrialização.

O autor discorre que a formulação de políticas públicas com fins sociais iniciou-se na era Vargas, visando obter um estudo mais sistemático da realidade brasileira sobre os problemas sociais relativos ao mundo do trabalho (LACERDA, 2016). Tais políticas necessitam sempre de atualizações mediante às necessidades da sua população, então, desde o seu início até os dias atuais, elas sofrem modificações, complementações e especificações.

Não se pode negar que as políticas públicas são importantes instrumentos de garantia do bem-estar social, porém, para que ela funcione de forma positiva para a população, é necessário que seja executada de forma articulada com outras políticas, pois, se ocorrer de forma isolada, não conseguirá alcançar o objetivo a qual se propõe.

Rua (2009) destaca sobre a importância dos repasses de recursos financeiros para investimento nas políticas públicas, como melhoria na fiscalização e controle, objetivando contribuir para o desenvolvimento satisfatório das políticas públicas de base, como saúde, segurança, educação, trabalho, dentre outras, as quais só tendem a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Isso equivale a afirmar que quando não existe eficiência na operacionalização dessas políticas, sobretudo das políticas sociais, ocasiona uma ineficiência e, conseqüentemente, grandes prejuízos no meio social, desperdício de dinheiro público e causa uma frustração nas pessoas que deveriam ser atendidas por essas ações.

Dentre as políticas públicas, é possível destacar as políticas afirmativas, que englobam todas aquelas relacionadas ao crescimento e desenvolvimento da população. Seu principal objetivo é promover a inclusão das populações discriminadas historicamente devido a sua etnia, raça, gênero e religião, ou seja, promover a inclusão socioeconômica de populações

historicamente privadas do acesso às oportunidades.

Silva (2012) expõe que a partir do ano 1930, a Frente Negra Brasileira (FNB) começou a inserir nas pautas de reivindicações a necessidade da adoção de políticas públicas, para garantir o direito da população negra à educação. Com o passar do tempo, a FNB se transformou em uma organização nacional, em que seu objetivo principal era a alfabetização do negro, com a finalidade de incluí-los no mercado de trabalho. Assumiu, também, uma perspectiva de combate e denúncia da discriminação racial, tornando-se uma arma política e organizada contra o racismo. As problemáticas relacionadas às desigualdades sociais da população negra foram o foco do debate nos anos de 1960, e a partir de 1973 instaurou-se a luta pela democratização do acesso à educação.

Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o debate sobre o racismo e discriminação racial ganhou força com o crescimento da luta do movimento negro e a demanda por ações afirmativas, pois as estratégias de punição à discriminação racial vigentes não eram suficientes para combater as desigualdades (FURTADO, 2018).

No ano de 2001, na III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerância Correlata – que aconteceu no período de 30 de agosto a 7 de setembro em Durban, África do Sul – o Brasil apresentou propostas que firmavam um compromisso com as pessoas pertencentes às "minorias", ou grupos discriminados e vitimados pela exclusão social e econômica, por meio de distribuição de recursos para ações na saúde, educação, educação ambiental, entre outros. Nesse mesmo ano, o Governo Federal instituiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e, em 2002, criou o Plano Nacional de Ações Afirmativas, que tinha por finalidade promover a igualdade e os instrumentos internacionais, para que o Brasil fizesse parte do combate à discriminação. Além disso, no final do segundo mandato de FHC, foi lançado o Plano Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II) (KERN, 2012).

Ainda reforçando Kern (2012), no âmbito educacional houve a criação do Programa Diversidade na Universidade, em 26 de agosto de 2002, criado por meio da Medida Provisória nº 63, convertida, em 13 de novembro de 2002, na Lei nº 10.558. O objetivo principal era implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior para pessoas pertencentes a grupos socialmente excluídos, especialmente afrodescendentes e indígenas brasileiros. Contudo, as principais medidas afirmativas vieram com a criação de cotas, que tinham como objetivo diminuir a desigualdade de acesso entre os alunos brancos e pretos das escolas e universidades.

Para Galindo (2018), as políticas de acesso e permanência necessitam ser vistas como

políticas sociais, já que para manter um aluno na escola é necessário não somente a oferta de ensino, mas, também, a manutenção da frequência escolar. Fatores como a localização, meio social, religião e condição econômica desse aluno vão interferir diretamente na sua frequência escolar.

Quando o governo foi assumido pelo presidente Lula, a política econômica adotada, apesar de ter contribuído para os avanços no país, em termos de acesso e permanência, deu continuidade às medidas de governos anteriores. Lula assumiu um viés social, por meio de uma política de desenvolvimento com inclusão social, utilizando-se de ações afirmativas e incentivando a expansão das instituições públicas de ensino superior (SILVA; HAAS, 2019).

Deu-se início a um ciclo de políticas que pretendiam democratizar esse nível de ensino igualitariamente, dando oportunidades aos menos favorecidos economicamente. Com isso, ocorreu a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), com a Lei Federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que possibilitou a entrada de milhões de estudantes nas instituições privadas de ensino superior. O programa tem o objetivo de conceder bolsas de estudo para estudantes oriundos do ensino médio da rede pública ou bolsistas integrais da rede particular, sendo a seleção feita por meio do Enem (SILVA; HAAS, 2019).

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), embora tenha sido criado no governo de FHC, houve fortalecimento no governo Lula. O programa é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem por finalidade um empréstimo estudantil para que os jovens de baixa renda ingressem nas instituições de ensino superior privadas e, após a conclusão, paguem pelos seus estudos. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de impostos como forma de incentivo.

Os programas supracitados aumentaram o quantitativo de estudantes de baixa renda nas instituições privadas. Para ter acesso a ambos, o estudante precisa ter participado do Enem. O objetivo inicial do Exame, era servir de ferramenta principal para avaliar a qualidade da educação no país, mas, a partir de 2009, o MEC reformulou as diretrizes do Enem, o que o tornou obrigatório para todos os estudantes da rede pública, além de servir como certificação do ensino médio. Paulatinamente, o Enem foi sendo adotado como prova de acesso para o ingresso nas Instituições de Ensino Superior, por meio do Sisu (SILVA, 2012).

Outro momento que marcou a expansão do Ensino Superior público no Brasil foi a partir do ano de 2008 com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído através do Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. O principal objetivo do Reuni foi ampliar o acesso e a permanência na educação superior pública através de medidas que garantissem condições para que as universidades federais promovessem a expansão física,

acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, em virtude, das ações para o aumento de vagas nos cursos de graduação, da ampliação da oferta de cursos noturnos, da promoção de inovações pedagógicas e do combate à evasão (GALINDO, 2018).

As diretrizes apresentadas pelo programa eram: I – redução das taxas de evasão e ocupação das vagas ociosas, especialmente no período noturno; II – ampliação da mobilidade estudantil; III – revisão da estrutura acadêmica, buscando a elevação da qualidade; IV – diversificação das modalidades de graduação; V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil e VI – articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Na educação profissional, Lula propôs uma política com foco na concepção de educação para o trabalhador, possibilitando que o indivíduo se torne um cidadão e agente político, que compreende a realidade e supera os obstáculos que ela lhe apresentar. Entre as medidas propostas, está a reintegração com o ensino médio, por meio do Decreto nº 5.154/2004, ampliando a oferta da educação profissional atrelada a todos os níveis de ensino.

Para Pacheco (2012, p. 28),

Além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção.

Outra política relevante surgiu em 2008, com a expansão e reordenamento na oferta da EPT, por meio da criação dos IFs a partir da estrutura já existente junto aos Cefets e Escolas Técnicas Federais. Ao propor a criação dos IFs, Lula se compromete em ofertar uma educação capaz de superar os anos de abandono do governo anterior, por meio de um projeto verticalizado de EPT possível de ser ofertado em apenas uma instituição, com formação mais atrativa aos jovens, como forma de combate à evasão, além da promoção de um ensino médio integrado (MORITZ, 2017).

Em 2011, já no governo Dilma Rousseff, verificou-se a continuidade do processo de expansão, em que foram direcionados recursos para a ampliação dos programas já existentes e foram formulados novos programas, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação. Uma das grandes frentes de investimento do governo Dilma foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), estabelecido pela Lei nº 12.513/2011, que tinha como objetivo a ampliação da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica

financeira (WALDOW, 2014).

É pertinente destacar que os programas citados fazem referência, também, à assistência estudantil, uma vez que pretende promover ações de acesso e permanência dos alunos nas instituições de ensino. Ao longo dos anos, as políticas de assistência estudantil passaram por inúmeras modificações e ampliações, por meio de programas e decretos. Kowalski (2012) traça uma linha do tempo dividida em três fases, com os principais acontecimentos históricos que tiveram importância significativa no processo de assistência estudantil, como mostra o Quadro 7.

Quadro 7 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil

<p>PRIMEIRA FASE</p>	<p>1928: Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris. 1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao Restaurante Universitário. 1931: Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931. 1934: Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica 1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). 1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes. 1961: Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes. 1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica.</p>
<p>SEGUNDA FASE</p>	<p>1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil. 1988: Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES). 1990: Limitação de recursos nacionais para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES. 1996: Aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE. 1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES. 1999: Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação</p>

	<p>para os estudantes nas IES privadas.</p> <p>2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.</p> <p>2004: Criação do ProUni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.</p>
<p>TERCEIRA FASE</p>	<p>2007: Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.</p> <p>2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.</p> <p>2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito.</p> <p>Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.</p> <p>Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</p> <p>2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio.</p> <p>2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.</p>

Fonte: Kowalski (2012, p. 100).

Essa linha do tempo expõe a expansão das políticas educacionais de assistência estudantil, que têm por finalidade, como já exposto, a democratização do acesso ao ensino. Para que o crescimento de tais políticas ocorra, é preciso entender e visualizar se elas realmente possuem eficácia, isso só é possível quando colocadas em teste, como, por exemplo, por meio de avaliações.

Contudo, mesmo compreendendo a importância que a assistência estudantil representa para a permanência do estudante, ela vem passando por um desacelerar, devido ao desmonte nas políticas públicas, iniciado no ano de 2016, quando é aprovada a Lei nº 55, que autoriza um corte no orçamento da educação para o ano de 2017. Esse corte gera, conseqüentemente, a insuficiência de recursos para arcar com as despesas essenciais, dentre elas, as ações desenvolvidas pela política de assistência estudantil (ALBUQUERQUE, 2017).

Com base no que foi exposto, pode-se afirmar que as políticas educacionais assumem um papel de grande importância, tanto na inclusão quanto no desempenho dos estudantes, e a avaliação dessas políticas possibilita o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

4.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

A expansão da Rede Federal de Ensino teve como objetivo a produção do conhecimento

científico e cultural, bem como o compromisso de empenhar-se em atender as demandas apresentadas pela realidade brasileira tão distinta, buscando o desenvolvimento da sociedade por meio da democratização do acesso à educação.

Mediante a expansão dos IFs e sua atuação enquanto EPT, várias ações governamentais foram criadas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes. Entre essas ações está o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnae), elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), aprovado por meio de Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que se configura como uma das mais relevantes políticas públicas voltadas para o sistema educacional brasileiro, garantindo ensino aos indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e buscando diminuir os indicadores de repetência e evasão, sobretudo ao segmento pobre e negro da população brasileira (BRASIL, 2010b).

É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade (BRASIL, 2010a, p. 62).

Assim, a assistência estudantil se destaca enquanto política pública garantida pelo Pnae, na busca de promover não apenas o acesso, mas a permanência e, assim, combater a evasão e a retenção escolar. Tal política ganha destaque no contexto educacional brasileiro devido às suas taxas de desigualdade e vulnerabilidade sociais, como: famílias que apresentam fragilização de vínculos afetivos; moram em áreas de risco social, pessoal e sem condições de habitabilidade (saneamento, espaços de lazer e convivência, acesso à cultura e esportes); transtornos de aprendizagem; falta de estímulo familiar, entre outros. Somado a isso, existem aqueles indivíduos com sintomas de sofrimento psíquico, relacionados à privação de necessidades fundamentais, pobreza e exposição à violência.

Para Estrada e Radaelli (2017), a assistência estudantil pode ser definida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, a assistência estudantil deve ser considerada como uma política que visa subsidiar a expansão do acesso do estudante em situação social e econômica desfavorável.

Amaral e Nascimento (2010, p. 3) reafirmam, ainda, a importância da assistência estudantil, ao dizer que

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de

curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a assistência estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

A partir dessa afirmação, é fundamental criar estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes dentro da escola.

Diante desse cenário, no ano de 2011, o IF Baiano instituiu a PAE, atualizada no ano de 2019. A PAE do IF Baiano (PAE¹/IF Baiano), constitui-se como um conjunto de princípios e diretrizes norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, a permanência e o êxito do discente no seu processo formativo, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania (IF BAIANO, 2019b).

Os princípios e diretrizes que fundamentam a PAE são:

- I - direito ao ensino público, gratuito, laico e de qualidade;
- II - promoção da inclusão por meio da educação;
- III - igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo, isento de quaisquer discriminações;
- IV - respeito à dignidade do sujeito, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência acadêmica e comunitária;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pela Instituição e dos critérios para seu acesso;
- VI - garantia da liberdade de aprendizagem, por meio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, bem como do incentivo às práticas artísticas, culturais, desportivas e de política estudantil;
- VII - promoção da intercambialidade entre as diferentes políticas sociais (IF BAIANO, 2019b, art. 2º).

O objetivo geral da PAE encontra-se expresso no artigo art. 3º:

É objetivo geral desta Política de Assistência Estudantil institucionalizar, no âmbito do IF Baiano, o desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do(a) estudante, enquanto cidadão(ã) em processo de desenvolvimento, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania (IF BAIANO, 2019b, art. 3º).

E os objetivos específicos para essa política estão expressos no art. 4º:

São objetivos específicos desta Política de Assistência Estudantil:

- I - ampliar as possibilidades para o acesso, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação;
- II - propiciar a igualdade de oportunidades entre todos(as) os(as) estudantes

¹ Essa pesquisa utilizou a sigla PAE em significados distintos. Primeiro, utilizou-se para identificar a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano e, posteriormente, utilizou-se para identificar o Programa de Auxílio Eventual. Portanto, para distingui-las, será utilizada a sigla “PAE/IF Baiano” quando houver referência ao Programa de Auxílio Eventual.

matriculados(as) no IF Baiano;

III - contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos(as) estudantes, a partir de medidas que busquem minimizar situações de retenção e evasão;

IV - desenvolver ações que assegurem, de forma preventiva, a assistência à saúde do(a) estudante;

V - implementar ações educativas que propiciem o desenvolvimento do pensamento crítico, político e criativo dos(as) estudantes;

VI - fomentar novas oportunidades de aprendizagem, permitindo que todos(as) os(as) estudantes do IF Baiano construam as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção, permanência e êxito no mundo do trabalho, e/ou o prosseguimento na vida acadêmica;

VII - realizar o mapeamento da realidade socioeconômica e acadêmica dos estudantes atendidos pela política a fim de direcionar suas ações;

VIII - estimular a criação e ampliação de programas e projetos voltados à Assistência Estudantil.

IX - contribuir para aumentar a eficiência e eficácia das ações do Instituto para o cumprimento da sua missão (IF BAIANO, 2019b, art. 4º).

Na PAE, os programas e ações que ofertam auxílios financeiros são destinados, prioritariamente, aos estudantes matriculados que possuam renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio atual, conforme definido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

É importante destacar que a PAE, compreendida sob uma perspectiva de universalização do direito à educação e formação integral dos sujeitos, abrange todos os estudantes regularmente matriculados, exceto os auxílios financeiros, que são destinados apenas aos estudantes dos cursos de nível médio e graduação de nível superior. Os programas instituídos pela PAE (2019) são:

- Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE): é destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, para garantia da permanência na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido. Além disso, para usufruir dos auxílios do PAISE, é necessário ter frequência regular mínima mensal de 75%, ressalvados os casos justificados e/ou sob acompanhamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (Napsi), constituído por um(a) assistente social, um(a) psicólogo(a) e um(a) pedagogo(a);

- Programa de Auxílios Eventuais – PAE/IF Baiano: é destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio atual. O PAE/IF Baiano visa contribuir para o atendimento de diferentes demandas apresentadas pelos estudantes e/ou identificadas pela equipe de profissionais da assistência estudantil ou demais servidores, sendo essas, situações eventuais (aquelas inesperadas e que tenham caráter temporário, que tendem a interferir diretamente no processo de ensino e aprendizagem do estudante);

- Programa de Residência Estudantil: destinado aos estudantes oriundos de municípios distantes e/ou que tenham dificuldades para o traslado diário. A Residência Estudantil deverá atender aos estudantes, de acordo com as possibilidades de cada *campus*, que estejam, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social e/ou baixa condição econômica, sendo priorizados aqueles com idade entre 12 e 17 anos. Estudantes com necessidades educacionais específicas ou em situação de risco sociofamiliar também devem ser considerados como prioritários nos critérios de seleção para o Programa de Residência Estudantil;

- Programa de Alimentação Estudantil: é baseado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae²), que visa oferecer alimentação escolar a todos os estudantes da educação básica pública, durante o ano letivo. O atendimento poderá ser ampliado para estudantes de outros cursos, caso o *campus* disponha de recursos para complementação;

- Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica (Propac): é destinado aos estudantes regularmente matriculados, prioritariamente àqueles que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente. Além disso, tem o objetivo de estimular a representação discente, por meio da formação de grêmios, centros e diretórios acadêmicos; propiciar a participação dos discentes em eventos internos, locais, regionais, nacionais e internacionais, de caráter científico, acadêmico, tecnológico e de organização estudantil; apoiar a divulgação, em âmbito regional, nacional e internacional, da produção científica, técnica e artística resultante dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no IF Baiano; facilitar a integração dos discentes do IF Baiano com docentes e discentes de outras instituições; incentivar a produção científica dos discentes do IF Baiano; contribuir para a formação integral cidadã dos discentes; e estimular sua participação e protagonismo nas organizações estudantis. Para usufruir dos auxílios do Propac, será exigida dos contemplados a frequência regular mínima semestral de 75%, ressalvados os casos justificados e/ou sob acompanhamento do Napsi;

- Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (Pincel): é destinado aos estudantes regularmente matriculados, prioritariamente àqueles que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente e tem o objetivo de propiciar a participação dos discentes em atividades e eventos internos, locais, regionais, nacionais e internacionais, de natureza artístico-cultural, esportiva e de lazer; apoiar a divulgação, em âmbito local, regional, nacional e

² A sigla “Pnae” foi citada anteriormente, referindo-se ao Programa Nacional de Assistência Estudantil. No que se trata do Programa Nacional de Alimentação, a sigla também é “Pnae”, porém, a fim de evitar equívocos, ressaltamos que este é o único momento em que ela é utilizada para abordar o Programa Nacional de Alimentação.

internacional, da produção artístico-cultural desenvolvida no âmbito do IF Baiano; facilitar a integração dos discentes do IF Baiano com servidores e discentes de outras instituições; incentivar e promover ações que contribuam para a democratização das atividades desportivas e outras atividades físicas formativas; promover e valorizar as formas tradicionais de atividades lúdicas, contribuindo para o desenvolvimento social dos discentes e do patrimônio cultural institucional; contribuir para a melhoria da saúde e bem-estar, diminuição do isolamento e exclusão social dos discentes, por meio do desenvolvimento de ações coletivas; incluir atividades físicas e culturais no cotidiano dos discentes, com vistas à conciliação com a vida pessoal, familiar e profissional dos estudantes. Contudo, para usufruir dos auxílios do Pínel será exigida dos contemplados a frequência regular mínima semestral de 75%, ressalvados os casos justificados e/ou sob acompanhamento do Napsi.

- Programa de Prevenção e Assistência à Saúde (Pro-Saúde): visa desenvolver ações voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde dos discentes, por meio dos serviços de psicologia, enfermagem, odontologia, nutrição, medicina e serviço social. São beneficiários do Pro-Saúde os discentes com matrícula e frequência regular em cursos ofertados pelo IF Baiano;

- Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap): tem como objetivo propiciar a permanência e êxito do estudante, por meio da identificação das dificuldades que influenciam na evasão e retenção, buscando formas de superá-las por meio do acompanhamento pedagógico e o atendimento psicossocial. São beneficiários do Proap os discentes com matrícula regular em cursos ofertados pelo IF Baiano.

Dos programas mencionados, apenas o programa de Residência Estudantil não é disponibilizado no *campus* Serrinha.

Por se tratar de um programa de transferência de recurso financeiro, o PAISE se constitui como o programa mais solicitado pelos discentes matriculados no IF Baiano, *campus* Serrinha, conforme apontam os processos anuais de seleção de auxílios. O programa é composto por diversos benefícios, como: auxílio moradia, alimentação, transporte, material acadêmico, uniforme, cópia e impressão, permanência, creche e Proeja. Cada auxílio possui critérios específicos para solicitação e aprovação, conforme demonstra o Quadro 8:

Quadro 8 - Descrição dos auxílios do PAISE do IF Baiano

BENEFÍCIOS DO PAISE	DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO
Auxílio Moradia	Consiste na concessão de recurso financeiro, de valor fixo e mensal, para custear as despesas com aluguel, aos estudantes oriundos de outros municípios e/ou com dificuldade de traslado diário, que precisaram se mudar em virtude do ingresso no Instituto e que não tenham sido beneficiados com a Residência Estudantil.
Auxílio Alimentação	Consiste na concessão de repasse financeiro aos estudantes, de valor fixo e mensal, para custearem as despesas com alimentação durante o período letivo. Esse benefício será disponibilizado, preferencialmente, nos <i>campi</i> onde não houver refeitório.
Auxílio Transporte	Consiste na concessão de repasse financeiro aos estudantes, de valor fixo e mensal, para custear as despesas com transporte, auxiliando o traslado de ida e volta ou ida ou volta ao <i>campus</i> , durante o período letivo. Esse auxílio não pode ser concedido aos estudantes já beneficiados por programa similar, tal como transporte ou vale-transporte disponibilizados pelas prefeituras municipais custeados integralmente.
Auxílio Material Acadêmico	Consiste na concessão de repasse financeiro único anual ao estudante, para auxiliar nas despesas com material acadêmico, podendo ser acumulativo com qualquer outro.
Auxílio Uniforme	Consiste na concessão de repasse financeiro único anual ao estudante, para custear as despesas com uniforme, podendo ser acumulativo com qualquer outro.
Auxílio Cópia e Impressão	Consiste na garantia da reprodução e/ou impressão do material de uso acadêmico, exceto nos casos especificados na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, durante o período letivo, podendo ser acumulativo com qualquer outro. É facultado ao <i>campus</i> definir se o Auxílio Cópia e Impressão será concedido por meio de repasse financeiro ou por cota de impressão.
Auxílio Permanência	Refere-se ao auxílio financeiro mensal destinado aos estudantes que não possuem perfil para os demais auxílios, contudo, vivem em situação de vulnerabilidade social, cuja renda familiar <i>per capita</i> seja de até 50% do salário mínimo vigente.
Auxílio Creche	Visa contribuir para a redução das taxas de evasão e retenção de estudantes, mães ou pais, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Consiste na concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, ao estudante com filho de até cinco anos, onze

	meses e 29 dias de idade, no ato da inscrição, ou com deficiência comprovada por laudo médico, que resida com o estudante e não possua amparo familiar para o cuidado durante o horário de aula. É vedada a concessão de pagamento acumulativo de Auxílio Creche pelo PAISE a estudantes cônjuges, conforme Portaria nº 519, de 9 de abril de 2014.
Auxílio Proeja	Consiste na concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, aos estudantes regularmente matriculados em cursos do Proeja Técnico ou de Formação Inicial e Continuada (FIC), em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Política de Assistência Estudantil do IF Baiano (2019).

Os auxílios apresentados são destinados a todos os estudantes matriculados, seja no Ensino Básico ou Superior (exceto alunos de pós-graduação), que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente e com frequência regular. Cada *campus* respeitará suas especificidades, bem como sua disponibilidade orçamentária. Os alunos da modalidade EAD também poderão solicitar os auxílios, contudo, para esses, são ofertados apenas os auxílios Transporte e Creche, visto que a carga horária do curso não contempla os demais auxílios. Da mesma forma, aqueles da modalidade Proeja também possuem um auxílio específico.

A PAE é uma ação afirmativa voltada para um grupo marcado por carências econômicas e pela vulnerabilidade social, com seus programas direcionados aos estudantes, de acordo com os critérios de seleção, cujo elemento-chave é a renda familiar.

Radaelli (2013) destaca que não se pode negar a importância de existir programas de apoio aos estudantes, uma vez que a política de assistência estudantil compreende ações que vão desde as condições de acesso aos instrumentos necessários para a formação profissional até a geração de recursos mínimos para a sobrevivência do estudante. Reforça, ainda, que a assistência estudantil tem o papel de mobilizar recursos, de forma a garantir a permanência e o percurso dos estudantes no processo de formação profissional.

Diante dessa afirmação, observa-se que as ações da política de assistência estudantil possuem importância, tanto no percurso acadêmico quanto na formação profissional do indivíduo. Importante também ressaltar sobre os avanços que essa política já conquistou, contudo, os recursos destinados à assistência estudantil ainda são escassos, e com a atual crise ficam cada vez mais insuficientes.

5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nesta seção, apresentamos o caminho metodológico utilizado para a realização dessa pesquisa, de acordo com os objetivos propostos referentes aos Determinantes Sociais e Pedagógicos da Evasão Escolar no IF Baiano, *campus* Serrinha. Para tanto, apresentaremos nosso tipo de estudo, o *locus*, os participantes, os instrumentos para a coleta de dados e a técnica para análise de informações.

5.1 TIPO DE ESTUDO

O caminho metodológico desse estudo segue debruçado numa pesquisa de natureza qualitativa, porém utilizando elementos da estatística como forma de facilitar a visualização dos dados apresentados. Em relação a abordagem qualitativa, Minayo (1994) discorre que essa trabalha na compreensão dos fenômenos específicos e delimitáveis, mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa.

[...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que ocorre a um espaço mais profundo das relações do processo que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Dezin e Lincoln (2006) ressaltam que a pesquisa qualitativa envolve uma gama de materiais empíricos, tais como: estudo de caso, experiência pessoal, história de vida, entrevista, artefatos, textos e produções culturais, entre outros. Esses materiais servem para descrever momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos, ou seja, os pesquisadores utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, com o objetivo de conseguir compreender melhor o assunto que está sendo investigado.

Por se concentrar num determinado contexto institucional, essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, conforme estabelecido por Fonseca (2002, p. 33):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do

ponto de vista do investigador.

Esse trabalho define-se também como uma pesquisa do tipo descritiva. Para Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo, como, por exemplo, sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. As pesquisas descritivas são as que os pesquisadores sociais realizam habitualmente, preocupados com a atuação prática, e são as mais solicitadas por organizações, como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.

Os instrumentos de investigação se deram a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de documentos institucionais, como histórico escolar, ficha de matrícula, questionário socioeconômico dos discentes, aplicação de questionários com alunos evadidos e realização de entrevistas semiestruturadas.

5.2 LOCUS DO ESTUDO

O *locus* de estudo é o IF Baiano, *campus* Serrinha, pelo fato de a pesquisadora fazer parte do quadro de servidores efetivos e vivenciar, na prática, as demandas ora apresentadas. O *campus* está localizado na Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, bairro Aparecida, na cidade de Serrinha-Bahia, na borda do perímetro urbano da sede municipal. A cidade tem, aproximadamente, 81.286 habitantes e uma extensão territorial de 583,314 km² (IF BAIANO, 2020). Faz parte do Território de Identidade Sisal, distante 185,4 km da capital do estado. O acesso à região se dá, principalmente, através das rodovias BR-324 e BR-116.

O IF Baiano, *campus* Serrinha oferece os seguintes cursos: Técnico Integrado em Agroecologia; Técnico em Agroindústria (Modalidade de Educação de Jovens e Adultos); Técnico Subsequente em Agropecuária; Tecnologia em Gestão de Cooperativas; Licenciatura em Ciências Biológicas; Especialização em Inovação Social e em Educação do Campo; e Mestrado em Ciências Ambientais.

Contudo, para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram analisadas as informações referentes aos cursos técnicos, integrado ao ensino médio e subsequente. A escolha pelos cursos técnicos de nível médio, surgiu a partir da vivência enquanto servidora do Instituto, observando um considerável número de alunos evadidos, especialmente na modalidade Proeja, o que gerava

uma inquietação por parte dos servidores. Essa situação provoca diversas especulações, porém nenhuma delas possui embasamento preciso das causas da evasão.

Os participantes da pesquisa foram os alunos dos cursos técnicos: integrado ao ensino médio e subsequente, que tiveram sua matrícula efetuada nos anos compreendidos entre 2016 e 2019 e que, por algum motivo, não concluíram o curso. Os estudantes do curso técnico em Agropecuária do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera), na modalidade integrada/alternância, não foram participantes do estudo.

O curso Pronera foi implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em parceria com o IF Baiano e com a Escola Família Agrícola (EFA). Tal curso prevê um tempo de estudo na escola, denominado “tempo-escola” que acontece na EFA de Monte Santos e na EFA de Rio Real, e outro tempo na comunidade, denominado “tempo-comunidade”, porém, tendo vínculos com o *campus* Serrinha. A exclusão desse público deu-se por se tratar de um curso em parceria com o IF Baiano, o contrário dos que foram implantados pela instituição, além disso, foi realizado apenas uma vez.

Dessa forma, os estudantes que concordaram em participar da pesquisa e estiveram dentro do critério de inclusão acima descrito, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) e o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz (Apêndice B).

5.3 COLETA DE DADOS

Inicialmente, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), conforme Parecer nº 4.704.732 de 11 de maio de 2021 e atendendo à Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2016). A coleta de informações também foi autorizada pela Direção Geral da Instituição, como consta no Anexo A.

Para mapear os números da evasão escolar e determinar os participantes para a pesquisa, foi necessário o acesso à base de dados da Instituição, para conhecer e quantificar o número de alunos matriculados, alunos concluintes e alunos evadidos, por curso técnico a cada ano. Foi solicitado, ainda, acesso aos questionários socioeconômicos e ficha de matrícula preenchidos na Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) e em setor específico, para fazer o levantamento, análise e traçar o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados no IF Baiano, *campus* Serrinha, nos cursos técnicos – integrado ao ensino médio e subsequente –, no período de 2016

a 2019.

Com a identificação dos alunos evadidos, foi realizado o contato com eles, por meio de telefone e redes sociais (Whatsapp), visando apresentar os objetivos propostos do estudo e realizar a aplicação do questionário (Apêndice C). Dos 163 alunos evadidos conseguimos manter contato telefônico com 26, porém apenas 24 alunos concordaram em responder ao questionário da pesquisa, então para esses, foi disponibilizado o TCLE (Apêndice A), para conhecimento, assinatura/consentimento e devolução, o qual foi enviado por meio de redes sociais também (Whatsapp).

Após a assinatura do TCLE, foi aplicado o questionário, com objetivo de conhecer o perfil desses estudantes, além de identificar os principais fatores que motivaram o abandono do curso antes da conclusão. Esse instrumento é composto por questões objetivas, referentes às informações pessoais, dados socioeconômicos e informações sobre possíveis causas que motivaram a evasão. A aplicação do questionário ocorreu por meio da plataforma *Google Forms*, conforme orientação fornecida pela pesquisadora (preenchimento com duração aproximada de quinze minutos).

Para subsidiar a análise de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada (Apêndice D), por meio de chamadas de áudio pelo celular e de plataformas virtuais (Whatsapp). Dentre os 26 alunos contatados, apenas 15 aceitaram participar da fase das entrevistas. A aplicação do questionário e entrevista não foi realizada de forma presencial devido à condição sanitária causada pela pandemia da Covid-19³, porém levou-se em consideração a disponibilidade de cada aluno. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas.

Segundo Minayo (2007), a entrevista é um instrumento privilegiado de coleta de dados, em que o discurso é considerado revelador de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e, ao mesmo tempo, tem o potencial de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

³ “A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (BRASIL, 2021, p. 1). A Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)” (BRASIL, 2020a, p. 1). Além disso, a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020b, p. 1).

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, foram considerados os princípios éticos preconizados pelo CEP da UEFS, e os participantes envolvidos na pesquisa tiveram sua identificação por pseudônimos, garantindo o anonimato. Para assinatura do TCLE e do Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz, foi explicado aos participantes os objetivos da pesquisa, metodologia, riscos/benefícios, bem como foi garantido o direito de não participarem ou de interromperem sua participação a qualquer momento.

No desenvolvimento da pesquisa, foi necessário, também, descrever as políticas inclusivas e afirmativas desenvolvidas no IF Baiano, *campus* Serrinha. Para atingir esse objetivo, foram realizadas buscas junto aos setores específicos, de forma a identificar quais são os programas e projetos existentes na instituição.

Importante destacar que a coleta de dados sofreu alterações devido a atual crise sanitária provocada pelo novo Coronavírus. A pandemia da Covid-19 se apresentou como um dos maiores desafios, devido a sua alta velocidade de transmissão e ao insuficiente conhecimento científico, além da ingerência do governo em controlar a transmissibilidade do vírus, seja por meio de evidências científicas ou mobilização social. Como forma de diminuir a propagação do vírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adotou medidas de isolamento social, o que implicou em mudanças na realização da pesquisa. Cabe mencionar que, mesmo após o término do estudo, em junho de 2022, ainda continuamos em estado de pandemia, embora com uma diminuição do controle das medidas restritivas.

5.4 ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

A análise e interpretação de dados, fundamentadas em Gil (1999), são dois processos conceitualmente distintos, mas mantêm uma relação estreita.

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p. 168).

Para Bardin (2006), a técnica de análise de dados se organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira fase é onde se organiza o material a ser analisado, com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Corresponde em uma organização composta de quatro etapas:

- Leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto;
- Escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado;
- Formulação das hipóteses e dos objetivos;
- Referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006).

Com base na autora, na primeira fase surgem as primeiras categorias para as análises de informações. As categorias se deram a partir das análises aos questionários socioeconômicos e fichas de matrícula dos alunos, bem como à base de dados da instituição. A partir desse levantamento, observou-se que, devido à ausência de informações importantes e necessárias, como os dados referentes a renda *per capita*, etnia e origem escolar dos alunos evadidos (que foram erroneamente descartados por servidores da instituição), não foi possível traçar o perfil de todos os estudantes matriculados, conforme era previsto inicialmente. Dessa forma, foi necessário adaptar os dados existentes a um novo objetivo.

A segunda fase consiste na etapa de exploração do material, ou seja, o que será analisado pelo pesquisador, e se esse material pode possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Essa é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Com isso, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nessa etapa (BARDIN, 2006).

A partir da segunda fase, foi possível estabelecer contato com as categorias, agora com maior enfoque, por meio de diálogos (remotos) para discussões sobre a pesquisa e aplicação de questionário. A entrevista semiestruturada também foi um norteador para responder algumas perguntas da pesquisa.

A terceira etapa diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

Partindo desse pressuposto, a terceira fase consistiu em leituras de todo material (documentos institucionais, questionários, entrevistas), com o objetivo de apreender e organizar aspectos importantes para as próximas etapas da análise. Posteriormente, o material analisado foi transformado em instrumentos que favorecessem o entendimento do leitor, como gráficos, quadros, tabelas etc. As entrevistas foram transcritas, na íntegra, de forma que fossem

devidamente interpretadas, fazendo com que as questões de pesquisa aqui expostas fossem respondidas.

6 RESULTADO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O objetivo dessa seção é descrever, analisar e interpretar os dados referentes às causas da evasão, junto aos alunos evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente, do *campus* Serrinha. Para tal, iniciamos com a análise dos dados provenientes de formulários socioeconômicos e fichas de matrículas disponíveis na SRA, Coordenação de Assistência ao Educando (CAE) e do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga).

Durante a análise, foi possível identificar um total de 163 alunos que não concluíram o curso, contudo, não foi possível manter contato com a maioria deles. Durante as inúmeras tentativas, por meio de ligações por telefone e Whatsapp, percebeu-se que muitos contatos não estavam atualizados, ou seja, estavam desligados, fora da área de cobertura ou até mesmo pertenciam a terceiros que não possuíam vínculos com os alunos. Dentre os evadidos tivemos êxito no contato com 26 alunos, destes, 24 aceitaram participar da pesquisa, no tocante ao preenchimento do questionário eletrônico.

A coleta das informações por meio do questionário visa atender ao objetivo que trata de traçar o perfil social e econômico do público em questão, além de conhecer os fatores motivadores da escolha do curso e instituição e os fatores predominantes para a evasão. À medida que os alunos respondiam ao questionário, as respostas eram catalogadas em uma planilha Excel, para análise posterior.

Após traçar o perfil dos alunos evadidos, iniciaram-se as análises e interpretações das respostas às entrevistas semiestruturadas, onde dos 26 estudantes contatados, 15 se disponibilizaram a participar dessa fase da pesquisa, portanto as entrevistas foram realizadas com 15 alunos evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente. Para a identificação dos entrevistados, utilizou-se das iniciais AE que significa aluno evadido, seguido de numeração de 1 a 15, de acordo com ordem de entrevista.

Por fim, foram analisados os dados referentes à abrangência da PAE, com enfoque no PAISE, nos anos de 2016 a 2019, discutindo os resultados a partir do total de alunos inscritos, alunos contemplados e os que não receberam os auxílios solicitados.

6.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E DEMAIS INSTRUMENTOS DE COLETA

Inicialmente, essa pesquisa estabeleceu como um dos seus objetivos específicos conhecer o perfil social e econômico de todos os alunos que tiveram sua matrícula efetuada nos

anos compreendidos entre 2016 e 2019. Posteriormente, o resultado desse perfil seria utilizado para uma comparação entre os dados de matrículas gerais com os dados dos evadidos. Esse objetivo seria realizado por meio do acesso aos dados socioeconômicos, preenchidos em formulários no ato da matrícula ou aplicados por setor específico.

No IF Baiano, *campus* Serrinha, a CAE é o setor responsável pelo preenchimento dos formulários que constam informações pessoais e sociais dos estudantes matriculados. Esse documento fica arquivado em uma pasta, sob responsabilidade dos assistentes de alunos. Contudo, ao buscar tal instrumento identificou-se que não havia informações dos estudantes evadidos, pois foram descartados, por não se entender necessária a conservação de tais documentos, uma vez que os alunos não estavam mais na instituição. No setor havia apenas registros dos alunos que concluíram ou que permaneciam frequentando os cursos. No setor de serviço social, que também faz parte da CAE, existiam apenas registros de dados referentes à situação social e econômica daqueles alunos que solicitaram os programas estudantis.

Diante disso, foi necessário buscar esses dados na SRA e, ao acessar as fichas de matrículas dos discentes, observou-se que não existiam informações referentes aos dados econômicos, tais como ocupação, renda *per capita*, ou seja, não existiam as informações essenciais para que fosse realizada uma caracterização do perfil socioeconômico de todos os alunos matriculados. Para além da inexistência de informações, verificou-se que os formulários/fichas de matrículas disponíveis na SRA não seguiam uma uniformidade, ou seja, os documentos aplicados no ano de 2016 eram diferentes dos aplicados em 2017, e assim sucessivamente.

Essa divergência fez com que questões como religião, etnia, vínculo empregatício, estivessem disponíveis em alguns documentos, mas em outros, não. Outra situação que merece atenção é que os documentos mencionados, até a data da coleta de informações, não estavam disponíveis de forma digital, apenas em arquivos físicos (papel), exceto as informações referentes ao ano de 2019, que constavam no Siga. Desse modo, foram necessárias várias idas ao *campus*, para que fosse possível realizar a coleta desses dados. Essa forma de buscar documentos impressos causou bastante dificuldade à coleta de dados, devido à pandemia da Covid-19. A dificuldade deu-se tanto no manuseio desses documentos quanto no acesso à instituição, visto que as atividades estavam acontecendo, na maior parte do tempo, de forma remota.

Com base nas informações apresentadas, não foi possível a realização da elaboração do perfil social e econômico de todos os estudantes matriculados no IF Baiano, *campus* Serrinha, nos anos de 2016 a 2019, como proposto inicialmente por essa pesquisa, visto que a instituição

não dispunha dos dados necessários para o estudo. Porém, o objetivo foi adaptado, no qual optou-se por traçar o perfil social e econômico dos alunos evadidos que conseguimos manter contato.

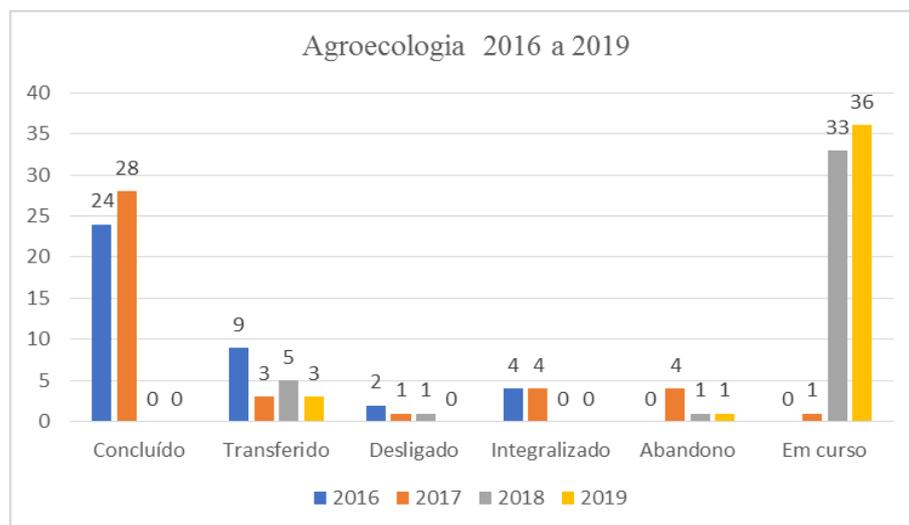
Por meio do conceito de evasão, proposto em Brasil (2014) e adotado aqui, entende-se a evasão como a interrupção do aluno no ciclo do curso, podendo acontecer com o abandono, não renovação da matrícula, saída formalizada ou desligamento/desistência. Esse estudo apresenta um panorama sobre os números totais de matrícula e evasão dos cursos apresentados, no período de 2016 a 2019. Os dados apresentados apontam um resultado de 455 matrículas realizadas, ou seja, cada aluno foi considerado individualmente. Ao mesmo tempo, tivemos um quantitativo de 163 alunos evadidos, o que corresponde a 36 % dos alunos matriculados que não obtiveram êxito na conclusão do curso.

Em relação aos números da evasão dos cursos analisados, o estudo mostra, por ano, a situação referente aos alunos:

- Concluídos: aqueles que concluíram o curso;
- Transferidos: aqueles que solicitaram transferência de curso ou de instituição;
- Desligados: aqueles que solicitaram o encerramento do vínculo (formalizado);
- Integralizados: aqueles que concluíram as disciplinas, mas não entregaram o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou vice-versa;
- Abandonos: aqueles com saída sem formalização e;
- Em curso: aqueles que estão cursando, ou seja, que estão frequentando as aulas.

Nos gráficos que apresentaremos a seguir é possível verificar a situação dentre os cursos.

Gráfico 1 - Situação dos alunos do curso de Agroecologia entre os anos de 2016 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos documentos institucionais (2022).

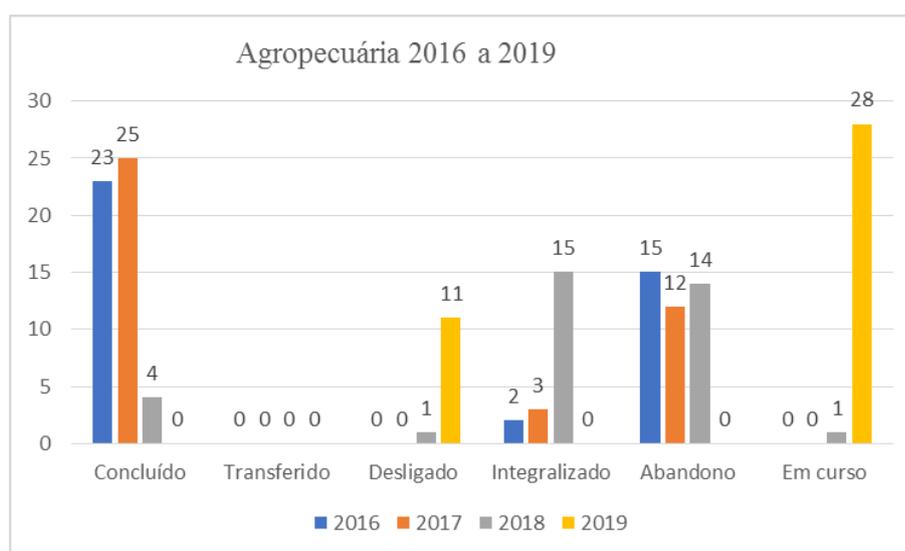
Com base no Gráfico 1, observa-se que no ano de 2016, o curso de Agroecologia teve um total de 39 alunos matriculados. Desses, 24 concluíram o curso e nove solicitaram transferência de instituição. Além disso, dois foram desligados e quatro integralizaram. Não houve números referentes a abandono, nem de alunos em curso, visto que o prazo de conclusão do curso de Agroecologia corresponde a três anos.

No ano de 2017, houve um aumento no número de matrículas referente ao ano anterior, passando para um total de 41. Em relação aos transferidos, esse número caiu para três, apenas um foi desligado do curso, quatro estavam integralizados, quatro abandonaram o curso e um ainda estava cursando.

Os dados referentes ao ano de 2018 apontam que houve 40 matrículas, sendo que cinco solicitaram transferência, um foi desligado, e um abandonou o curso. Em relação aos concluintes, não existem números, visto que o curso tem duração de três anos. Com isso, permanecem em curso um total de 33 alunos. Por fim, no ano de 2019, houve, também, um total de 40 matrículas, com três transferências e um abandono; seguem em curso 36 alunos.

Pelo Gráfico 1 foi possível verificar que o curso de Agroecologia, no período estudado, teve um total de 160 alunos matriculados. Desses, o índice de alunos em situação de abandono escolar, ou seja, aqueles que saíram sem formalização, os desligados e os transferidos somaram 30 casos, o que significa 19% dos estudantes.

Gráfico 2 - Situação dos alunos do curso de Agropecuária entre os anos de 2016 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos documentos institucionais (2022).

Em relação ao curso de Agropecuária, os dados apontam que, no ano de 2016, foram 40 matrículas realizadas, sendo que, dessas, 23 concluíram o curso, dois estavam integralizados e quinze abandonaram. No ano de 2017, o número de matrículas foi igual ao ano anterior, porém

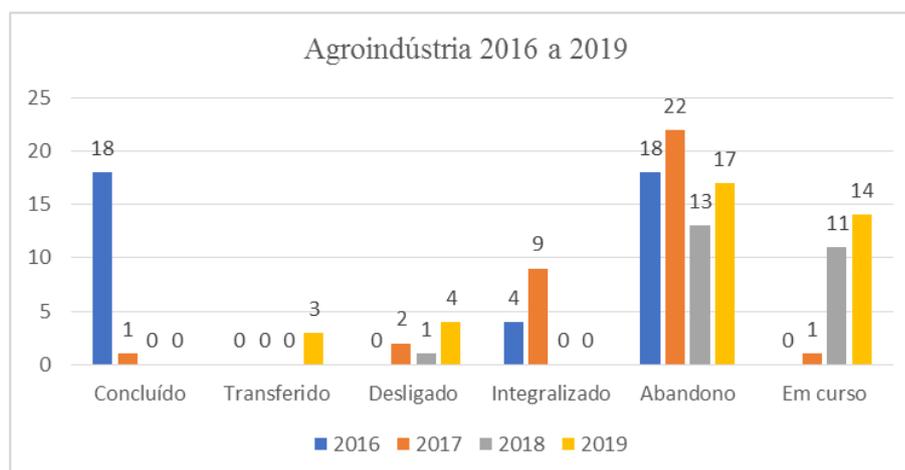
houve um aumento no número de concluintes, que foram 25. Havia três alunos integralizados e doze abandonaram, índice menor que no ano anterior.

No ano de 2018, foram realizadas 38 matrículas, com quatro alunos concluintes, quinze integralizados, quatorze abandonos e um aluno ainda em curso. Em 2019, o curso realizou 39, em que onze foram desligados e 28 encontram-se cursando. Não obtivemos números de alunos que abandonaram em 2019.

O Gráfico 2 mostra que o curso de Agropecuária apresentou um número significativo de estudantes em situação de evasão escolar. Em um universo de 157 matrículas, 53 alunos, ou seja, 34% do total, não concluíram o curso.

A seguir, no Gráfico 3, são apresentadas as informações sobre o curso técnico em Agroindústria.

Gráfico 3 - Situação dos alunos do curso de Agroindústria (Proeja) entre os anos de 2016 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos documentos institucionais (2022).

No ano de 2016, houve 40 matrículas, sendo que, dessas, dezoito alunos concluíram o curso, quatro estavam integralizados e dezoito abandonaram. Em 2017, foram realizadas 35 matrículas, em que apenas um concluiu o curso, dois foram desligados, 22 abandonaram e um estava em curso. Com relação ao ano de 2018, houve 25 matrículas, com um aluno desligado, treze abandonos e onze alunos em curso.

Em 2019, o número de matrículas aumentou em relação ao ano anterior, perfazendo um total de 38. Houve três alunos transferidos e um desligado. O número de abandonos também aumentou em relação ao ano anterior, totalizando dezessete, e ainda permaneciam em curso quatorze alunos.

Nesta etapa, observou-se um cenário bastante preocupante com o curso de Agroindústria, quando comparado ao número de alunos concluintes ou aqueles que possuem

condições de concluir o curso em período regular com os que evadiram. Entre as 138 matrículas, realizadas no período estudado, apenas 58 concluíram ou possuem condições de concluir o curso. Há 80 alunos em situação de abandono escolar, transferência ou desligamento, o que corresponde a 58% das matrículas, conforme demonstra a Tabela 3.

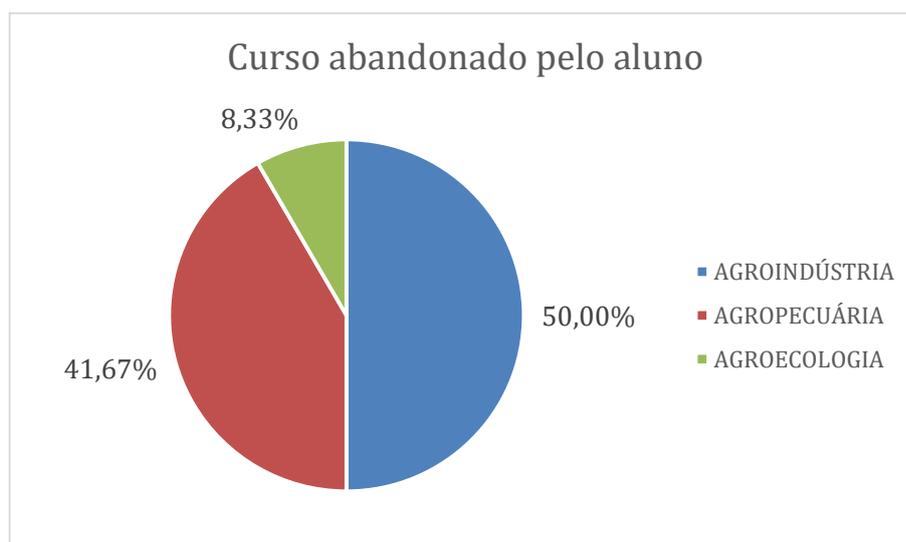
Tabela 3 - Números total de alunos matriculados e evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja) entre 2016 e 2019.

Curso	Agroecologia	Agropecuária	Agroindústria
Nº de matriculados	160	157	138
Nº de evadidos	30	53	80
Percentual de evasão (aproximado)	19%	34%	58%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Corroborando com esses dados, o Gráfico 4, que trata sobre os números referentes às informações apresentadas pelos alunos que responderam ao questionário, aponta que o curso que mais houve evasão foi o curso técnico em Agroindústria, com um percentual de 50%, comparados a 41,67% do curso de Agropecuária e 8,33% do curso de Agroecologia.

Gráfico 4 - Dados de evasão referentes aos cursos de Agroindústria, Agropecuária e Agroecologia



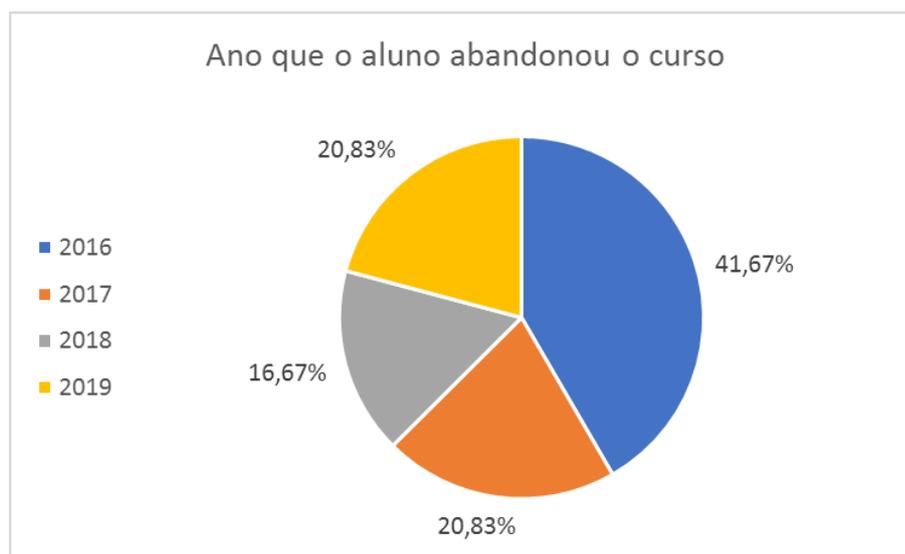
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

É possível observar a partir das informações contidas nos documentos institucionais,

bem como nos questionários eletrônicos, que o curso que apresenta maior número de alunos evadidos é o de Agroindústria, como supramencionado.

Sobre o ano que ocorreu a evasão, o Gráfico 5 destaca que no ano de 2016 o número foi de 41,67%, maior percentual em relação aos outros anos estudados. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de ter sido o ano de implantação dos cursos.

Gráfico 5 - Ano com maior taxa de evasão no curso de Agroindústria



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

É importante refletir que, no ano de 2016, o *campus* estava em processo de implantação, e a oferta desses cursos exige a participação de uma equipe com muita habilidade para pensar em currículos e metodologias adequadas à realidade dos alunos. Contudo, nesse período inicial não havia recursos humanos suficientes para a realização dessas atividades, ocasionando em uma série de questões e problemas de ordem estrutural, como incapacidade de funcionamento pleno de diversos laboratórios; falta de materiais, de equipamentos técnicos da área e de professores das áreas técnicas; inexistência de cantina e áreas para socialização de alunos; ineficiência no transporte público; entre outros. Nesse sentido, na próxima seção, foram explanados os dados da pesquisa, com o intuito de investigar as causas da evasão.

6.1.1 Perfil socioeconômico

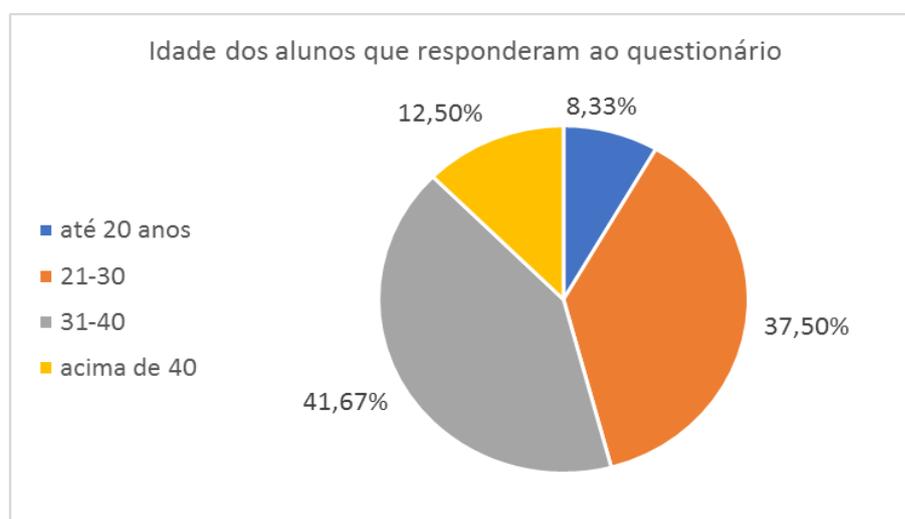
Após a aplicação do questionário e da entrevista semiestruturada, traçamos características do perfil socioeconômico desses estudantes evadidos, conforme veremos a seguir:

6.1.1.1 Idade

O curso técnico de Agroecologia, conforme demonstrado no Gráfico 4, possui o menor índice de evasão. O curso em questão é composto por alunos com idade entre quinze e dezoito anos, faixa considerada como idade adequada, enquanto o curso técnico em Agroindústria, na modalidade Proeja, conta com alunos com idade superior a vinte anos. Da mesma forma, os alunos do curso técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente, apresentam idade superior a vinte anos, porém os estudantes dessa modalidade já concluíram o ensino médio, o que pode levar à hipótese que esses saem do curso antes da conclusão, seja por necessidade de trabalhar, fazer curso superior ou outros motivos, uma vez que não há mais a obrigatoriedade de estudar a modalidade subsequente, pois já concluíram a educação básica.

Em relação à idade, o Gráfico 6 aponta que 8,33% dos alunos possuem até vinte anos, 37,50% possuem entre 21 e 30 anos, na faixa etária de 31 a 40 o total é de 41,67% e acima dos 40 anos há 12,50% alunos.

Gráfico 6 - Idade dos alunos que responderam ao questionário da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

No Gráfico 6, constata-se que os maiores percentuais de alunos evadidos dos cursos pesquisados estão em idade entre 21 e 40 anos. Essas informações ratificam os dados sobre faixa etária, encontrados por pesquisa realizada pelo Instituto Unibanco (2021), os quais afirmam que existe uma idade crítica para a evasão escolar no Brasil.

No ensino fundamental, com, em média, treze anos de idade, a porcentagem de alunos na escola chega a 97%, pois ainda se trata da educação básica compulsória. Esse índice cai

quando se trata de jovens de dezesseis, dezessete e dezoito anos, que é a faixa etária adequada para frequentar o ensino médio. Essa idade corresponde ao início da fase adulta, na qual os jovens possuem uma maior necessidade por trabalhar, fazer um curso universitário ou, até mesmo, constituir família, o que pode ocasionar o esvaziamento dos alunos nos cursos técnicos.

Existe, também, a problemática da distorção idade-série. O censo escolar aponta que a taxa de distorção idade-série do ensino médio foi de 26,2%, dois pontos a menos ao observado em 2018, além disso, são mais elevadas na rede pública do que na privada (BRASIL, 2019). Contudo, considerando as três primeiras séries dessa etapa de ensino, as maiores distorções são observadas para a 1ª série, com taxas de 32,9% na rede pública e 7,9% na rede privada.

Vale destacar que utilizamos o Censo Escolar 2019 devido ao recorte temporal apresentado nessa pesquisa, que é de 2016 a 2019, pois o Censo Escolar mais recente apresenta informações considerando o contexto pandêmico, o qual não faz parte desse estudo.

6.1.1.2 Gênero

Em relação ao gênero dos alunos matriculados nos cursos técnicos do *campus* Serrinha, a pesquisa apresenta os resultados indicados na Tabela 4, a qual mostra que a maioria dos alunos ingressantes nos cursos técnicos e subsequentes pertence ao gênero feminino.

Tabela 4 - Gênero dos alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja) entre 2016 e 2019

Gênero	Agroecologia	Agropecuária	Agroindústria	Total	%
Feminino	97	105	82	284	62%
Masculino	63	49	59	171	38%
Total	160	154	138	455	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação ao gênero dos alunos evadidos, a Tabela 5 apresenta os seguintes dados:

Tabela 5 - Gênero dos alunos evadidos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja) entre 2016 e 2019

Gênero	Agroecologia	Agropecuária	Agroindústria	Total	%
Feminino	6	42	58	106	65%
Masculino	4	19	34	57	35%
Total	10	61	92	163	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Tabela 5 indica que, em números absolutos, da mesma forma que o gênero feminino predomina em quantitativo de matrículas, há também uma maior evasão de mulheres. Considerando esse parâmetro observa-se que a diferença entre os evadidos do gênero feminino e os evadidos do gênero masculino é bastante considerável, necessitando que esses dados sejam utilizados para propor e avaliar as políticas educacionais.

Para complementar os resultados indicados sobre a predominância da evasão do gênero feminino no IF Baiano, *campus* Serrinha, foi elaborada, na Tabela 6, a apresentação da porcentagem real, por gênero, junto aos números de matrículas.

Tabela 6 - Porcentagem por gênero dos alunos matriculados e evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria (Proeja), entre 2016 e 2019

Gênero	Matriculados	Evadidos	% em relação à categoria
Feminino	284	106	37%
Masculino	171	57	34%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Tabela 6 ratifica o resultado anterior, em que o gênero feminino é que mais evade no IF Baiano, *campus* Serrinha. Entretanto, ao analisar o percentual de evadidos dentro de cada categoria, eliminando, assim, a distorção criada pelo número maior de matrículas do gênero feminino, observamos que existe uma equiparação nos dados, indicando, em termos relativos,

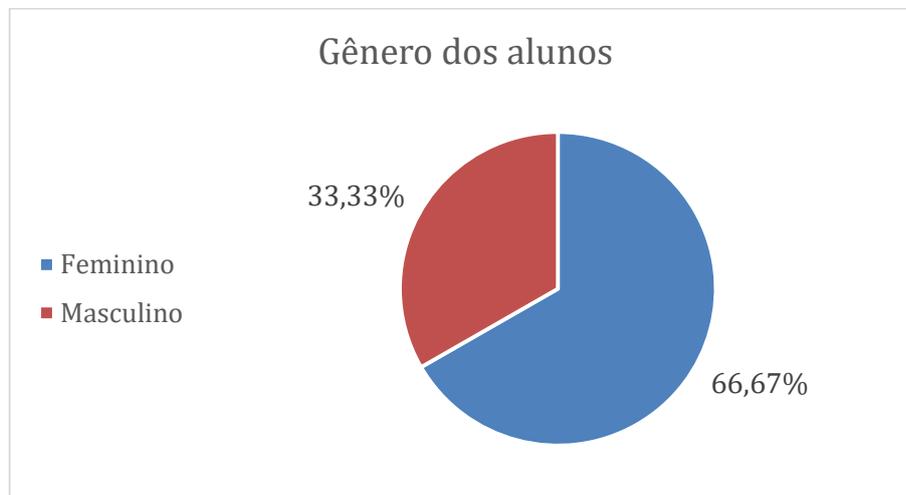
uma mesma proporção de alunos evadidos do gênero masculino, ou seja, um grupo com menor número de matriculados que evadem na mesma proporção do gênero feminino.

Esse resultado se aproxima das pesquisas realizadas pelo Censo Escolar 2018, o qual expõe que, apesar dos dados de acesso serem quase iguais, a tendência ao abandono é maior entre os homens (BRASIL, 2019). Segundo o Censo Escolar 2018, 7,7% de pessoas do gênero masculino deixam a escola, enquanto, ao que se refere às mulheres, o valor é de 6,1%.

Essa mesma pesquisa expõe que o gênero masculino apresenta maior distorção do que o feminino, em todas as etapas de ensino, sendo a maior diferença observada no sexto ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série é 31,6% para os homens e 19,2% para as mulheres.

Quanto ao gênero dos alunos evadidos que responderam ao questionário, o Gráfico 7 ressalta que a maioria pertence ao gênero feminino, totalizando um percentual de 66,67%. Mais uma vez, o estudo apresentado ratifica os dados gerais que tratam sobre os números da evasão no *campus* Serrinha, o qual comprovou que o gênero feminino apresenta maior índice de evasão.

Gráfico 7 - Gênero dos alunos evadidos que responderam ao questionário

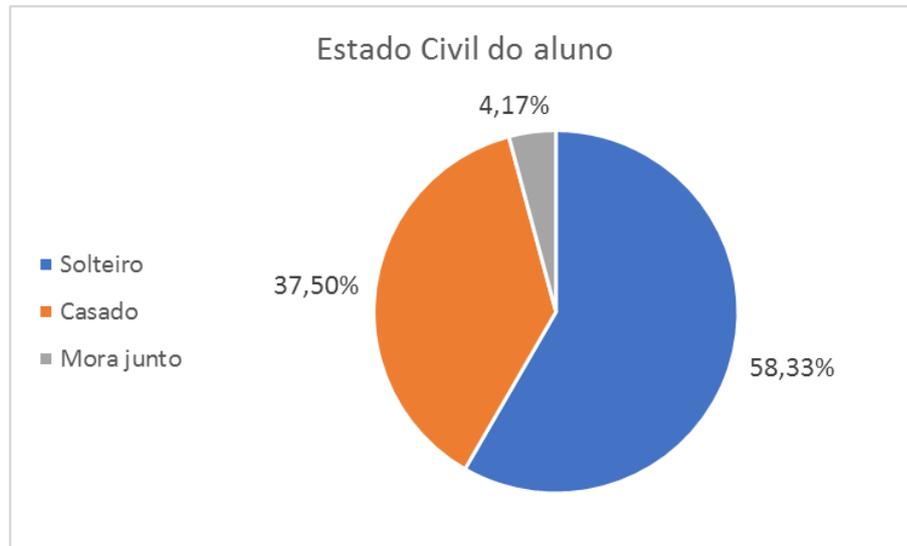


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

6.1.1.3 Estado civil

Sobre o estado civil dos estudantes evadidos que responderam ao questionário, o Gráfico 8 mostra que 58,33% eram solteiros, 37,50% legalmente casados e 4,17% moravam juntos, sem legalização da união.

Gráfico 8 - Estado civil dos estudantes evadidos que responderam ao questionário

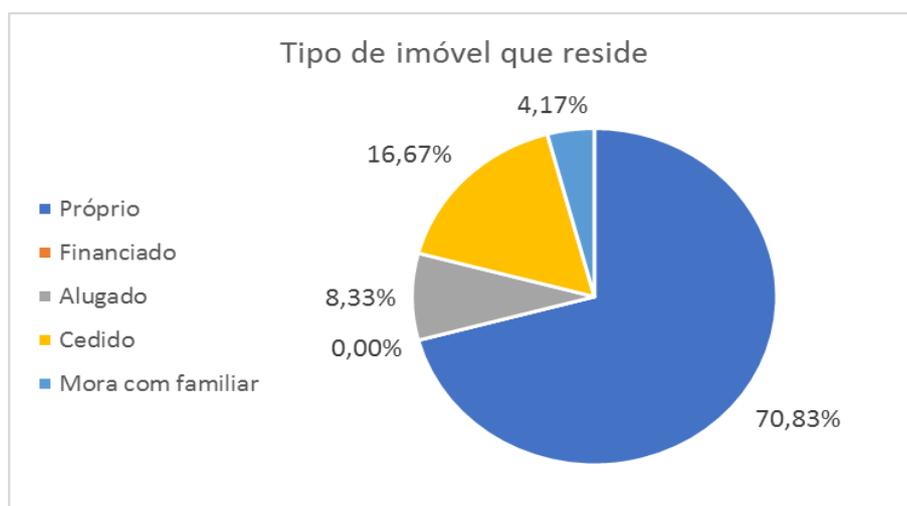


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

6.1.1.4 Residência (quanto ao tipo, localização, infraestrutura, quantidade de pessoas que residem com o estudante)

No que tange ao tipo de imóvel que reside, o Gráfico 9 registra que 70,83% disseram morar em imóvel próprio; 16,67% contaram que o imóvel era cedido; 8,33% moravam em imóvel alugado; e 4,17% com um familiar. Não houve respostas para imóvel financiado.

Gráfico 9 - Tipo de imóvel que reside

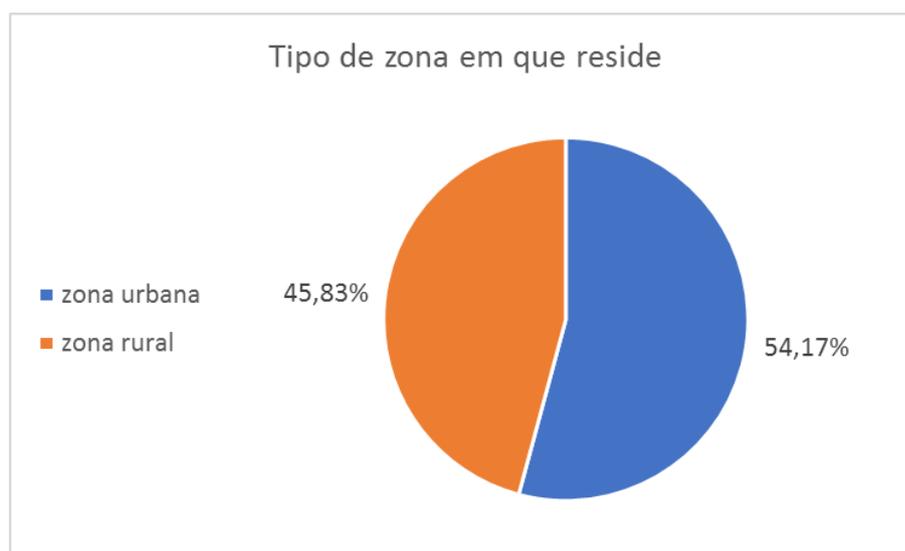


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Quanto ao local de residência (Gráfico 10), verificou-se que a maior concentração dos

alunos está na zona urbana, correspondendo a 54,17%. Tal percentual pode ser atribuído ao fato de a pesquisa ter sido realizada de forma virtual e por meio de contato telefônico, por isso, muitos alunos da zona rural poderiam estar incomunicáveis, pela precariedade de sinal telefônico e/ou internet.

Gráfico 10 - Zona em que reside

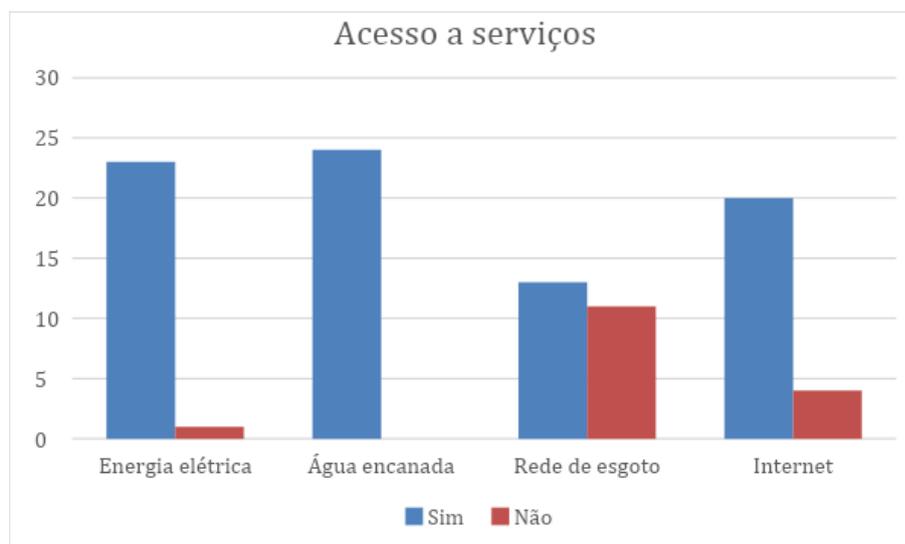


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Sobre as condições de infraestrutura básica, o Gráfico 11 aponta que 95,83% dos alunos possuem energia elétrica, 100% têm acesso a água encanada, 56% possuem rede de esgoto e 83,33% têm acesso à internet.

Os serviços de saneamento básico, como energia elétrica, acesso à água e rede de esgoto são fundamentais para garantir condições dignas de habitação, preservação do meio ambiente e redução da incidência de uma série de doenças. O acompanhamento da realização desses serviços é extremamente importante, pois garantem melhores condições de vida à saúde da população (IBGE, 2017).

Gráfico 11 - Acesso aos serviços de energia elétrica, água encanada, rede de esgoto e internet

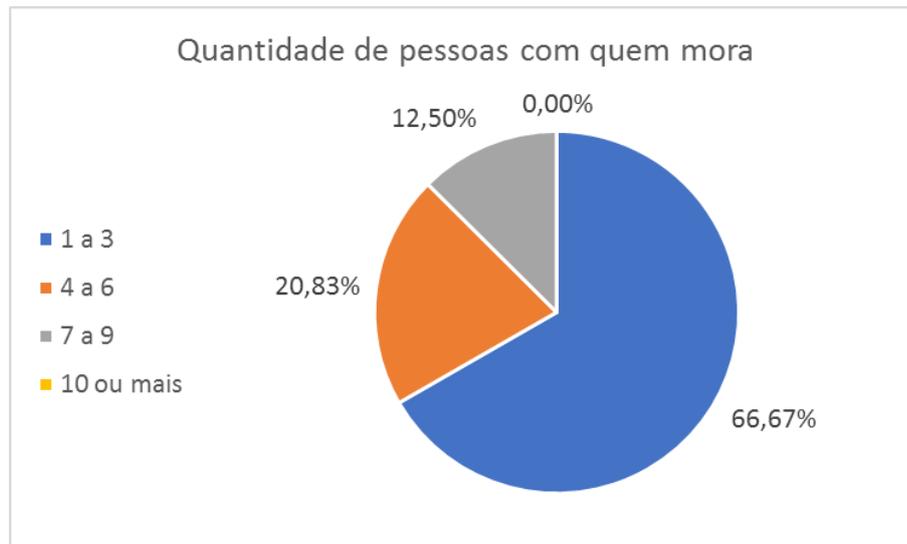


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Para as questões impostas no contexto familiar e social, buscou-se conhecer com quantas pessoas o estudante evadido reside atualmente, sua renda familiar e o trabalho que desenvolve. Em relação à quantidade de pessoas que moram na mesma residência, o Gráfico 12 mostra que 66,67% moram com uma a três pessoas na mesma residência. Não houve situações em que a mesma casa fosse composta por dez ou mais pessoas.

Esse resultado pode ser reflexo da nova conjuntura da realidade populacional, devido a algumas mudanças de ordem social, econômica e cultural, que resultam na queda do número de filhos por família. Vale destacar que a taxa de natalidade, no Brasil, apresenta decréscimo ao longo dos anos, e os motivos para essa diminuição se deve à queda da fecundidade e à efetivação das políticas públicas relacionadas à saúde, à educação e ao mercado de trabalho (IBGE, 2010).

Gráfico 12 - Quantidade de pessoas com quem mora

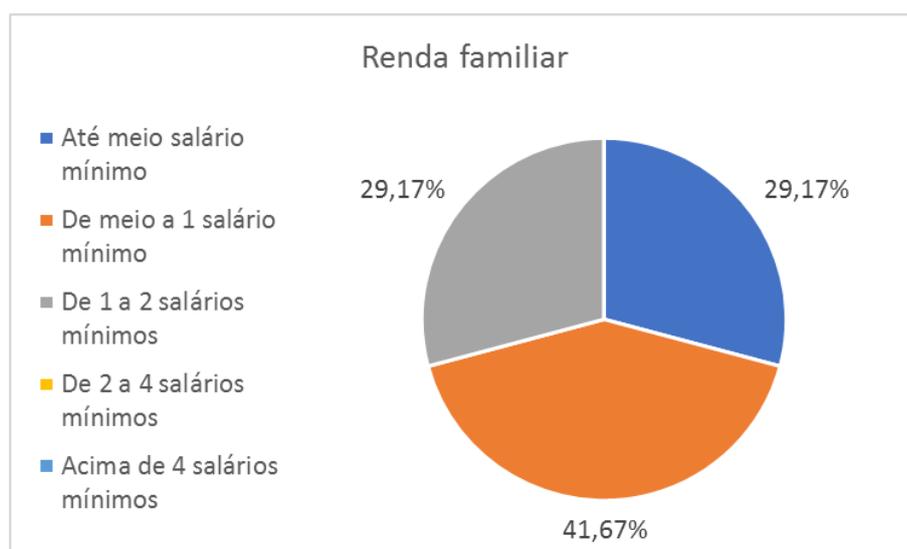


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

6.1.1.5 Condições econômicas

Em relação à renda familiar o Gráfico 13 aponta que 29,17% encontram-se na faixa de até meio salário mínimo, 41,67% alegaram uma renda familiar entre meio a 1 salário mínimo, enquanto 29,17% declararam receber de 1 a 2 salários mínimos. Não foram mencionadas renda acima de 2 salários mínimos.

Gráfico 13 - Renda familiar



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Esse resultado apresentado no Gráfico 13 reafirma os dados embasados pela pesquisa da UNICEF (2021), que considera a renda como um dos fatores que determinam os percentuais de abandono e atraso escolar dos jovens, conforme mostra a Tabela 7:

Tabela 7 - Renda familiar per capita entre crianças e adolescentes fora de escola, Brasil, 2019

Renda domiciliar <i>per capita</i>	4 a 17 anos	
	N	%
Até ¼ de SM	354.630	32,3
Mais de ¼ e até ½ SM	324.908	29,6
Mais de ½ e até 1 SM	309.409	28,2
Mais de 1 a 2 SM	88.587	8,1
Mais de 2 a 3 SM	12.954	1,2
Mais de 3 a 5 SM	4.261	0,4
Mais de 5 SM	1.721	0,2
TOTAL	1.096.470	100

Fonte: IBGE (2019 *apud* UNICEF, 2021, p. 30).

A Tabela 7 mostra que existe uma significativa relação entre a pobreza e a exclusão da escola. Os dados apontam que apenas 9,9% dos que estavam fora da escola e tinham de 4 a 17 anos, em 2019, vivem em famílias com mais de um salário mínimo *per capita*; 90,1% vivem em famílias com renda familiar *per capita* menor que um salário mínimo. Desses, 32,3% em famílias com até ¼ do salário mínimo de renda *per capita*, 29,6% entre ¼ e ½ e 28,2% de ½ até um salário mínimo *per capita*.

Observa-se que os resultados trazidos pela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os apresentados por esse estudo demonstram que a condição econômica é um fator condicionante para a evasão escolar, o que só fortalece a necessidade de discussão sobre garantia de permanência dentro das instituições de ensino, sobretudo da população mais vulnerável. Nos dados de nossa pesquisa, todos os alunos evadidos pertencem a Classe E (renda familiar de até dois salários mínimos), segundo classificação do IBGE.

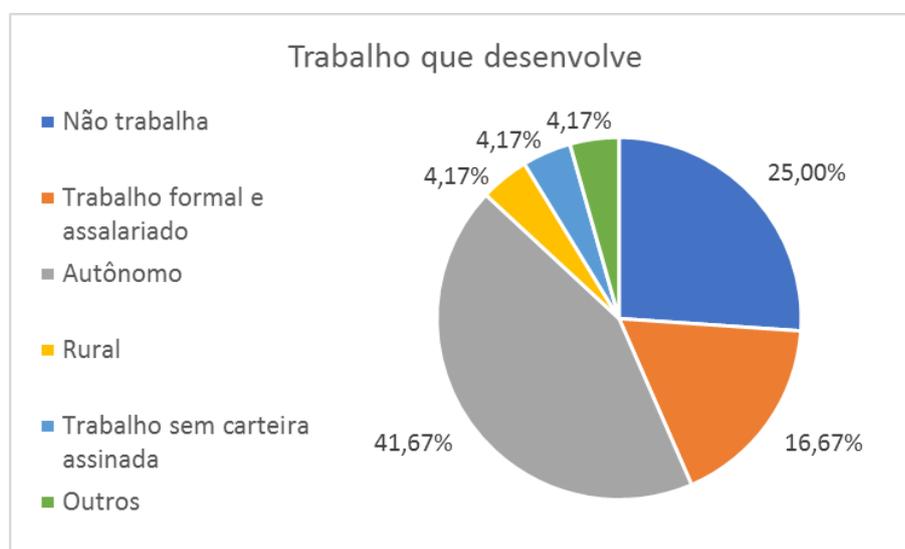
Nesse sentido, Arroyo (1991, p. 21) afirma que:

Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

É preciso, portanto, que políticas de combate à evasão sejam elaboradas, com o objetivo de atender esses alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que, conseqüentemente, apresentam uma maior probabilidade de evadir.

Dentre os determinantes da evasão apresentados no questionário eletrônico, a dificuldade financeira foi apontada como a principal causa de evasão, conforme demonstraremos no decorrer dessa pesquisa (Gráfico 15). Para esse fator, 33,33% dos alunos responderam que influenciou totalmente para a evasão do curso; da mesma forma, 33,33% afirmaram que esse mesmo fator contribuiu parcialmente, ou seja, 66,66% dos estudantes relataram que a dificuldade financeira foi um entrave para a continuação dos estudos.

Gráfico 14 - Trabalho que desenvolve



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Em resposta sobre o trabalho desenvolvido pelos alunos evadidos, o Gráfico 14 evidencia que 41,67% trabalham de forma autônoma, ou seja, desenvolvem suas atividades sem vínculo empregatício; 25% não trabalham; e apenas 16,67% trabalham formalmente. Relacionando os dados apresentados nos Gráficos 13 e 14 observa-se que mesmo aqueles que trabalham formalmente possuem uma renda considerada baixa, não ultrapassando dois salários mínimos.

Ao perguntar sobre o motivo pelo qual os alunos evadiram obtivemos as seguintes respostas:

AE01: Foi como eu expliquei. Foi tipo, eu estava trabalhando em outra cidade e aí eu tava saindo de lá muito tarde, tava pegando um ônibus, que a cidade onde eu tava trabalhando, de lá para cá, são 44 km [...] Aí eu tava chegando muito tarde e perdendo as aulas. E aí, acabou sendo uma coisa muito cansativa,

porque eu tava indo de manhã e voltava à noite, todo dia. Quarenta e quatro mais quarenta e quatro, oitenta e oito quilômetros por dia. Pra ir ainda pegar a moto pra ir, porque da onde eu morava pro IF dava mais uns seis, sete quilômetros. Aí sete mais sete pra ir e voltar é quatorze; mais oitenta e oito. Aí tava ficando muito cansativo.

AE03: No caso, eu comecei a trabalhar e não tava tendo tempo [...] O curso é bom. Eu só desisti mesmo por causa de trabalho, senão teria continuado.

AE04: Por conta do trabalho e da distância. A gente mora... Eu sou filho de Serrinha, mas eu moro aqui no município de Coité, entendeu?

AE06: Eu achei que não tava valendo muito a pena. Estudando a noite toda, trabalhava de dia, estudando a noite toda. Tava muito puxado. Saía do trabalho cinco horas, pra ir pro curso seis e meia, pra chegar em casa onze horas todo dia. Curso médio por curso médio eu já tenho.

AE08: Foi porque eu arrumei trabalho. E aí, eu não consegui conciliar tudo não. E aí, tava com filho pequeno também. Aí ficou difícil. Por isso que eu desisti.

Para Arroyo (2010), é preciso corrigir as desigualdades educacionais fazendo uma análise para além dos determinantes intraescolar e intrassistema, incluindo as questões sociais, econômicas, políticas, culturais, de gênero, raça, etnia, campo e periferia. É preciso que essa análise seja feita junto aos padrões de poder, trabalho, acumulação, concentração-exclusão da terra e da renda, pois são esses os determinantes que condicionam as desigualdades educacionais.

Para o autor,

É urgente retomar essa relação não superada entre educação e desigualdades. Primeiro, porque foi uma das relações mais instigantes do pensamento educacional. Segundo, porque essa relação foi desfigurada e soterrada nos escombros de relações de mercado, de educação e padrão mínimo de qualidade, de currículos por competências, gestão e avaliação de resultados. Terceiro, porque as desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos(as) pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites da violência. As desigualdades dos coletivos sem-terra, sem-terra, sem-espaço, sem-comida, sem universidade, sem-territórios entram na escola como nunca antes e interrogam as políticas educativas, sua gestão e suas análises (ARROYO, 2010, p. 1384).

Corroborando com essa discussão, Zago (2006) destaca que estudantes oriundos de camadas populares e sem recursos suficientes para se manter, vivem em uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível, devido às diversas situações, como: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para realizar as solicitações do curso e outras de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.). Com isso, esses alunos

seriam potenciais candidatos à evasão.

Nesse sentido, as falas expostas durante as entrevistas, com os alunos evadidos, reforçam a ideia sobre a dificuldade de conciliar trabalho e estudo. A necessidade de trabalhar e obter renda contribui para que exista dificuldade na conciliação entre estudo e trabalho, associado também às questões financeiras, principalmente para os alunos do curso noturno, que já estão exaustos da rotina árdua de um dia todo de trabalho.

6.1.2 Determinantes que interferem no índice de evasão escolar

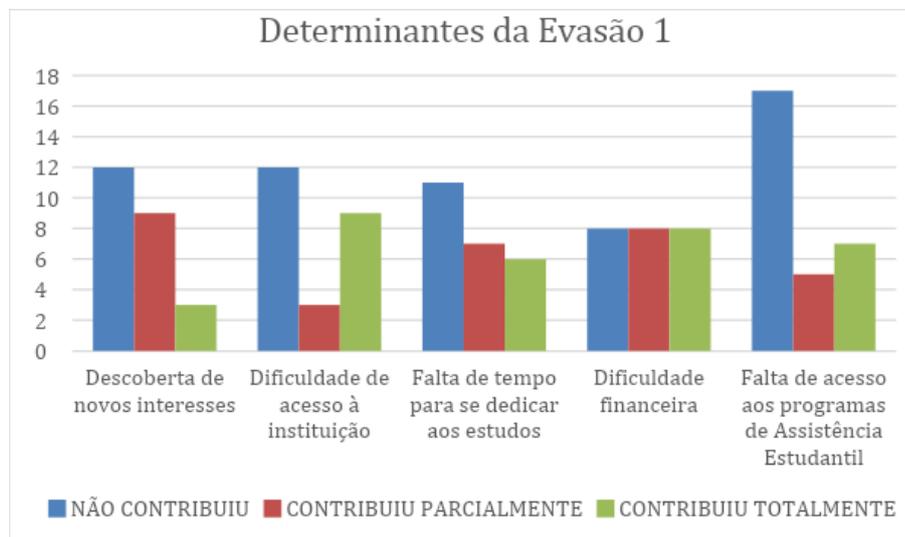
Para além do perfil socioeconômico, essa pesquisa também pretendeu identificar quais foram os determinantes que contribuíram para a decisão de deixar o curso antes da conclusão. Para essa investigação utilizou-se dezoito perguntas, apresentando diferentes possibilidades, as quais os alunos classificaram como: não contribuem, contribuem parcialmente ou contribuem totalmente para a evasão, conforme veremos abaixo:

- Não ter atendido às expectativas/não se identificou com o curso;
- Descoberta de novos interesses;
- Dificuldade de acesso à instituição;
- Falta de acessibilidade;
- Problemas de relacionamento com professores;
- Problemas de relacionamento com os colegas;
- Preconceito ou discriminação sofridos no IF Baiano;
- Dificuldade com a forma de ensino dos professores do IF Baiano;
- Falta de tempo para se dedicar aos estudos;
- Dificuldade financeira;
- Falta de acesso aos programas de assistência estudantil;
- Falta de atendimento com pedagogo, psicólogo ou assistente social;
- Ingresso em outro curso ou instituição;
- Mudança de endereço/cidade;
- Gravidez da estudante ou alguém da família;
- Doença do estudante ou alguém da família;
- Falecimento de alguém da família;
- Interferência de fenômenos da natureza (tempestades, calamidades etc.).

A partir das respostas dos questionários e das falas dos entrevistados, foi possível compreender sobre as causas que determinaram a saída dos estudantes antes da conclusão do

curso. Vale ressaltar que, nessa pesquisa, a evasão escolar é compreendida como a saída precoce do aluno antes da conclusão do curso, abrangendo as várias modalidades de saída.

Gráfico 15 - Determinantes da evasão I



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Além da *Dificuldade financeira*, como já mencionado, o Gráfico 15 aponta que o fator *Dificuldade de acesso à instituição* seria uma causa importante para a evasão, com um total de 37,50% dos alunos que relatam que esse fator contribuiu totalmente, e 12,50% responderam contribuir parcialmente. Sobre esses dados, é relevante o fato de que a maioria dos alunos respondentes ao questionário afirmaram morar em zona urbana e, ainda assim, a dificuldade de acesso à instituição é um fator determinante para a evasão.

A problemática pode ser justificada pelo fato de o IF Baiano, *campus Serrinha*, ter sido construído em uma área cedida, localizando-se em um bairro distante das regiões centrais da cidade. Além disso, o *campus* oferece educação profissional aos alunos dos municípios circunvizinhos, porém ocorre que grande parte desses alunos, mesmo os que residem em zona urbana, não possuem meio de transporte particular, o que, somado à ineficiência ou inexistência do transporte público municipal e às questões financeiras, torna-se mais um fator que dificulta o acesso e permanência do aluno na escola.

Podemos ratificar essa informação, uma vez que, nas entrevistas, houve relatos associados à questão do transporte e dificuldades no deslocamento, ou seja, alguns alunos expuseram que, devido à localização da instituição e aos gastos com a locomoção, principalmente aqueles que não possuem transporte próprio ou que são de baixa renda, fica inviável continuar com os estudos no IF Baiano.

AE02: Foi por isso mesmo, que é a falta do transporte que não contribuiu muito, no caso da prefeitura, que às vezes tinha semana que tinha, outras não tinha. E eu também... teve umas semanas aí que eu fiquei foi com questão de saúde também, problemas de saúde. Aí não tava tendo como eu ir. Aí, infelizmente, o número de faltas, né?

AE11: Mais a questão do transporte, que daqui pra Serrinha... daqui onde eu moro pra Coité é dezoito quilômetros de estrada de chão. Não é pista. Daqui por dentro aqui pra Chapada é treze. A estrada é muito deserta, muito... entendeu? Pra Serrinha quantos quilômetros é, Antônio? Vinte e cinco? Vinte e cinco, se for aqui por dentro, de estrada de chão. Aí a questão mais mesmo foi o transporte.

AE13: Ficava um pouquinho longe. Aí eu tinha que sair de casa às cinco e meia da manhã, pra chegar até a pista pra conseguir pegar um ônibus pra chegar até lá. E quando o ônibus chegava lá, era umas seis e pouca. Ele rodava por dentro da cidade ainda pra chegar lá. E aí, eu tinha que ficar esperando, porque as pessoas ainda estavam chegando. Na hora de voltar era a mesma coisa. Não passava um ônibus lá pra gente descer, pelo menos, na Morena Bela⁴ pra conseguir pegar outro ônibus. E, no início, tava bem difícil. Aí eu tinha que pegar, descer ali, chegar até lá em cima na pista de novo pra conseguir pegar um carro ou um ônibus pra chegar até a cidade pra pegar outro carro pra voltar. E ficou bem puxado pra mim. Aí nos dois dias eu já não aguentei e desisti.

Sobre a *Falta de tempo para se dedicar aos estudos*, 29,17% dos alunos opinaram que esse fator contribuiu parcialmente e 25% afirmaram que contribuiu totalmente. Observa-se, portanto, que a motivação apresentada pelos alunos como responsáveis pela saída precoce pode estar relacionada à dificuldade em conciliar a vida pessoal e familiar; ao volume de atividades acadêmicas; à necessidade de estar na instituição, algumas vezes, no contraturno, dentre outras. Entende-se que essas demandas necessitam de uma dedicação e tempo incompatível com a realidade de alguns alunos que possuem outras atividades ou funções fora da escola, em especial o trabalho, o cuidado com a família ou com filhos pequenos.

Nesse sentido, Bourdieu (2001) aponta que as desigualdades escolares tem sua origem no meio social e que não se pode atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso, uma vez que as oportunidades de educação são desiguais. Para o autor, é preciso romper essa ideia de culpabilização do indivíduo, pois essa ação gera um sentimento de incapacidade e incompetência.

A *Falta de acessibilidade* contribuiu para 12,50% de forma total e 25% de forma parcial. Importante destacar que, dos alunos que responderam ao questionário, apenas um apresentava algum tipo de deficiência. Dessa forma, é possível que, durante o preenchimento do

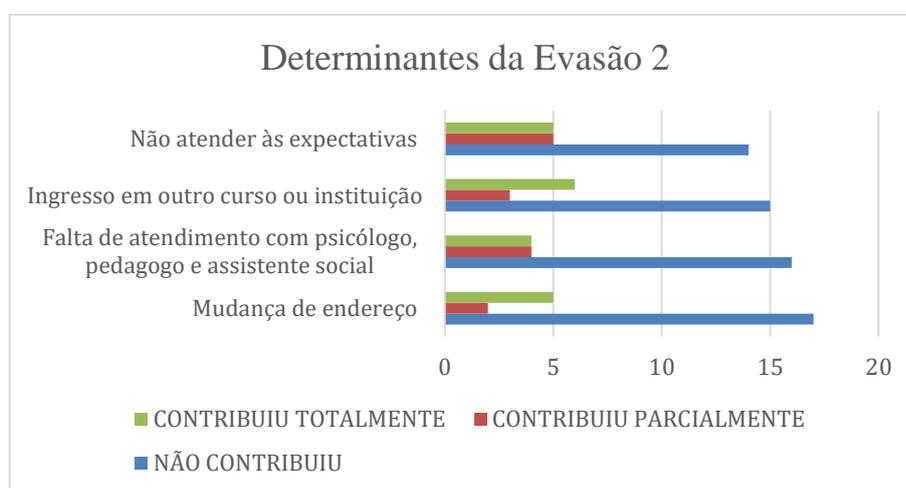
⁴ Praça localizada na cidade de Serrinha/Ba.

questionário, alguns alunos possam ter entendido a falta de acessibilidade não apenas como a condição interna para utilização dentro do espaço institucional, mas, também, o deslocamento casa/trabalho/instituição, o que ocasiona na motivação *Dificuldade de acesso à instituição*.

O fator *Descoberta de novos interesses* apresentou uma porcentagem considerável, em que 37,50% dos alunos afirmaram contribuir parcialmente e 12,50% disseram que contribuiu totalmente. Sobre esse determinante, entende-se que as eventualidades ocorrem na vida de qualquer pessoa, em especial na vida dos jovens que, após a conclusão do ensino médio, sofrem pressão da família e dos próprios amigos, para que assumam uma profissão. Com isso, alguns optam por cursar o ensino superior ou ingressar no mercado de trabalho.

A *Falta de acesso aos programas de assistência estudantil* foi determinante para 29,17% dos alunos, enquanto 20,83% relataram que esse fator contribuiu de forma parcial. É importante observar que, dos 24 alunos que responderam essa pesquisa, apenas quatro se inscreveram no programa PAISE, e todos tiveram sua inscrição deferida. Dos vinte que não se inscreveram, oito informaram que só realizaram a matrícula, ou seja, não frequentaram as aulas, o que os impossibilitou acessar aos programas disponíveis no *campus*; os outros doze alunos afirmaram não participar da seleção do PAISE por falta de interesse ou por desconhecimento.

Gráfico 16 - Determinantes da evasão II



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

De acordo com o Gráfico 16, o determinante *Mudança de endereço* também foi uma motivação. Para 20,83% dos respondentes, esse determinante teve contribuição total e para 8,33% teve contribuição parcial. Os alunos que especificaram esse motivo como causa da evasão relataram que essa mudança ocorreu em detrimento da escassez de emprego na cidade

de Serrinha e, por isso, precisou buscar trabalho em outras cidades e até mesmo em outros estados.

Os alunos relatam a mudança de endereço como justificativa para a evasão, contudo podem existir outros aspectos que interferem nessa decisão, como mudança de cidade devido à falta de oferta de emprego, casamento, entre outros. Por isso, é possível afirmar, novamente, que a evasão consiste em uma somatória de situações.

dentre os fatores que podem ser relacionados à saída/evasão ou à permanência do estudante na escola, distinguem-se: a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros e, no conjunto, compõem o quadro escolar que pode favorecer a evasão ou a permanência do estudante (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 777).

A *Falta de atendimento com psicólogo, pedagogo e assistente social*, para 16,67% dos alunos colaborou parcialmente, e outros 16,67% disseram que contribuiu totalmente. Contudo, vale destacar que os alunos que se sentiram prejudicados com a falta de uma equipe multiprofissional são ingressantes do ano de 2016 e 2017 quando, de fato, ainda não havia o Napsi no *campus*.

Para o determinante *Ingresso em outro curso ou instituição*, 25% afirmam ter contribuído de forma total, e 12,50% disseram que colaborou parcialmente. Esse determinante foi mencionado por alunos do curso técnico subsequente e, a partir disso, pode-se deduzir que tal mudança ocorre porque o aluno já concluiu o ensino médio e busca ingressar no ensino superior.

Podemos verificar essa questão nas falar a seguir:

AE05: Na verdade, no meio desse período que faltou o professor, aí apareceu outra oportunidade pra eu estudar na faculdade, aí eu fui fazer Direito em São Paulo. Aí, por isso que eu tranquei o curso e não fiz mais.

AE15: Na verdade, eu fiz a matrícula e eu nem cheguei a estudar no IF. Só fiz a matrícula e depois eu passei no vestibular da UNEB e aí fui cursar na UNEB. Nem cheguei a participar das aulas do IF [...] porque, na verdade, assim, Pedagogia me chamou mais atenção, né? Aí como eu passei no vestibular, não tinha como eu cursar os dois ao mesmo tempo, porque tinha choque no horário.

Observa-se, no primeiro relato, que a necessidade de cursar o ensino superior veio após um problema institucional, que foi a falta de professor. Outra motivação atribuída a esse fator é a necessidade ou desejo de ingressar no curso superior.

Sobre o determinante *Não atender às expectativas* 20,83% relatam que contribuiu totalmente para a evasão; da mesma forma, 20,83% sinalizaram que contribuiu de forma parcial,

o que totaliza 41,66% dos alunos que participaram da pesquisa.

Acerca disso, Bueno (1993) discorre que o fato de ocorrerem falhas na hora da escolha profissional, em que os jovens geralmente não têm nenhuma orientação vocacional no ensino médio e não observam suas aptidões profissionais no momento da escolha, auxilia para a decepção e, conseqüentemente, para a evasão. Essa afirmativa foi comprovada pelos relatos, quando perguntados sobre a motivação pela escolha do curso e se o conheciam antes de realizarem a matrícula:

AE04: Não, isso aí não. Isso aí eu ia ganhar conhecimento aí dentro, entendeu? Eu estava indo como um passarinho voando [...] De melhorar, de ganhar uma profissão e como é que diz... ter uma melhora de vida, né?

AE09: [...] sabia que era referente à... assim, coisas agrícolas, cultuando as coisas assim, mais da terra. Mas, assim, a fundo não sabia não.

AE11: Porque é uma área, assim, eu acho que era uma área boa, que a gente poderia se adaptar, como aqui a gente somos trabalhadores rurais. Eu também já fiz um curso do Senai em Coité, à noite.

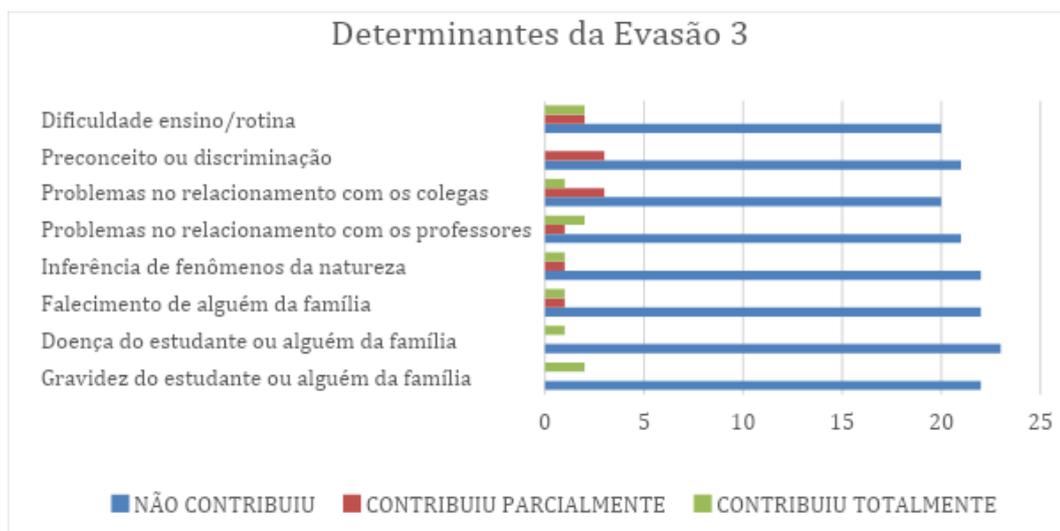
AE10: Eu lembro que, na época, eu cheguei a pesquisar sobre o assunto, porque eu lembro que eu queria alguma coisa ligada a cooperativismo, mas como eu não consegui, acho que o curso não estava disponível ainda na época aqui. Aí eu fui pra agropecuária. Mas eu lembro que, na época, eu pesquisei direitinho, eu achei que seria uma coisa que daria certo.

AE02: É, isso. Aí, a professora de lá, (do Capene) ela me falou sobre o *campus* de Serrinha, aí eu fiquei interessada, porque eu gosto de mexer com essas coisas de terra, de plantação, assim. Eu sou curiosa nessa parte [...] Por isso mesmo, porque eu gosto de mexer com essas coisas, assim, de plantas, plantações, essas coisas assim. Saber das frutas, essas coisas.

AE12: Porque eu já havia também estudado no meu primeiro ano do ensino médio na agrotécnica de Feira de Santana. Eu já me identificava, entendeu?

Analisando as falas, observa-se que alguns alunos escolheram o curso de forma aleatória, sem um conhecimento prévio. Muitas vezes, por notarem no nome alguma semelhança com o trabalho que executam no dia a dia, o que contribui para que ocorra uma decisão de forma equivocada. Essa escolha profissional quase sempre é fator de incertezas, com isso, muitos alunos acabam se matriculando em um curso ou instituição que seja, na sua perspectiva, mais acessível às demandas daquele instante, porém, com o decorrer do tempo, muitos sentem a necessidade de evadir, seja por não ter se identificado ou até mesmo pela necessidade de ingressar no ensino superior. Por isso, reforçamos a necessidade de investir em ações constantes que expliquem para a comunidade sobre os cursos existentes na instituição.

Gráfico 17 - Determinantes da evasão III



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

A *Dificuldade com o ensino ou rotina da instituição* foi outro fator considerado pelos alunos. Os fatores internos referem-se ao modo como o curso e a instituição funcionam, a maneira como as aulas ocorrem e o turno que eles acontecem, como, por exemplo, a diferença entre os cursos que funcionam em tempo integral e os cursos noturnos. Para esse determinante, 8,33% afirmaram que contribuiu totalmente e, da mesma forma, 8,33% informaram que contribuiu parcialmente, o que totaliza 16,66% dos alunos respondentes da pesquisa.

Em entrevista, alguns alunos relataram motivos, como a falta de identificação com o curso, não ter se adaptado à rotina da instituição e falta de motivação.

AE07: Eu saí mesmo, porque, assim, não é que o curso é ruim, mas eu não me identifiquei, entendeu? Foi por isso [...] Tipo assim, as aulas eram boas, os professores também. E também tinha a questão da dificuldade do carro, né? Muitas das vezes tinha um carro que levava a gente, mas deixava a gente na pista pra ir andando. Então ficava um pouco complicado por causa disso. Mas, o de certo foi porque eu não me identifiquei

AE09: Então, eu desisti mais por adaptação mesmo. Assim, não me adaptei muito ao curso. Porque as matérias em si, o curso, dava para levar. Só que eu não sei, acho que por eu nunca ter estudado o dia todo, também colocava muito horário, morava em outra cidade, chegava muito tarde, saía muito cedo.

Para o fator *Preconceito ou discriminação*, 12,5% dos alunos responderam que contribuiu parcialmente. Não houve afirmativa sobre a contribuição de forma total.

O determinante *Problemas de relacionamento com os colegas*, para 83,33% dos alunos, não interferiu na saída da escola. Da mesma maneira, 87,50% também afirmaram que *Problemas de relacionamento com os professores* não foi uma motivação para a evasão.

O fator *Doença do aluno ou de alguém da família* foi selecionado por 4,17% de estudantes, os quais manifestaram que essa motivação contribuiu de forma total para a evasão.

Sobre *Interferência de fenômenos da natureza*, 91,67% dos alunos afirmaram não ter contribuído para a evasão. Da mesma forma, 91,67% declararam que o determinante *Falecimento de alguém da família* também não contribuiu para a evasão.

Em relação à *Gravidez do aluno ou de alguém da família*, 8,33% relataram ter sido fator determinante para a saída antes da conclusão do curso. A gravidez também aparece como um fator determinante para a evasão em alguns relatos da entrevista, como veremos a seguir:

AE10: Na verdade, eu me lembro que foi em 2018. Foi 2017 ou 2018, se não me engano que eu fiz a minha matrícula no IF. E aí, logo em seguida, eu descobri a segunda gravidez [...] Só que, logo em seguida, a minha gravidez, ela começou a ser de risco. Passei a ter muitos problemas na gravidez e aí eu comecei a considerar o fato de que eu teria que pegar ônibus pra poder ir para a faculdade de manhã e pra poder vir no fim de noite. E aí, pra mim ia ser muito perigoso.

AE14: Porque, na época, eu engravidei. Aí quando eu passei na seleção, eu ia ganhar a minha filha. Aí eu ia só ter cinco meses de... ela só ia ter cinco meses. Como o curso era integral, eram dois turnos, era de manhã e de tarde, se não me engano. Aí eu expliquei que eu estava grávida e, se eu ganhasse neném, se eu podia levar minha filha para lá. Aí eles disseram que eu não podia. O instituto falou que não era permitido levar a criança pra unidade. Até então, porque era dois turnos também, né? E eu não tinha com quem deixar ela, aí eu optei por desistir.

É possível compreender que, embora a gravidez tenha sido o fator inicial para a decisão de evadir, essa não foi a única causa. Associada à gestação está a dificuldade de conciliar os estudos em um curso integral ou noturno. As condições sociais e econômicas, interferem diretamente nesse fator, principalmente quando se trata de uma mãe que não possui rede de apoio ou não dispõe de condições financeiras para garantir sua subsistência caso opte por não trabalhar.

Sobre outros possíveis fatores que poderiam motivar a evasão, não houve nenhuma resposta diferente das opções que estavam disponíveis no questionário. Além disso, durante a entrevista, os alunos apresentaram diversas justificativas para a evasão, porém foi possível perceber que nenhum dos motivos citados se deu de forma isolada, mas a partir da somatória de cada um deles.

Percebe-se que os motivos se relacionam entre dificuldade de conciliar trabalho e estudo, distância entre a casa e a escola, despesas com passagens, cansaço, falta de motivação, gravidez, possuir filhos pequenos, falta de identificação com o curso, problemas de saúde ou rotina da instituição, como as aulas em tempo integral. Observa-se, portanto, que a permanência

ou não dos alunos na instituição é influenciada por um conjunto de fatores. Sobre isso, Ferreira (2003, p. 54) afirma que

Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola.

A partir da realidade dos alunos evadidos e levando em consideração o momento atual de cada um, foi perguntado aos entrevistados se possuíam vontade de retornar ao curso, para concluí-lo, ou à instituição, para um novo curso.

AE02: Com certeza. É só ter a oportunidade de novo [...] eu quero terminar o meu, o que eu comecei.

AE03: Voltaria, mas hoje pra mim não dá, devido ao trabalho.

AE06: Eu acho que eu voltaria [...] porque ia aprender uma profissão diferente, né?

AE07: Assim, foi uma oportunidade muito boa, entendeu? Assim, se eu tivesse a oportunidade de entrar em outro curso, eu iria sim.

AE09: Sim, é uma opção. Dependendo das opções que tenha, é uma possibilidade sim. O colégio é muito bom, o ensino é muito interessante.

AE10: Sim, sim. Eu tenho interesse em fazer alguma especialização [...] porque, assim, embora eu faça psicologia, eu percebo que no nosso cenário aqui, a gente carece muito em ter esse olhar pro homem do campo e eu não quero perder isso jamais. Então, aquilo que tiver vinculado ao cooperativismo, porque meu pai trabalha muito com isso, [...] eu tenho muito interesse de conhecer esse mundo e poder impulsionar um pouco mais.

AE11: Assim, se tivesse uma oportunidade como? Aqui pra onde eu moro é muito complicado. Se eu tivesse morando na região daí, perto, [...] e se tivesse transporte até que dava, mas, agora, infelizmente, no momento atual, condição nenhuma.

AE12: Ainda continua inviável, por conta do trabalho também e a locomoção.

AE13: Sem dúvidas. Continuo, mas eu acho que hoje eu já seria um pouco melhor, porque hoje eu já tenho um transporte e seria um pouco mais fácil.

AE14: Ave Maria, com certeza [...] Eu acho que o instituto é bem reconhecido, entendeu? E eu tenho amigos que fez curso aí, tá trabalhando e me falaram que gostaram muito e eu gosto muito de estudar, entendeu?

AE15: Assim, antes de terminar o meu curso da UNEB, acho que não. Porque não teria como, né? Agora, assim, futuramente, quem sabe uma especialização.

A partir das respostas, foi possível observar que alguns alunos evadidos não pensariam

em voltar, devido às suas condições atuais de trabalho e locomoção. Esses, provavelmente, podem ter sido os mesmos motivos que levaram à sua saída sem a conclusão do curso. Contudo, alguns alunos manifestaram o desejo de retornar, principalmente para terminar o que foi iniciado, ampliar os conhecimentos ou até mesmo possuir uma profissão.

Embora não tenham concluído o curso, muitos alunos relatam ter gostado das experiências vividas, elogiando a atuação e qualidade do trabalho desenvolvido pelos professores e a estrutura física da instituição, mesmo aqueles que iniciaram no período de implantação do IF, em que os departamentos não funcionavam com 100% da sua capacidade.

A partir das análises, foi possível perceber, também, conforme já apresentado na seção três dessa pesquisa, que existem diversos fatores que interferem no afastamento do aluno da escola. Entretanto, no caso dessa pesquisa, os fatores externos se apresentaram como maiores determinantes para a evasão comparados aos fatores internos.

Reportando mais uma vez às contribuições de Johann (2012, p. 70-71), entende-se que

A evasão escolar não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar. A combinação destes fatores acaba interferindo diretamente na evasão escolar.

Outro ponto relevante para a pesquisa refere-se à forma como esses alunos saíram da instituição. Para isso, abordamos na entrevista sobre a formalização de sua saída, ou seja, se ao desistir de concluir o curso, os alunos manifestaram/formalizaram sua vontade na secretaria da instituição.

AE01: Não deu tempo. Não, não. Deixei, só deixei. Só deixei.

AE02: Tanto eu e minha irmã. Eles falaram que iam trancar a nossa, né? Na época, eles falaram que iam trancar nossa matrícula.

AE03: Não, não cheguei a avisar não.

AE04: Não [...] a gente não foi em Secretaria, não fomos em lugar nenhum mais.

AE06: Eu não cheguei a trancar não. Eu não fui mais.

AE07: Não, não. Eu só parei mesmo.

AE08: Não, não. Não fui não. Não fui lá não.

AE12: Então, eu saí duas vezes, na verdade. Eu saí, tipo, com quatro meses, eu parei de ir. Não tinha ido mais. Minha mãe que foi lá notificar que eu não queria mais fazer parte e tal. Aí depois eu fiquei indeciso e voltei de novo. Pedi pra fazer a nova adesão. Voltei, recuperei algumas matérias e aí eu fiquei mais um tempinho. Aí eu vi que não dava pra mim, que eu não ia me adaptar,

aí eu saí de vez. Eu comuniquei que ia sair, aí pedi transferência, tudo certinho.

AE13: Não, eu só deixei de ir. Eu desisti e não fui lá mais.

AE14: Eu fui lá, expliquei. Eu acho que eles botaram, porque eu fui lá para perguntar como seria depois que eu ganhasse ela. Se eu poderia levar ela, pelo menos um turno pra lá. Eles disseram que não. Eu achei que eles tinham botado. Eu acho, porque eu fui lá na Secretaria e expliquei que como não dava pra mim levar ela, então, pra mim não era viável ficar no curso.

Os dados reforçam o entendimento de que a evasão é causada por diversos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, desestimulando os jovens e adultos que muitas vezes são obrigados a trabalhar para o próprio sustento e da sua família.

De acordo com Campos e Oliveira (2003, p. 5),

[...] os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar; as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

Diante dos dados, foi possível observar exemplos dessas diversas situações que culminando na efetivação para a evasão. Nota-se, ainda, que existe um processo de exclusão, uma vez que os alunos se veem forçados a escolherem entre o sustento da família e a oportunidade de formação profissional.

Contudo, mesmo com a diversidade de fatores que contribuíram para o quantitativo de evasão apresentado até aqui, algumas características que interferem e contribuem para a permanência do estudante foram identificadas e merecem ser ressaltadas. Dessa forma, na próxima seção, descreveremos alguns fatores motivadores para a escolha do curso e os que favorecem a permanência dos alunos na instituição.

6.2 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ESCOLHA DO CURSO E PODEM INTERFERIR NA PERMANÊNCIA DO ALUNO NA INSTITUIÇÃO

Nesse contexto do questionário, buscou-se investigar os prováveis fatores que motivaram os alunos na hora da escolha do curso. Para essa investigação, utilizou-se quatro perguntas relacionadas à:

- Influência da família;
- Influência dos amigos;

- Realização pessoal/profissional/aptidões;
- Mercado de trabalho.

Para essas questões, os alunos classificaram como: não contribuem, contribuem parcialmente ou contribuem totalmente para a escolha do curso.

Inicialmente, a entrevista destacou de que forma esses alunos conheceram o IF Baiano. Observa-se nos relatos que a referência de uma escola já conhecida e/ou frequentada serviu de mola propulsora para a continuidade dos estudos, servindo, também, como confiança para os alunos, como uma disseminadora de informações e indicações acerca de novas possibilidades de ensino.

AE01: Rapaz, eu estava estudando no Ivete, aí duas pessoas daí foram lá e fizeram a propaganda da instituição, aí eu me interessei. E aí, eu gostei. Fizeram tipo uma avaliação lá e eu passei na avaliação e fui.

AE02: Eu conheci através do pessoal do Capene⁵, que eu estudava lá no Capene, tava sendo acompanhada [...] Aí, a professora de lá, ela me falou sobre o *campus* de Serrinha, aí eu fiquei interessada, porque eu gosto de mexer com essas coisas de terra, de plantação. Eu sou curiosa nessa parte.

AE06: O IF eu já conhecia dos projetos. Agora, na época, a inscrição pro curso eu trabalhava na Secretaria de Educação e as inscrições eram lá. Eu fiquei sabendo e aí resolvi me inscrever também.

AE08: Teve umas inscrições aqui na escola que eu já tinha estudado e aí a professora entrou em contato comigo pra saber se eu tinha interesse. E aí, eu me interessei e aí me inscrevi.

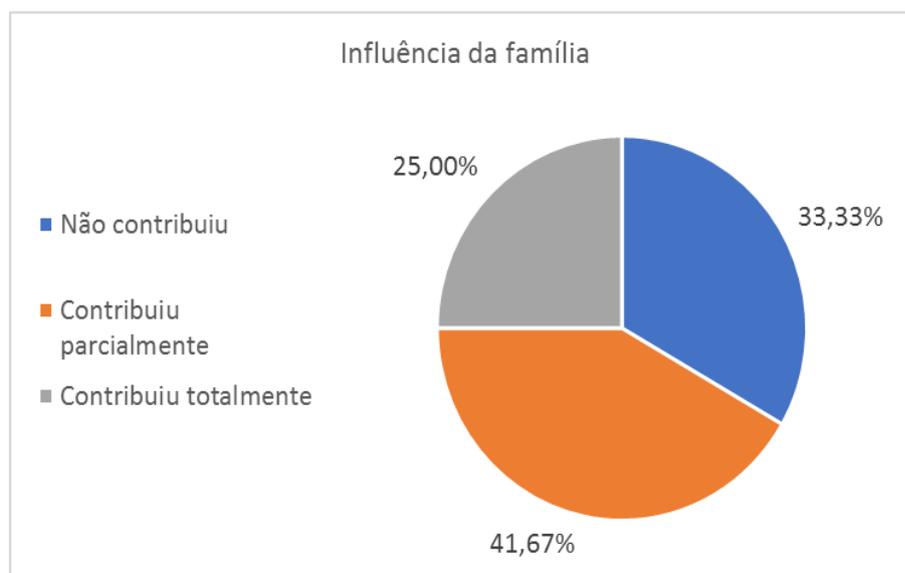
Nas falas expostas, revela-se a confiança que os alunos depositam nos professores que passaram pela sua vida acadêmica, de forma que alguns deles continuam seus estudos, mesmo em outra instituição, a partir da orientação prestada por esses professores. Dessa maneira, o professor passa a ser mediador no processo de construção de novos saberes que ultrapassam as relações desenvolvidas no ambiente escolar, configurando uma relação de confiança.

Para Bourdieu, (2001) a instituição educacional, junto com a família torna-se fundamental para que as estruturas sociais se reproduzam e se perpetuem, ou seja, a escola cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da ordem social através da transmissão de poder e de privilégios.

Outra influência demonstrada nas entrevistas refere-se aos amigos e família. Essas instâncias, muitas vezes, são decisivas para a escolha de ingressar em uma unidade de ensino. Além disso, ao que se trata da influência da família, essa se apresentou como uma contribuição parcial para a maioria dos respondentes, sendo selecionada por 41,67% dos alunos.

⁵ Centro de Atendimento Pedagógico à Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Serrinha/Ba.

Gráfico 18 - Influência da família para escolha do curso



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

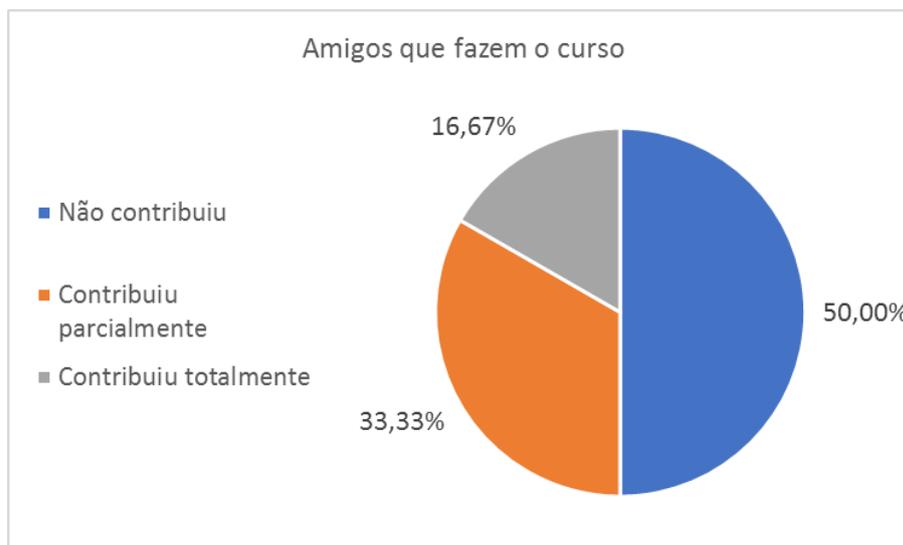
Essas informações também podem ser observadas nas falas dos alunos:

AE05: Eu conheci por meio de minha tia. Minha tia estava pesquisando uma escola para botar o filho dela, e aí ela achou o IF, aí ela me chamou também pra eu participar, pra eu começar a estudar lá também mais ele. Aí eu peguei e comecei a estudar no curso de Agropecuária, que era uma área que eu tava atuando no tempo.

AE07: Foi minha mãe. Ela que correu atrás pra me botar lá. Eu, até então, não tinha muito conhecimento. Aí, ela me inscreveu e aí eu fui chamada e comecei a ir, entendeu?

Sobre a influência de amigos ou comunidade que vive, 50% dos estudantes relataram que este incentivo contribuiu de alguma maneira, 33,33% afirmaram que de forma total e 16,67%, parcialmente.

Gráfico 19 - Influência dos amigos que fazem o curso



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Sobre essas informações,

AE03: Um amigo meu tava fazendo um curso. Aí me falou, aí eu fiquei interessado, né? Aí eu fui e me inscrevi.

AE09: Então, eu já tinha alguns amigos lá da minha cidade, que foi da primeira turma, acho que foi logo quando o colégio abriu aqui. [...] Aí eles indicaram pra gente. Falou que era uma instituição muito boa. Minha mãe também tinha pesquisado. Minha irmã, que ela já vinha de universidade e tal. E aí, eu pensei. E aí, me inscrevi, né?

É interessante destacar que durante a entrevista observou-se nas falas dos entrevistados informações referentes ao Instituto, disseminadas pela própria comunidade, a popular e importante propaganda “boca a boca”. Nas respostas apresentadas sobre como conheceu o IF Baiano, alguns alunos reforçam que obtiveram conhecimento por meio de terceiros, seja amigos, alguém da família ou membros da comunidade. Apenas um entrevistado relatou ter conhecido mediante as redes sociais.

AE04: Primeiro, eu via uns jovens ali de meu povoado, os meninos iam pra lá fazer esses cursos. E assim, menino novo indo fazer os cursos lá. Aí eu vi isso aí. Aí, isso aí, deve servir pra gente adulto também, entendeu? Aí botei isso na mente e fui lá pesquisar. E realmente eu vi que pra mim, no momento, assim... pra aquele momento que estava parado, eu que sou de roça era bom.

AE15: Eu fiquei sabendo... acho que... não sei se foi uma postagem que eu vi. Acho que sim, que tinha não sei se foi uma seletiva.

Sobre isso, destacamos a necessidade de constante divulgação da instituição de ensino, seja sobre os cursos ofertados, seja pelos projetos desenvolvidos, com o intuito de aproximar

ainda mais o IF Baiano da comunidade externa.

Alguns relatos também apontam que, mesmo não possuindo interesse direto em formação técnica específica, muitos alunos manifestam um desejo de estudar no IF Baiano, por acreditarem na qualidade de ensino das instituições federais.

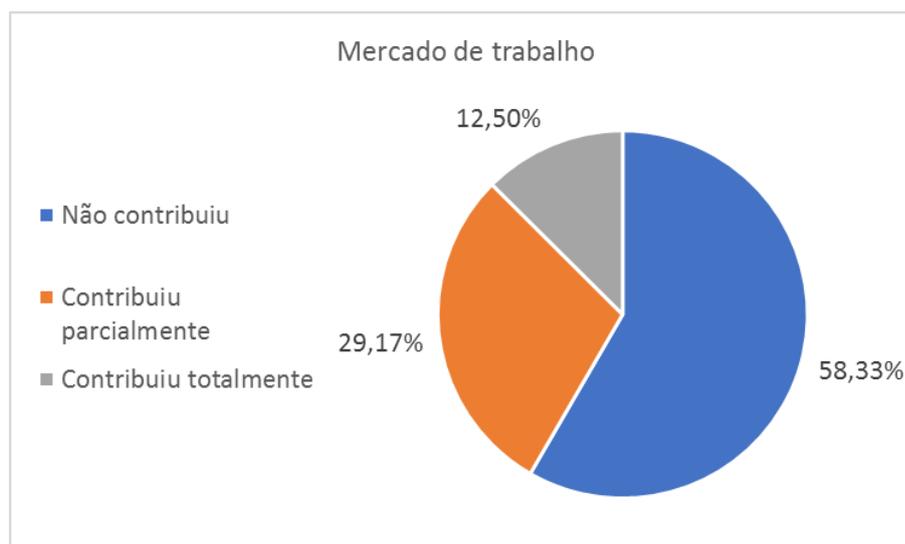
AE10: Bom, eu conheci o IF Baiano, tinha escutado falar pela primeira vez quando eu estava morando em Alagoinhas. E aí, a filha de uma amiga, ela estava super a fim de fazer, por conta das histórias que o IF tem, de ser uma instituição renomada em que você faz um ensino de qualidade, né? Faz um ensino de qualidade e a formação é uma formação muito boa. E aí, quando eu voltei pro meu município, depois que eu tinha trancado a faculdade, voltei pra cá e aí eu comecei a procurar novas oportunidades, porque, no momento, eu não poderia voltar a pagar uma faculdade. E aí, eu vi que aqui tinha pouco tempo que tinha um IF em Serrinha, e aí, eu procurei saber quais eram os cursos que tinham disponíveis.

AE12: Eu tive a oportunidade de conhecer o IF daqui de Feira de Santana. Entendeu? Que eu sou de Feira de Santana [...] Ganhei, ganhei a bolsa para eletrotécnica aqui e iniciei na primeira semana. Só que aí o meu pai veio a adoecer. Aí eu tive que fazer aquele acompanhamento todo e tranquei, entendeu? [...] Aí apareceu essa oportunidade do IF de Serrinha. Aí cheguei e me inscrevi no de Serrinha porque é uma escola boa de qualidade.

Para Muniz (2015), as escolas federais carregam no próprio nome um *status* social que remete à qualidade, levando para muitos a ideia de mérito dessas escolas, de seus profissionais, bem como dos alunos que ali permanecem. A autora reforça que muitas pessoas desejam estudar numa escola federal por acreditarem que será um marco para mudanças positivas em sua vida (MUNIZ, 2015).

Em relação à motivação *Mercado de trabalho*, o Gráfico 20 aponta que 58,33% dos estudantes pesquisados não consideram esse fator como o maior motivador para a escolha do curso, porém 29,17% declaram que esse fator contribuiu parcialmente e para 12,50% contribuiu de forma total.

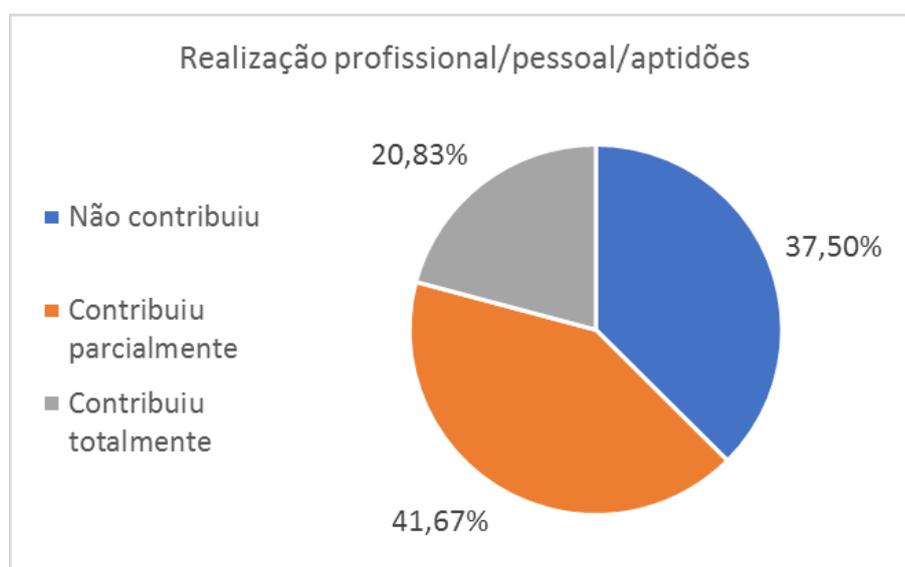
Gráfico 20 - Influência do mercado de trabalho na escolha do curso



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

A situação de *Realização profissional, pessoal ou aptidão*, elencadas como possíveis fatores para a escolha do curso, foi respondida por 41,67% dos estudantes como uma contribuição parcial, enquanto 37,50% afirmam não ter contribuído. Contudo, 20,83% relatam que essa foi sua maior motivação para a escolha do curso.

Gráfico 21 - Influência do desejo de realização profissional/pessoal/aptidões para a escolha do curso



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário aplicado aos alunos evadidos (2022).

Em resumo, os motivos para ingresso no IF Baiano, *campus* Serrinha, de acordo com as informações apresentadas pelos alunos, se deu por interesse pessoal, pelo desejo dos pais ou

mesmo por indicação de pessoas próximas que tiveram contato ou conhecimento sobre a instituição.

6.3 LEVANTAMENTO DOS ALUNOS SOLICITANTES E CONTEMPLADOS NO PAISE

O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante, integrante da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, é destinado aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (Pnas), considera-se situação de vulnerabilidade social aspectos decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2005).

O principal objetivo do PAISE é contribuir para o bem estar biopsicossocial, permanência e êxito nas atividades acadêmicas. De acordo com os editais e demais documentos relacionados ao programa, para concorrer aos auxílios ofertados é necessário que o aluno esteja devidamente matriculado, com frequência regular e possuir uma renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente. Após atender todos esses requisitos, o aluno manifesta interesse na participação, por meio de sua inscrição, que é realizada de acordo com a publicação de edital próprio.

Para realizar a inscrição, o aluno preenche formulários específicos, questionário social e efetua a entrega de documentos exigidos em edital. Tendo em vista que os formulários e os documentos entregues servem como base de identificação e comprovação de sua situação socioeconômica.

Embora essa fase do processo de seleção seja bastante questionada pelo seu grau de exigência documental, ela é de extrema importância para que ocorra uma seleção justa, uma vez que o recurso disponibilizado para o PAISE não é suficiente para atender toda a demanda. Sobre isso, Souza e Soares (2021, p. 57) expõem que

Não raro, no cotidiano laboral ouvem-se muitas reclamações sobre essa etapa da seleção, nas quais são apontados excessos de exigência documental. Aqui, mais uma vez, fica evidenciado o caráter contraditório que pode ter o estudo socioeconômico, pois esses dados apresentados não somente embasam a análise social, eles também são elementos comprobatórios da veracidade das informações relatadas no questionário socioeconômico. Isso pressupõe que, para acessar um direito, o estudante precisa comprovar a sua necessidade e, para isso, o seu relato não é suficiente.

A segunda parte da seleção do PAISE consiste na entrevista social, em que o assistente

social consegue, mediante o diálogo, identificar informações pessoais, muitas vezes nunca relatadas pelos alunos. Durante ou após a entrevista é preenchido um Quadro de Análise Socioeconômico (Barema), que possui pontuações para cada quesito especificado, tais como: renda familiar *per capita*; origem escolar; situação de trabalho; doença do estudante e/ou de pessoa da família que impacta na dinâmica familiar; estudante e/ou pessoa da família com deficiência; zona de residência; moradia de origem; meio de transporte necessário para o deslocamento; participação em programas sociais; idoso e/ou gestante na família; fragilização de vínculos afetivos familiares etc. Dessa forma, quanto maior a pontuação entende-se que existe uma maior vulnerabilidade, o que aumenta a possibilidade de o estudante ser selecionado.

Ainda, no Barema existem informações obtidas a partir das análises subjetivas feitas pelo assistente social entrevistador. Sobre isso, reportando a Soares e Souza (2021), é importante destacar que nas análises subjetivas não é possível estabelecer um padrão a se considerar no Quadro de Análise Socioeconômica, uma vez que ela requer habilidade profissional para a interpretação da realidade e isso pode ser influenciado por diversos fatores, principalmente por uma interpretação crítica.

Após essas etapas, pode, ainda, existir a necessidade de uma maior comprovação, sendo utilizados outros instrumentos, por exemplo, a visita domiciliar. A seleção do PAISE configura-se, hoje, como a maior demanda de trabalho dos assistentes sociais que atuam nos *campi* do IF Baiano. A partir desse trabalho minucioso, é possível não apenas garantir aos alunos contemplados um benefício estudantil, mas possibilita maior aproximação e conhecimento sobre a realidade social dos alunos, contribuindo para que outras ações sejam tomadas sempre que necessário, como, por exemplo, os encaminhamentos para setores específicos dentro da instituição e para as redes do município (saúde, assistência etc.).

O *campus* Serrinha realiza a seleção do PAISE anualmente, atendendo às exigências contidas no edital e a quantidade de vagas ofertadas varia de acordo com a disponibilidade orçamentária. Com isso, os alunos não contemplados na primeira chamada, podem ser selecionados em chamadas posteriores, de acordo com o surgimento de vagas, seja por conta de recebimento de recurso financeiro pela instituição ou por ocupar a vaga de um aluno que perdeu o direito de recebimento devido à conclusão de curso, abandono, desistência, transferência, trancamento, por fraude ou inverdade nas informações e documentos apresentados.

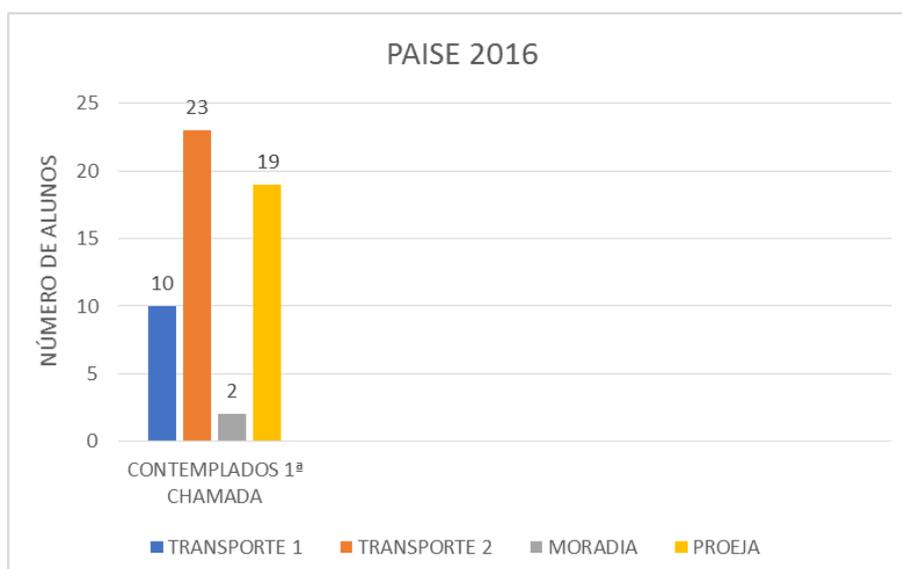
É importante ressaltar, também, a diferença em relação à quantidade de alunos inscritos e contemplados em determinados auxílios. Isso ocorre pelo fato de que cada auxílio possui uma quantidade específica de vagas, devido à sua origem e perfil dos discentes, gerando uma

disparidade entre o quantitativo de inscritos e contemplados de um auxílio para outro. A criação das vagas é definida pela comissão local do *campus*, tomando como base os números dos anos anteriores, que são referentes aos solicitantes, contemplados e não contemplados em cada auxílio.

No ano de 2016, iniciou-se as atividades no *campus* Serrinha com uma equipe bastante reduzida, conforme mencionado anteriormente. Por não possuir, nesse ano, um assistente social efetivo, utilizou-se de colaboração técnica com outros *campi*, no qual é designado um profissional, dessa formação, para realizar a seleção, informar o resultado final e entregar todos os documentos para a direção. Com isso, algumas noções referentes à seleção do PAISE, do ano de 2016, ficaram comprometidas, uma vez que não foram encontradas informações sobre o número de estudantes que se inscreveram para participar da seleção.

Contudo, foi possível apresentar os dados dos alunos contemplados com os auxílios disponíveis no ano em questão, lembrando que havia apenas uma turma para cada curso (Agroecologia, Agropecuária e Agroindústria na modalidade Proeja).

Gráfico 22 - Estudantes contemplados no PAISE em 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos documentos institucionais (2022).

O Gráfico 22 mostra que, no ano de 2016, quatro auxílios foram ofertados pelo PAISE: Transporte I e Transporte II, Moradia e Proeja. A diferença dos auxílios Transporte I e II está relacionada à distância da residência dos estudantes, às especificidades geográficas dos municípios em que se moram e à existência de Residência Estudantil. Isso significa que os valores desse auxílio podem ser diferentes, considerando a realidade de cada *campus*. Ressaltamos também que os alunos matriculados no Curso Técnico em Agroindústria,

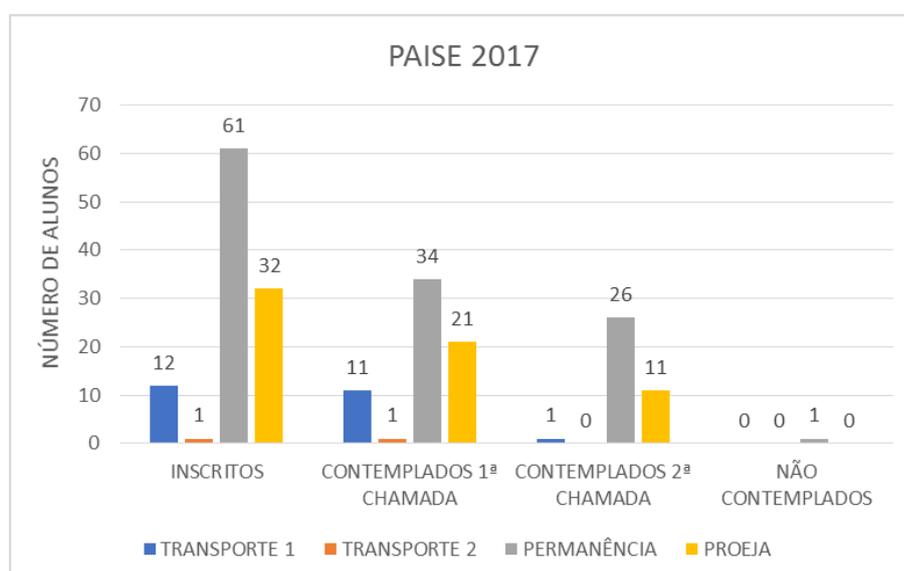
modalidade Proeja, só podem solicitar o Auxílio Proeja.

O estudo acima mostra que dez alunos foram contemplados com o Auxílio Transporte I; 23 com o Transporte II; dois com Auxílio Moradia; e dezenove alunos foram selecionados para receber o Auxílio Proeja.

Embora não tenha sido possível identificar a quantidade de alunos que solicitaram participação ao programa, podemos tomar como base os estudos sobre a quantidade de estudantes que estavam matriculados nesse período, conforme documentos institucionais pesquisados no início das análises. O estudo demonstra que, no ano de 2016, havia um total de 119 alunos matriculados. A partir daí, é possível relatar que, dentre eles, 54 receberam o auxílio do PAISE, o que corresponde a 46% das matrículas. Portanto, vale destacar a importância de conhecer o total de alunos solicitantes do programa, para conseguirmos mensurar o que significam esses números, ou seja, fazer uma comparação entre o total de solicitantes e o total de contemplados.

A partir do ano de 2017, o *campus* passou a ganhar um número considerável de servidores, entre eles, um profissional de serviço social. Por fazer parte de uma equipe permanente da instituição, esse servidor passou a ser o responsável pelo processo de seleção dos programas estudantis, ficando com ele, também, a responsabilidade pela guarda dos documentos das seleções dos programas estudantis. Então, a partir da análise dos documentos arquivados, foi possível fazer um estudo mais detalhado da seleção dos anos de 2017 a 2019, apresentando não apenas os alunos contemplados, mas, também, os alunos que realizaram a inscrição, conforme descrito no Gráfico 23.

Gráfico 23 - Estudantes contemplados no PAISE em 2017



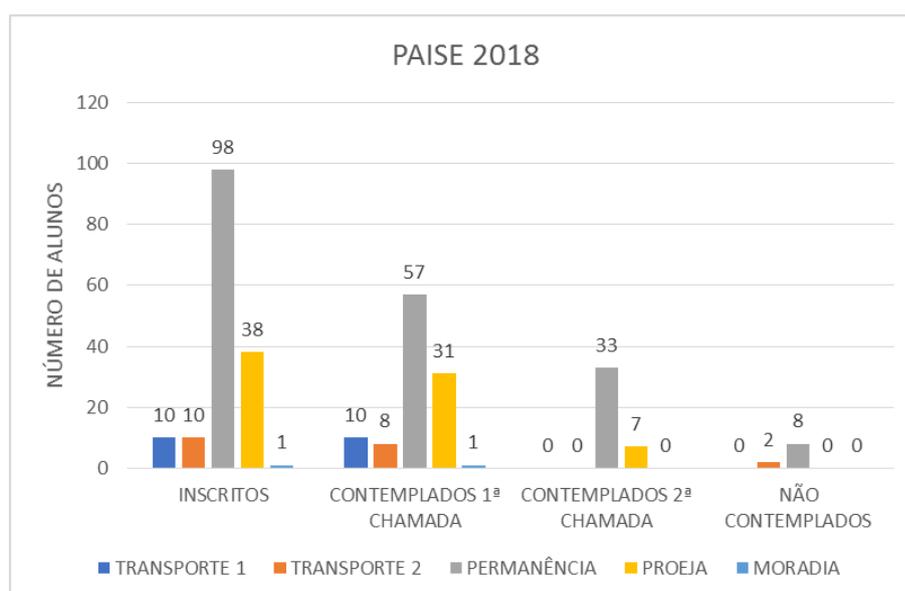
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos documentos institucionais (2022).

Observa-se no Gráfico 23 que dos doze alunos inscritos no Auxílio Transporte I, onze foram contemplados na primeira chamada e um na segunda chamada, ou seja, todos os estudantes que solicitaram receberam o auxílio. Em relação ao Auxílio Transporte II, apenas um aluno se candidatou, tendo resposta positiva quanto à contemplação.

No ano de 2017, foi ofertado o Auxílio Permanência, com 61 inscrições e 34 alunos contemplados na primeira chamada, 26 selecionados na segunda chamada e apenas um não recebeu o auxílio.

Sobre o Auxílio Proeja, 32 estudantes fizeram a inscrição. Desses, 21 receberam o auxílio na primeira chamada e onze estudantes foram contemplados posteriormente, ou seja, todos os solicitantes receberam o auxílio. Verifica-se então que, no ano de 2017, houve uma resposta bastante positiva quanto à procura e deferimento dos alunos pelo PAISE.

Gráfico 24 - Estudantes contemplados no PAISE em 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos documentos institucionais (2022).

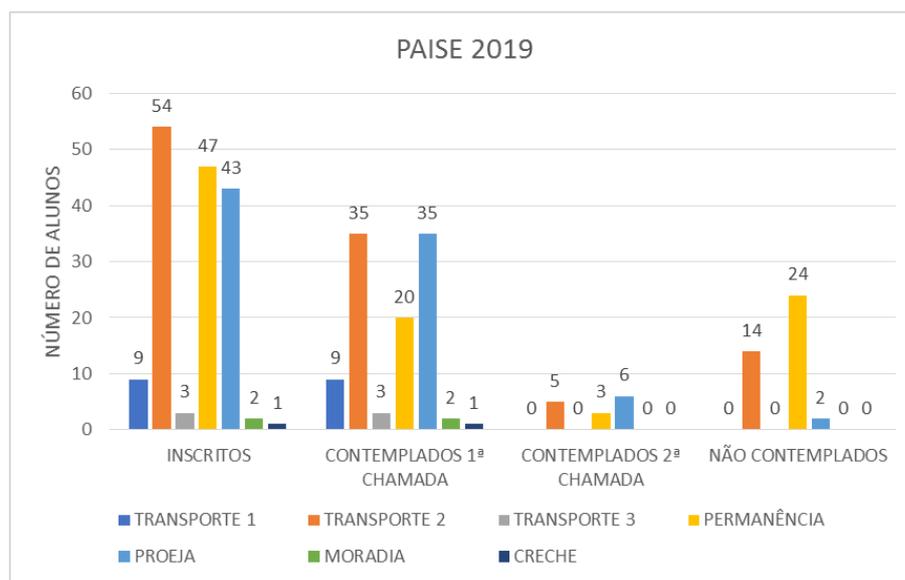
No ano de 2018, o Gráfico 24 mostra que dos dez alunos inscritos no Auxílio Transporte I, todos foram contemplados na primeira chamada. Para o Auxílio Transporte II, foram dez alunos que se candidataram, sendo que oito foram contemplados na primeira chamada e dois não receberam o auxílio.

O Auxílio Permanência apresentou 98 inscrições, sendo que 57 alunos foram contemplados na primeira chamada, 33 na segunda chamada, enquanto oito estudantes não receberam o auxílio.

Sobre o Auxílio Proeja, 38 alunos fizeram a inscrição. Desses, 31 receberam o auxílio na primeira chamada e sete estudantes foram convocados na segunda chamada, ou seja, todos os solicitantes receberam o auxílio.

Para o Auxílio Moradia houve apenas uma inscrição, a qual teve resposta positiva quanto à contemplação. Visto isso, de forma geral, no ano de 2018 ocorreram 157 solicitações, dessas, apenas dez não foram atendidas. Esse valor significa um total de 97% de alunos beneficiados com o programa.

Gráfico 25 - Estudantes contemplados no PAISE em 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos documentos institucionais (2022).

Os dados apresentados no Gráfico 25 mostram que nove alunos se inscreveram no Auxílio Transporte I e todos foram contemplados na primeira chamada. Para o Auxílio Transporte II, 54 estudantes se candidataram, porém 35 foram contemplados na primeira chamada, cinco na segunda chamada e quatorze não conseguiram o auxílio.

No ano de 2018, foi ofertado o Auxílio Transporte III. Como já mencionado, o que diferencia o Auxílio Transporte I e II é sua especificidade geográfica, ou seja, a distância da residência do aluno até a instituição, o grau de dificuldade de despesas com transporte, entre outras questões. Devido ao ingresso de estudantes oriundos de cidades mais distantes e observando que o valor disponibilizado no Auxílio Transporte I e II não atenderia às suas necessidades, foi criado o Auxílio Transporte III, ofertando um valor superior aos já existentes. Para o auxílio transporte III, ocorreram três inscrições, as quais foram aprovadas

O Auxílio Permanência contou com 47 inscrições, sendo que vinte alunos foram contemplados na primeira chamada, na segunda chamada houve três convocados e 24

estudantes não receberam o auxílio.

Em relação ao Auxílio Proeja, 43 alunos fizeram a inscrição. Desses, 35 foram selecionados na primeira chamada, seis conseguiram na segunda chamada e dois estudantes não receberam o auxílio.

No Auxílio Moradia, dois alunos fizeram a inscrição e foram contemplados na primeira chamada. Houve, ainda, a oferta do Auxílio Creche, que contou com uma inscrição, sendo também selecionada na primeira chamada.

A partir das análises dos dados expostos por esse estudo, foi possível observar a variedade de auxílios ofertados a cada ano pelo IF Baiano, *campus* Serrinha. Como forma de tentar ampliar a quantidade de alunos atendidos por esse programa, os auxílios mencionados acima não são acumulativos, portanto o aluno não poderá receber mais de um auxílio.

Vale citar sobre a quantidade de alunos evadidos que participaram da pesquisa e que tiveram acesso a algum auxílio do PAISE. Dos 24 alunos que responderam ao questionário, apenas quatro solicitaram algum dos auxílios, sendo eles contemplados. Os demais não fizeram a inscrição, alguns pelo fato de terem apenas efetuado a matrícula e outros por permanecerem apenas por alguns meses na instituição. Houve situações em que os alunos evadidos não conheciam o programa, além daqueles que não tiveram interesse em se inscrever. Esse dado se mostra importante uma vez que os programas estudantis buscam auxiliar na permanência e êxito dos estudantes, contudo, para que isso ocorra, é necessário que o estudante conheça e se manifeste.

Por meio do estudo, observou-se, também, que dentre os alunos que mantivemos contato não houve situações em que a inscrição do PAISE não foi aceita. Por fim, ressaltamos que a importância desse programa no percurso acadêmico dos estudantes é inquestionável, mesmo não sendo possível atender toda demanda, devido ao recurso financeiro disponibilizado para essa finalidade.

Com isso, tendo em vista os resultados encontrados, é possível afirmar que todos os programas de assistência estudantil disponíveis no Instituto Federal, em especial no *campus* Serrinha, têm um papel essencial na formação acadêmica dos estudantes, considerando que, na maioria dos casos, as demandas apresentadas pelos alunos no momento da inscrição são atendidas por meio da aprovação do acesso ao auxílio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou realizar uma análise sobre evasão, apresentando como tema dessa pesquisa: Determinantes Sociais e Pedagógicos da Evasão Escolar: um estudo no Instituto Federal Baiano *campus* Serrinha com os alunos evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente nos anos de 2016 a 2019. Teve como objetivo geral compreender os determinantes sociais e pedagógicos que implicam na evasão, do curso ou da instituição, antes do final previsto. Acreditamos que esse objetivo foi alcançado.

Os conceitos apresentados nessa pesquisa, seja em relação à evasão e seus determinantes ou referentes às políticas públicas e suas tipologias, bem como todo o referencial exposto mediante os diversos autores (LOBO, 2012; DORE; LÜSCHER, 2011; VEIGA, 2016; ARROYO, 2010; SOUZA, 2002; ATCHE, 2014), contribuíram de forma significativa para a conclusão desse trabalho.

A pesquisa permitiu a obtenção de respostas para todas as questões norteadoras propostas na primeira seção, que foram: quais os percentuais de evasão no período compreendido entre 2016 e 2019 no IF Baiano, *campus* Serrinha? Quais os fatores sociais e pedagógicos que motivam essa evasão? Qual o perfil desses alunos que evadem dos cursos técnicos? No âmbito das políticas afirmativas desenvolvidas no *campus*, de que forma elas garantem a permanência e o êxito dos alunos matriculados?

Em resposta ao questionamento dos percentuais da evasão, foi possível mensurar que os números são de fato preocupantes, principalmente em relação ao curso integrado em Agroindústria, na modalidade Proeja, o qual apresentou o maior percentual, totalizando 50%. Contudo, vale destacar que a perda de um único aluno já deve se configurar motivo de questionamento e investigação.

Sobre os fatores sociais e pedagógicos que motivam a evasão, os resultados apresentados ratificaram o que havia sido exposto por Dore e Lüscher (2011), Veiga (2016) e Arroyo (2010). Visto isso, reafirma-se que os fatores que contribuem para a evasão escolar são diversos, complexos e heterogêneos, além de possuir uma significativa ligação em relação ao aluno, à escola, à família e à sociedade.

De forma mais enfática, um dos objetivos específicos buscou identificar os motivos que levam os alunos a evadirem do curso técnico ou da instituição. As respostas com maior predominância foram em relação à necessidade de trabalhar associada à dificuldade financeira, seguidas da falta de tempo para os estudos. Além desses, outro fator que também apresentou grande contribuição foi o acesso à instituição, seja pela distância de casa até a escola ou pela

dificuldade de conseguir transporte. Não menos importante, obtivemos respostas como *interesse por outros cursos*, onde os alunos do curso subsequente, pelo fato de já terem cursado o ensino médio em uma outra instituição, manifestam a vontade de ingressar em um curso superior.

Em relação ao fator pedagógico, as motivações foram quase nulas, o que sugere que exista ou que se tenha uma percepção de uma instituição com qualidade nos cursos, na equipe pedagógica, equipe multidisciplinar, bem como na estrutura física da instituição, ainda que não tenham concluído o curso.

Sobre o perfil dos alunos que evadem dos cursos técnicos, essa pesquisa mostrou que apresentam idade entre 21 e 40 anos, sendo, em sua maioria, do sexo feminino. Ressaltou, também, que a renda familiar do público é de até dois salários mínimos, demonstrando a situação de vulnerabilidade desses estudantes

Em relação às políticas afirmativas desenvolvidas no *campus* e como garantem a permanência e o êxito dos alunos matriculados, observou-se que, embora exista, dentro dos Institutos Federais, uma política de assistência estudantil que busca caminhos e estratégias para assegurar a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica, por meio de diversos tipos de bolsas e programas, ainda assim essa política não foi capaz de evitar que muitos alunos abandonassem o curso antes da conclusão. Contudo, o fator “Falta de acesso aos programas de assistência estudantil” não foi considerado determinante para a evasão, o que leva a inferir que essas ações podem ter sido essenciais para evitar um maior número de evasão.

Essa perda de estudantes expõe uma fragilidade da política de assistência, que mesmo tendo como amparo os auxílios de transferência de renda, não foi capaz de evitar a saída desses alunos, seja pelo desconhecimento das políticas, pelo desinteresse em participar ou, ainda, pela dificuldade de a política atender às causas e especificidades da evasão. Houve também situações em que os fatores que interferiram no afastamento foram os externos, como a falta de identificação com o curso ou descoberta de novos interesses, o que torna mais difícil de ser resolvido no âmbito escolar.

Portanto, a partir desse estudo, evidenciou-se a identificação de determinantes que contribuem para a evasão no *campus* Serrinha, ressaltando a necessidade de intermediar o fenômeno, desde o primeiro sinal de manifestação, ou seja, no momento em que o aluno começa a demonstrar desinteresse, seja faltando aulas, chegando atrasado, saindo mais cedo, não realizando as atividades etc. Para isso, é preciso conhecê-los, além disso, entender suas adversidades, para, dessa forma, planejar e executar um plano de combate à evasão.

O atendimento prestado aos alunos evadidos caracteriza-se como outro fator de bastante

relevância. Durante a coleta de dados dessa pesquisa, foi mencionado que ao evadir o aluno não foi contatado pela instituição. Isso se configura como uma grave situação, uma vez que a busca de informações sobre o processo de evasão é uma importante ferramenta de comunicação e entendimento entre as partes do processo, sendo possível, até mesmo, a reversão da escolha de abandono.

Apesar de os resultados terem conseguido atender aos objetivos propostos, ressaltamos que ocorreram algumas limitações no decorrer da pesquisa. O cenário pandêmico foi um grande desafio para a realização do estudo, especialmente na coleta de informações. Por se tratar de alunos evadidos, foi necessária a busca por formas de contatá-los, contudo, devido às medidas de distanciamento social como fator de proteção contra a Covid-19, as atividades tiveram que ser realizadas de forma remota, o que gerou bastante preocupação, uma vez que muitos contatos não estavam atualizados. Então, não poder realizar uma busca ativa ocasionou na redução da quantidade de alunos participantes.

Quadro 9 - Fatores e as respectivas intervenções referentes à evasão

FATORES	AÇÕES DE INTERVENÇÃO
Dificuldade de transporte para o <i>campus</i>	Possibilidade de viabilizar transporte institucional até uma localidade central do município, especialmente para os cursos noturnos.
Necessidade de trabalhar/ Dificuldade em conciliar estudo e trabalho	Ampliar o número de bolsas em programas de assistência estudantil; Criar plano de estudo personalizado.
Desinteresse pelo curso/ Falta de motivação com o curso	Diagnosticar as causas e os motivos do desinteresse e desmotivação do estudante; Promover oficinas e palestras sobre o curso e suas perspectivas; Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; Prestar orientação social e psicológica por meio de acompanhamento aos discentes.
Dificuldade de adaptação à Rotina Escolar	Divulgar a importância do ensino integral visto a formação da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.
Problemas pessoais e familiares	Realizar acompanhamento psicossocial, durante o período letivo, dos casos identificados; Realizar acompanhamento domiciliar.
Vulnerabilidade social, cultural e econômica	Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos; Articular ações com as redes externas de saúde e assistência social (quando não houver no <i>campus</i>) para a correta avaliação; Ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes.

Fonte: Adaptado de IF Baiano (2016).

A ausência de registros sobre os estudantes evadidos foi outro fator bastante preocupante, principalmente no tocante à elaboração de políticas públicas. Como justificar a necessidade de uma política voltada para o combate à evasão se a instituição não possui elementos que sejam capazes de traçar o perfil desse público? Além disso, o deslocamento de responsabilidade, pela elaboração, guarda ou arquivamento de documentos dos alunos, fez com que algumas informações apresentassem inconsistências, impossibilitando a construção de um estudo mais aprofundado. No entanto, mesmo diante dessas limitações, foi possível a conclusão da pesquisa

Em virtude do que foi pesquisado e buscando o enfrentamento do fenômeno da evasão no IF Baiano, *campus* Serrinha, sugerem-se algumas medidas que podem ser adotadas, as quais têm como referência as motivações apresentadas pelos estudantes, bem como o estudo desenvolvido pelo IF Baiano (2016) – o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IF Baiano – do qual o *campus* Serrinha não fez parte, mas que, após análise de todo material pesquisado, foi possível identificar causas bastante semelhantes.

Em virtude do que foi exposto, espera-se que os dados obtidos possibilitem um aprofundamento da discussão sobre as causas determinantes da evasão no IF Baiano, *campus* Serrinha, de forma que haja maior explicitação e visibilidade do assunto em questão. Almeja-se, ainda, que esse estudo possa nortear ações transformadoras a serem implementadas, a partir da sensibilização e comprometimento de todos os participantes envolvidos na gestão do IF Baiano, objetivando cooperar para o enfrentamento do fenômeno da evasão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. C. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9919/2/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

AMARAL, R. S.; NASCIMENTO, S. D. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos *Campi* Buriticupu e Centro Histórico. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 5., 2010, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: IFAL, 2010.

ARROYO, M. G. Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJpMfsj5pSxPx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ARROYO, M. G. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: Elementos materiais da formação humana. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ATCHE, A. C. R. **Política de ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de 2006-2012**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

AZEVEDO, S. de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In*: SANTOS JUNIOR., O. A. *et al.* (org.) **Políticas públicas e gestão local**. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. 10. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 13-33.

BOURDIEU. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, P.; NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos de educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Documento

Referências. Brasília, DF: MEC, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 142, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 maio 2006. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95807/decreto-5773-06>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 137, 20 jul. 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018**: notas estatísticas, 2018. Brasília: MEC, jan. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2019**: notas estatísticas. Brasília, DF: MEC, 2020a.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 120, n. 199, 19 out. 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20dever,sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho. Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6.096, 24 de abril de 2007. Instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: http://portalmeec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf. Acesso em: 7 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?**: saiba quais são as características gerais da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus#:~:text=A%20Covid%2D19%20%C3%A9%20uma,transmissibilidade%20e%20de%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20global>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, DF: SNAS, nov. 2005.

BRASIL. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 24-A, 4 fev. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 53, 18 mar. 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial do Sisal – BA**. Brasília, DF: CGMA/SDT/MDA, mar. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_043_Do%20Sisal%20-%20BA.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BUENO, J. L. O. A evasão de alunos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 5, p. 9-16, 1993. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103863X1993000200002&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 29 maio 2021.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA, D. A. **A infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização na Universidade Federal de Minas Gerais**. 2003.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

DEZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 41, n. 144, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2021.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [s. l.], n. 16, fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359>. Acesso em: 29 maio 2021.

FERREIRA, L. A. M. Evasão escolar. **MPSP**, São Paulo, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRITSCH, R.; ROCHA, C. S.; VITELLI, R. F. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 81-108, 2015.

FURTADO, T. T. G. **A Política de Cotas Raciais nas Universidade Federal do Maranhão: Subjetividade e identidade dos estudantes negros cotistas como perspectiva de análise**. 2018. Dissertação (Pós-graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2018.

GALINDO, A. K. F. **O impacto da assistência estudantil na permanência dos estudantes no centro acadêmico do agreste (CAA/UFPE)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 1999.

HÖFLING, E. D. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017**. Brasília, DF: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnsb/pnsb-2017>. Acesso em: 15 jun. 2022.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IF BAIANO. **Edital nº 27/2019:** Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE). Salvador: IF Baiano, 13 mar. 2019a.

IF BAIANO. **Estudo de Demanda para Criação de Novos Cursos no IF Baiano – campus Serrinha:** Relatório Final de Pesquisa de Demanda. Serrinha: MEC, mar. 2021. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/serrinha/files/2021/03/Relatorio-Final-do-Estudo-de-Demanda.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IF BAIANO. **Histórico.** Serrinha: IF Baiano, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/serrinha/historico/>. Acesso em: 15 maio 2021.

IF BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** Identidade e Gestão para a construção da excelência 2015-2019. Salvador: MEC, 2014. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/pos-eja-santa-ines/wp-content/uploads/sites/99/2020/07/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-2015-2019.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

IF BAIANO. **Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IF Baiano.** Salvador: MEC, 2016.

IF BAIANO. **Processo seletivo para ingresso de estudantes – ano letivo 2022 [...].** Serrinha, 1 abr. 2022. Instagram: @ifbaianoserrinha. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/Cb0pxrmFHqI/?igshid=MDJmNzVkMjY=>. Acesso em: 10 maio 2022.

IF BAIANO. **Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2019.** Instituir a Política de Assistência Estudantil. Salvador: IF Baiano, 29 jan. 2019b.

INSTITUTO UNIBANCO. Observatório de educação, ensino médio e gestão. **Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos.** São Paulo: Instituto Unibanco, 2021. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar>. Acesso em: 20 dez. 2021.

JANNUZZI, P. de M. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. **Desenvolvimento em Debate**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 117-142, 2016.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense:** um estudo de caso no *Campus* Passo Fundo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/739>. Acesso em: 10 mar. 2021.

KERN, G. da S. **Ações afirmativas e educação:** um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/56682>. Acesso em: 5 maio 2021.

KOWALSKY, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia dos direitos.** 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LACERDA, E. H. **Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica e o mundo do trabalho contemporâneo: um estudo de caso dos egressos dos cursos técnicos integrados do CEFET-MG.** 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

LIMA JUNIOR, P.; OSTERMANN, F.; REZENDE, F. Análise dos Condicionantes Sociais do Sucesso Acadêmico em Curso de Graduação em Física à Luz da Sociologia de Bourdieu. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 15, p. 113-129, 2013.

LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 25, p. 9-58, 2012.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 147-176, dez. 2011.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, R. B. **Avaliação dos efeitos de políticas educacionais sobre o desempenho dos alunos das escolas públicas no Brasil.** 2015. Tese (*Doctor Scientiae*) – Universidade de Viçosa, Minas Gerais, 2015.

MORITZ, J. **A concepção de educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTs) nos governos Lula e Dilma.** 2017. Dissertação

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** HOLOS, vol. 2, 2007, pp. 4-30 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Natal, Brasil.

MUNIZ, A. S. M. **Por que perdemos nossos alunos?: Um estudo da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.** 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2015.

NARCISO, L. G. D. S. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: exclusão da escola ou exclusão na escola?.** 2015. Dissertação (Mestrado Interinstitucional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PACHECO, E. **Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, E. **Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais.** Brasília, DF: MEC/SETEC, 2012.

PALUMBO, D. J. **Abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América.** 2. ed. Tradução: Adriana Farah. New York: *Harcourt, Brace & Company*, 1994.

- RADAELLI, A. B. **Permanência na Educação Superior: uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.
- RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
- RUA, M. das G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE *Learning*, 2012.
- SILVA, A. R. D. da; HAAS, C. M. Política de assistência estudantil nos três últimos governos: relevância do programa de Auxílio Permanência. **Quaestio**, Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 503-523, maio/ago. 2019.
- SILVA, C. J. R. (org.). **Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. Brasília, DF: IFRN, 2009.
- SILVA, H. L. D. **Caminhos e descaminhos da educação brasileira: um estudo dos problemas que motivam a evasão escolar no Ensino Médio, no município de Franca**. 2016. Tese (Doutorado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.
- SILVA, J. A. R. **Permanência de alunos nos cursos presenciais e a distância em Administração: contribuições para a gestão acadêmica**. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, L. M; CIASCA, M. I. F. L. História da Educação Profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018). **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 5, n. 1, 2021.
- SILVA, P. J; ROMANOWSKI J. P. Os Institutos Federais no Brasil: Da educação profissional à formação de professores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: XIII Educere, 2017.
- SOUZA, A. A. de; SOARES, I. de O. O processo de avaliação socioeconômica do PAISE: desafios e possibilidades. *In*: CARVALHO, E. L.; ANJOS, N. B. dos (org.). **Assistência Estudantil: as múltiplas interfaces**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 46-64.
- SOUZA, C. **Políticas Públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas**. São Paulo: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador. v. 16, n. 39, p. 11-24, 2003.
- UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. [S. l.]: UNICEF, abr. 2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

VARGAS, R. M. **Implantação de programas de educação à distância**. 2007. Material Didático (Pós-Graduação em Educação a Distância) – Centro de Educação a Distância, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010.

VEIGA, C. R. **Atores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado**: uma proposta de estratégia de prevenção para o CEFET/RJ. 2016. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

WALDOW, C. As Políticas Educacionais do Governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do PRONATEC: reflexões iniciais. *In*: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, out. 2014.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, maio/ago., 2006.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA SANTANA (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Pelo presente termo, convido-o a atuar como participante da pesquisa intitulada, **DETERMINANTES SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – CAMPUS SERRINHA**, proposta por Julliana Pena de Carvalho Santos, sob a orientação da professora Dra. Maria de Lourdes Haywanon S. Araújo. A referida pesquisa tem como objetivo compreender as possíveis determinações sociais e pedagógicas que motivam a evasão seja do curso ou da instituição dos alunos matriculados nos cursos técnicos: integrado ao ensino médio e subsequente no período de 2016 a 2019. O que se deseja traçar é o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados no IF Baiano *campus* Serrinha, mapear os números da evasão referentes aos cursos ou instituição, identificar os motivos que levam os alunos evadirem, bem como descrever as políticas inclusivas e afirmativas desenvolvidas a fim de fazer uma relação com os dados da evasão. Para realizar este estudo, nós pretendemos apresentar questionários através da plataforma Google Forms que será orientado pela pesquisadora (preenchimento com duração aproximada de 15 minutos) e realizar entrevistas através de chamadas de vídeos ou plataformas virtuais (com duração de até 1 hora). Nos casos em que a entrevista não puder ser realizada de forma remota entraremos em contato com os participantes para que a mesma seja agendada de acordo com a disponibilidade de cada um. O local de realização dessa entrevista levará em consideração os critérios de sigilo e privacidade, para tanto caso o pesquisado não possua, em seu domicílio, local que atenda a esses critérios será disponibilizada uma sala no IF Baiano, *campus* Serrinha. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. É importante dizer que os pesquisadores serão os únicos com acesso aos dados. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, mas caso venha ter algum gasto relacionado a pesquisa, o ressarcimento será garantido pela pesquisadora responsável. Esclarecemos que durante o processo poderão ocorrer possíveis desconfortos decorrentes das perguntas realizadas quanto às motivações da evasão, contudo ressaltamos que caso ocorra qualquer desconforto, o diálogo estabelecido buscará minimizar esse sentimento, esclarecendo quantas vezes for necessário sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para continuar ou desistir. É direito do participante buscar indenização caso este sofra dano de qualquer natureza decorrente dessa pesquisa. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o participante da pesquisa receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, cabendo ao pesquisador assumir esta responsabilidade. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade/modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Além disso será garantida ao participante da pesquisa a plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Nós pretendemos utilizar os resultados para escrever textos para publicar em periódicos e apresentar em eventos sobre determinantes sociais e pedagógicos da evasão escolar. De maneira alguma, seu nome será citado, mas solicitamos sua autorização para publicar se necessário, trechos das entrevistas, o que acontecerá logo após o encerramento das atividades. Cada participante poderá ter acesso, a qualquer momento que queira, aos resultados da pesquisa relativos à sua pessoa. Além disso, os resultados serão apresentados em reuniões organizadas com a direção/coordenação do Instituto, indicando possibilidades para os usos e desusos dos resultados da pesquisa. Ressaltamos mais uma vez que os resultados não identificarão qualquer dos participantes. Qualquer dúvida sobre os aspectos éticos dessa pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS). O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Além disso o CEP contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade. O CEP – UEFS funciona de segunda à sexta das 13:30 às 17:30 e fica localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17, Avenida Transnordestina, S/N, Bairro: Novo Horizonte - Feira de Santana – Bahia. CEP: 44036-900. Contato telefônico (75) 3161 – 8124. Contudo, devido ao atual contexto pandêmico o contato pode ser realizado através do email: cep@uefs.br

Este termo apresenta duas vias que devem ser assinadas por mim, que sou a pesquisadora responsável, e por você. Uma fica conosco e a outra é sua. Assim, caso você queira participar desse estudo, por favor, assine ao final do documento. Agradecendo a sua atenção, estou à disposição para maiores esclarecimentos no endereço a seguir: Universidade Estadual de Feira de Santana, sala de estudo do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, Módulo 2 (em caso de retorno presencial), ou através do telefone: (75) 99146-6480/jullianacarvalho.as@hotmail.com

Participante da pesquisa: _____

Pesquisadora: _____

**APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA
FINS DE PESQUISA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Educação

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
PARA FINS DE PESQUISA**

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado: Evasão e determinantes sociais e pedagógicos: Um estudo no Instituto Federal Baiano – *campus* Serrinha, sob responsabilidade de Julliana Pena de Carvalho Santos vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Minha imagem e som de voz poderão ser utilizadas apenas para análise de dados por parte da equipe de pesquisa (pesquisadora e orientadora), apresentações em conferências, atividades educacionais e publicações.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Julliana Pena de Carvalho Santos
Pesquisadora

Assinatura do(a) pesquisado(a)

Feira de Santana, ____ de _____ de _____

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS ESTUDANTES EVADIDOS

QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS ESTUDANTES EVADIDOS

O objetivo desse questionário é conhecer os principais fatores que motivaram a evasão, seja do curso ou da instituição. Com base nos resultados que serão adquiridos com essa pesquisa será possível pensar em estratégias que reduzam os índices de abandono, garantindo dessa forma a permanência e êxito dos estudantes em seu percurso acadêmico.

Instruções:

- Preencha as questões com atenção;
- Assinale com X a alternativa que condiz com sua realidade
- As informações relatadas neste questionário são sigilosas e serão usadas apenas para realização da pesquisa;
- Sua participação é muito importante.

1. **Nome:** _____

2. **Idade:** _____

3. **Curso que abandonou:** _____

4. **Qual o mês e ano que abandonou o curso?** ____/____

5. **Sexo:**

() Masculino () Feminino () Outro _____

6. **Estado Civil:**

() Solteiro () Casado () Divorciado/Separado () Outro _____

7. **Tipo imóvel em que reside:**

() próprio () financiado () alugado () cedido () rural () urbana

Possui energia elétrica: () sim () não Rede de esgoto: sim () não ()

Possui água encanada: () sim () não Possui acesso à internet: () sim () não

8. **Quantas pessoas residem na mesma casa que você? _____ Quem são?**

9. **Renda Familiar Per Capita:**

() Até meio salário () Até 1 salário mínimo () Até 1 e meio salário mínimo

() Até dois salários mínimos () Acima de 2 salários mínimos.

10. Participa de algum Programa Social:

Bolsa Família BPC – Benefício de Prestação Continuada Outros

11. Trabalho que desenvolve:

não trabalha Trabalho formal com carteira assinada

Autônomo Outro _____

12. Na planilha abaixo você deverá marcar um X na coluna que mais tenha relação com os fatores que contribuíram para sua decisão na escolha do curso. Para cada fator marque apenas uma única opção.

Fatores para sua escolha no curso	Não contribuiu	Contribuiu parcialmente	Contribuiu totalmente
Realização pessoal/profissional/aptidões			
Influência da família			
Amigos que fazem o curso			
Mercado de Trabalho			

13. Na planilha abaixo você deverá marcar um X na coluna que mais tenha relação com os fatores que contribuíram para sua decisão de abandonar o curso ou o IF Baiano. Para cada fator marque apenas uma única opção.

Fatores que levaram ao abandono do curso ou do IFBaiano	Não contribuiu	Contribuiu parcialmente	Contribuiu totalmente
Não ter atendido às expectativas/ não se identificou com o curso			
Descoberta de novos interesses			
Dificuldade de acesso à Instituição			
Falta de acessibilidade			
Problemas de relacionamento com professores			
Problemas de relacionamento com os colegas			
Preconceito ou discriminação sofridos no IFBaiano			
Dificuldade com a forma de ensino dos professores do IFBaiano			
Falta de tempo para se dedicar aos estudos			
Dificuldade financeira/ necessidade de trabalhar			

Falta de tempo para estudar			
Falta de acesso a programas de assistência estudantil			
Falta de atendimento com pedagogo, psicólogo ou assistente social			
Ingresso em outro curso ou instituição			
Mudança de endereço/cidade			
Gravidez da estudante			
Gravidez de alguém da família (Quem?)			
Doença do estudante			
Doença de alguém da família (Quem?)			
Falecimento de alguém da família (Quem?)			
Interferência de fenômenos da natureza (tempestades, calamidades etc.)			

14. **Existem outros motivos que não foram citados na tabela acima? () Não () Sim**
Quais?
15. **Você foi contemplado com alguma bolsa ou auxílio estudantil do IF Baiano?**
16. **Quais foram as consequências ou prejuízos de sua decisão em interromper o curso?**
17. **Você voltaria a estudar no Instituto Federal, *campus* Serrinha? Se sim, qual curso você faria?**

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES EVADIDOS**IDENTIFICAÇÃO**

NOME DO ENTREVISTADO	
CURSO QUE ABANDONOU	

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 – Por que escolheu estudar no Instituto Federal, *campus* Serrinha?
- 2 – Por que escolheu fazer esse curso?
- 3 – Qual motivo levou você a desistir do curso?
- 4 – Você recebeu alguma bolsa ou auxílio estudantil?
- 5 – Você voltaria a estudar no Instituto Federal, *campus* Serrinha?

APÊNDICE E - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA A PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Linha de Pesquisa I: Políticas Educacionais, movimentos sociais e processos de educação

Feira de Santana, 13 de janeiro de 2021.

Ao Senhor **Leandro dos Santos Damasceno**.

Diretor Geral Pro Tempore do Instituto Federal Baiano - *campus* Serrinha.

Eu, Julliana Pena de Carvalho Santos, matriculada no curso de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Haywanon Santos Araújo, venho por meio deste solicitar ao Senhor diretor do Instituto Federal Baiano, Leandro dos Santos Damasceno, a autorização para a coleta de dados nesta instituição com a finalidade de realizar a pesquisa intitulada: **EVASÃO E DETERMINANTES SOCIAIS E PEDAGÓGICOS: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – CAMPUS SERRINHA**, cujo objetivo geral é compreender as possíveis determinações sociais e pedagógicas que motivam a evasão seja do curso ou da instituição no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano *campus* Serrinha, dos alunos matriculados nos cursos técnicos: integrado ao ensino médio e subsequente no período de 2016 a 2019. Espera-se que os resultados obtidos possam auxiliar posteriormente o referido *campus*, no desenvolvimento e/ou qualificação de políticas de combate à evasão.

Para a coleta de dados solicitamos acesso às seguintes informações/base de dados:

1. Resposta aos questionários socioeconômicos preenchidos no ato da matrícula na secretaria de registros acadêmicos – SRA e/ou no setor específico a fim de fazer o levantamento, análise e traçar o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nos anos correspondentes à pesquisa;
2. Para mapear os números da evasão escolar dos participantes selecionados para esta pesquisa será necessário o acesso à base de dados de matrículas, aprovação e reprovação da Instituição para conhecer e quantificar o número de alunos matriculados, alunos concluintes e alunos evadidos, por curso técnico a cada ano;
3. Para descrever as políticas inclusivas e afirmativas desenvolvidas no *campus* Serrinha, realizaremos contatos junto a setores específicos, de forma a identificar quais são os programas e projetos existentes na Instituição,

além de fazer um levantamento para conhecer os dados quanto à participação e o atendimento de cada política.

Contudo vale destacar que o prazo para a coleta de dados (fevereiro a novembro de 2021), poderá sofrer alterações devido a atual crise sanitária provocada pelo novo Coronavírus. Importante também ressaltar que a coleta de dados só será iniciada após a autorização da Direção Geral da Instituição e que os dados precisam ser identificados para que possamos entrar em contato com os alunos evadidos que participarão apenas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Ressaltamos, entretanto, que os nomes e dados pessoais, ou quaisquer que possam identificar os discentes e ex-discentes serão mantidos em sigilo e não serão divulgados e/ou identificados nos resultados publicados. Em tempo assumo o compromisso de utilizar os dados obtidos somente para fins científicos, bem como disponibilizar os resultados da pesquisa para esta instituição.

Contando com a autorização desta instituição coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Julliana Pena de Carvalho Santos.

ANEXO A - OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Serrinha

OFÍCIO 2/2021 - SER-GAB/SER-DG/RET/IFBAIANO

Serrinha, 18 de janeiro de 2021

À senhora,

Julliana Pena de Carvalho Santos.

Assunto: Autoriza servidora a realizar pesquisa no IF Baiano *campus* Serrinha

Prezada Senhora,

Autorizamos a servidora Julliana Pena de Carvalho Santos, matriculada do curso de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, sob a orientação da Prof.^a. Dr.^a. Maria de Lourdes Haywanon Santos Araújo (Departamento de Educação/UEFS) a coletar dados neste *campus*, com a finalidade de realizar a pesquisa intitulada: EVASÃO E DETERMINANTES SOCIAIS E PEDAGÓGICOS: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – *CAMPUS* SERRINHA.

Quaisquer dúvidas ou direcionamentos, por gentileza entrar em contato.

Atenciosamente,

Estrada Vicinal de Aparecida, S/N, Bairro Aparecida, SERRINHA / BA, CEP 48700-000

Documento assinado eletronicamente por:

■ Leandro dos Santos Damasceno, DIRETOR - CD0002 - SER-DG, em 18/01/2021 16:46:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/01/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 154822

Código de Autenticação: 9ee102b19c



ANEXO B – EDITAL N° 27/2019 PAISE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

EDITAL N° 27/2019

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DO ESTUDANTE – PAISE

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, no uso de suas atribuições legais na forma do que dispõe a Lei n°. 11.892/2008, considerando ainda a Lei n° 12.155/2009, o Decreto n° 7.234/2010, o Decreto n° 7.416/2010 e a Resolução N° 01, de 29 de janeiro de 2019, que institui a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IF Baiano, torna público o presente Edital que estabelece as normas e critérios para seleção de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, de cursos presenciais e a distância, com a finalidade de participação na Política de Assistência Estudantil deste Instituto, por meio do PAISE.

1 DO PROGRAMA E DAS SUAS MODALIDADES

1.1 O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE, integrante da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, visa contribuir para o bem estar biopsicossocial, permanência e êxito nas atividades acadêmicas de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

1.2 Observadas as especificidades dos *Campi* e a disponibilidade orçamentária referente à Assistência Estudantil, o PAISE contemplará os seguintes auxílios/bolsas:

1.2.1 Auxílio Moradia: concessão de recurso financeiro, fixo e mensal para custear as despesas com aluguel aos estudantes oriundos de outros municípios e/ou com dificuldade de traslado diário, que precisaram se mudar em virtude do ingresso no Instituto e que não tenham sido beneficiados com a Residência Estudantil.

1.2.2 Auxílio Alimentação: disponibilizado, preferencialmente, nos *Campi* onde não houver refeitório, consiste no repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes que não são contemplados pelo refeitório do Campus, para custear despesas com alimentação durante o período letivo.

1.2.3 Auxílio Transporte: concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes para custear as despesas com transporte, auxiliando o traslado de ida e volta ou ida ou volta ao *Campus* durante o período letivo. Este auxílio não pode ser concedido a estudantes atendidos por programa similares, tais como transporte ou vales-transportes concedidos pelas prefeituras integralmente.

Parágrafo Único. Os *Campi* poderão definir valores diferentes para o auxílio transporte,

Quadro 1. Limites máximos dos auxílios a serem praticados no âmbito do PAISE.

AUXÍLIO/BENEFÍCIO	VALOR (R\$)
Auxílio Moradia - Mensal	350,00
Auxílio Alimentação - Mensal	300,00
Auxílio Transporte para cursos a distância - Mensal	80,00
Auxílio Transporte para cursos presenciais - Mensal	250,00
Auxílio Material Acadêmico - Único	50,00
Auxílio Uniforme - Único	100,00
Auxílio Creche para cursos a distância - Mensal	150,00
Auxílio Creche para cursos presenciais - Mensal	300,00
Auxílio Cópia e Impressão - Mensal	20,00
Auxílio Permanência - Mensal	300,00
Auxílio PROEJA - Mensal	300,00

2.2 Os estudantes da Modalidade de Ensino a Distância só poderão solicitar os auxílios referentes ao Transporte e Creche.

2.3 Estudantes em Regime de Internato Pleno (RIP) só poderão solicitar os seguintes auxílios: Transporte, Material Acadêmico, Uniforme e Cópia e Impressão.

2.4 Com exceção do Auxílio Moradia, cujo pagamento será realizado em todos os meses do ano (12 meses), e dos auxílios pagos em cota única, a concessão dos auxílios aos selecionados será realizada mensalmente em períodos letivos, de acordo com o calendário acadêmico de cada *Campus*.

3 DOS PRÉ-REQUISITOS

3.1 Para participar do PAISE, o estudante deverá:

3.1.1 Estar matriculado e com frequência regular em curso ofertado pelo *Campus*, de nível médio ou graduação, nas modalidades presencial ou EaD;

3.1.2 Possuir renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio vigente.

4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão realizadas no Polo de Apoio Presencial ou na Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) do *Campus*, a qual, junto ao Núcleo de Assistência e Inclusão Social do Estudante (NAISE), será responsável pela execução, acompanhamento e avaliação do PAISE.

4.2 Este edital e outras informações pertinentes ao processo de seleção estarão disponíveis no sítio eletrônico do IF Baiano em: www.ifbaiano.edu.br.

4.3 No ato da inscrição o estudante deverá:

4.3.1 Preencher formulário próprio de requerimento de participação no PAISE (Anexo I);

4.3.2 Responder ao questionário socioeconômico (Anexo II);

4.3.3 Entregar cópias dos documentos atualizados abaixo especificados:

a) Comprovantes de renda do estudante e de familiares;

- Carteira de Trabalho
 - ✓ Página da foto, frente e verso;
 - ✓ Página onde está registrado o último Contrato de Trabalho (se houver) e a página em branco subsequente;
 - ✓ Caso o candidato e os familiares não tenham registro de trabalho na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, apresentar página em branco e caso não tenha carteira de trabalho apresentar declaração de próprio punho que não possui esse documento.
- Contracheque (se houver).
- Declaração de Trabalhador Desempregado (Anexo III).
- Declaração de Trabalhador Rural / Pescador Artesanal (Anexo IV).
- Declaração de Trabalhador Informal / Autônomo (Anexo V).

b) Comprovante de matrícula dos membros da família que estejam estudando;

- Para os familiares que estudam em instituições particulares, apresentar carnê ou recibo de pagamento. Para casos de estudantes bolsistas, apresentar declaração da instituição de ensino.

c) Comprovante de residência em nome do estudante ou de seus pais ou dos responsáveis. No caso de comprovante em nome de outra pessoa, este deverá esclarecer a situação;

d) Comprovante de todas as despesas (contas de água, energia elétrica, telefone, aluguel/financiamento e condomínio, entre outras) da família e assumidas pela família;

e) Comprovantes de tratamento de saúde (medicamentos, plano de saúde, receituários médicos, relatório médico e outros), em caráter opcional;

f) Contrato de aluguel (para estudantes que precisaram se mudar em virtude do curso);

g) Comprovante de Recebimento ou Pagamento de Pensão Alimentícia ou Auxílio Financeiro (Anexo VI);

h) Comprovante de participação em programas sociais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio Sagra e outros);

i) Comprovante de benefício previdenciário (INSS), se for o caso;

j) CPF e RG do estudante;

k) RG ou Certidão de nascimento/casamento dos membros da família declarados no questionário socioeconômico.

4.3.4 Não serão aceitos documentos entregues fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.3.5 Após o recebimento da inscrição e documentos mencionados, nenhum outro documento poderá ser adicionado ou substituído, exceto se solicitado ou requisitado pelo NAISE.

5 DA SELEÇÃO

5.1 A seleção dos candidatos será realizada por meio da análise de critérios socioeconômicos como definidores da classificação, a serem avaliados por Assistente Social. A condição de vulnerabilidade socioeconômica será analisada considerando os indicadores tais como renda familiar *per capita*, origem escolar, situação de trabalho, doença do estudante e de pessoa da família que impacta na dinâmica familiar, estudante e pessoa da família com deficiência, zona de residência, moradia de origem, meio de transporte necessário para o deslocamento, participação em programas sociais, idoso e gestante na família, fragilização de vínculos afetivos familiares e outras informações de acordo com as obtidas no questionário socioeconômico e entrevista social vinculada ao quadro de análise socioeconômica (barema) padrão que foi elaborado pelos profissionais de Serviço Social no ano de 2018.

5.1.1 Os critérios para análise da condição/situação de vulnerabilidade social e o conceito de risco social são adotados na Política Nacional de Assistência Social no que diz respeito à proteção social básica e especial.

5.2 Entrevista Social é a etapa na qual ocorre o contato pessoal entre o estudante e o Assistente Social, possibilitando o profissional apreender um pouco mais acerca da realidade/contexto social, no qual o estudante encontra-se inserido, subsidiando também uma melhor avaliação e esclarecimentos acerca da condição socioeconômica do estudante e da sua família, no que tange às documentações apresentadas.

5.2.1 Todos os estudantes serão convocados para a entrevista, devendo comparecer na data, horário e local agendados. O não comparecimento e/ou descumprimento das normas deste Edital implicará na imediata exclusão do estudante do processo seletivo. Os estudantes convocados que estiverem impossibilitados de comparecerem à Entrevista Social devem justificar, no prazo de 24h (em dia útil), mediante envio de documentação comprobatória (atestado médico, declaração, dentre outros), podendo a entrevista ser remarcada uma única vez, a critério do Serviço Social. Os estudantes convocados que não comparecerem ao local, na data e horário agendados ou aqueles que tiverem sua justificativa indeferida serão desclassificados.

5.3 Os critérios abaixo serão utilizados para desempate, na ordem a seguir:

5.3.1 Estar em período/série mais avançada no curso do IF Baiano;

5.3.2 Ter menor renda *per capita* familiar;

5.3.3 Ser oriundo de escola pública da educação básica;

5.3.4 Não possuir outro auxílio, bolsa ou estágio remunerado;

5.3.5 Ter residência familiar mais distante do *Campus*/Polo de Presencial onde estuda.

5.4 O estudante selecionado deverá apresentar à Coordenação de Assuntos Estudantis do *Campus* ou ao Polo de Apoio Presencial, os seus dados bancários referentes aos números do Banco, Agência e Conta, aberta com o seu CPF, não se aceitando conta conjunta para o repasse financeiro, bem como o Termo de Compromisso (Anexo X) assinado pelo estudante ou seu responsável.

6 DOS RECURSOS

6.1 O estudante poderá, mediante requerimento (Anexo VII), interpor recurso contra o resultado deste processo seletivo no período previsto no cronograma junto à Coordenação de Assuntos Estudantis do seu *Campus*, ou no Polo ao qual pertence.

6.2 Em hipótese alguma, será aceita revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso do resultado final da Seleção.

6.3 Fica vedado os recursos de candidatos que tenham sido excluídos por ausência da documentação solicitada no item 4.3.

7 DA PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

7.1 O estudante, para garantir o(s) benefício(s), deverá:

7.1.2 Ter matrícula regular;

7.1.3 Ter frequência mensal mínima de 75%.

7.1.3.1 Em caso de frequência mensal inferior a 75% da carga horária por dois meses seguidos ou três meses alternados no mesmo período letivo, o discente será excluído do Programa;

7.1.3.2 Em caso de frequência inferior a 75%, o estudante somente terá direito a permanência no programa se suas faltas estiverem devidamente justificadas ou sob acompanhamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI).

7.2 A concessão dos auxílios será cancelada automaticamente, sem prévio aviso em caso de conclusão de curso, abandono, desistência, transferência e trancamento do curso. Como também a qualquer tempo se comprovada omissão, fraude ou inverdade nas informações e documentos apresentados, podendo o estudante ressarcir o valor recebido do programa, caso tenha recebido o auxílio indevidamente respeitando sempre as medidas administrativas, disciplinares e legais cabíveis.

8 DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAISE

8.1 A implementação do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante do IF Baiano ocorrerá a critério do *Campus*, de acordo com suas peculiaridades acadêmicas, poderá ser realizado em mais de uma etapa, contanto que o montante do recurso a ser aplicado em cada uma delas seja planejado nos limites da disponibilidade orçamentária.

8.2 O planejamento das duas etapas do PAISE deve ser estruturado com base na previsão de ingresso de novas turmas ao longo do ano letivo de 2019.

8.3 Os alunos não contemplados na primeira etapa do PAISE poderão concorrer às novas vagas disponibilizadas na segunda preenchendo formulário próprio de requerimento de participação e, se for o caso, declaração de não alteração de situação socioeconômica (Anexo XI), ficando a critério do Serviço Social a realização de nova análise.

8.4 O cronograma e o quadro de vagas do PAISE 2019 será definido pelo NAISE, com anuência dos(as) respectivos(as) Diretores(as) Gerais de *Campus*, através da edição dos Anexos VIII e IX e vinculados ao presente Edital, devendo observar as seguintes fases especificadas.

9 DO PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS

9.1 Os estudantes selecionados pelo presente Edital devem ficar atentos aos comunicados e prazos que serão divulgados, bem como às solicitações e orientações do Núcleo de Assistência e Inclusão Social do Estudante.

9.2 Excepcionalmente, e desde que justificados, poderão ser pagos valores retroativos referentes ao período letivo de 2019.

10 DA IMPUGNAÇÃO

10.1. O presente edital poderá ser impugnado, com a devida fundamentação, por qualquer interessado, no prazo de cinco dias contados a partir de sua publicação.

10.2. Eventuais impugnações serão apreciadas e decididas pela Diretoria de Assuntos Estudantis, no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da impugnação, a qual deve ser encaminhada para o e-mail: dgae@ifbaiano.edu.br.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A Comissão Local de Assistência Estudantil poderá recomendar à Direção Geral do *Campus* o remanejamento dos recursos destinados aos auxílios do PAISE, quando não for constatada demanda prioritária para algum deles.

11.2 A qualquer tempo poderão ser efetuadas, pelo Núcleo de Assistência e Inclusão Social do

Estudante, novas entrevistas, visitas domiciliares e/ou solicitação de documentação para acompanhamento da situação do estudante beneficiado pelos auxílios.

11.3 É de inteira responsabilidade do estudante acompanhar o processo de seleção do Programa.

11.4 As denúncias sobre quaisquer inverdades na apresentação de informações, ou documentos entregues, poderão ser dirigidas à Comissão Local de Assistência Estudantil e/ou a Ouvidoria do IF Baiano (<http://ifbaiano.edu.br/portal/ouvidoria/>).

11.5 A participação do estudante neste Programa implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

11.6 Dúvidas e demais informações devem ser enviadas para o e-mail: dgae@ifbaiano.edu.br.

11.7 Os casos omissos serão analisados em primeira instância pela Comissão Local de Assistência Estudantil e, caso necessário, pela Diretoria de Assuntos Estudantis.

Salvador, 13 de março de 2019.

Original Assinado

MARCELITO TRINDADE ALMEIDA

Reitor do IF Baiano em exercício

ANEXO C – QUADRO DE ANÁLISE SOCIOECONÔMICA 2020

QUADRO DE ANÁLISE SOCIOECONÔMICA 2020

Aspecto Social	Informação	Pontuação	Pontuação Máxima	Pontuação obtida
Renda Familiar <i>Per Capita</i>	Até 261,25	25,0	25,0	
	De 261,26 a 522,50	20,0		
	De 522,51 a 783,75	15,0		
	De 783,76 a 1.045,00	10,0		
	De 1.045,01,01 a 1.306,25	5,0		
	De 1.306,26 a 1.567,50	2,0		
Situação de Trabalho/ Renda (considerar a situação do membro da família com renda mais alta)	Desempregado	4,0	4,0	
	Trabalho informal / incerto	3,0		
	Trabalho rural	2,0		
	Trabalho formal / renda fixo	1,0		
Origem Escolar	Todo em Pública	5,0	5,0	
	Pública / Privada com Bolsa	4,0		
	Pública / Privada	3,0		
	Privada com Bolsa	2,0		
	Privada	1,0		
Doença do Estudante que impacta na dinâmica familiar	Muito impacto	2,0	2,0	
	Pouco impacto	1,0		
	Não se aplica	0,0		
Doença em Pessoa da Família que impacta na dinâmica familiar	Muito impacto	2,0	2,0	
	Pouco impacto	1,0		
	Não se aplica	0,0		
Estudante com Deficiência que impacta na dinâmica familiar	Muito impacto	2,0	2,0	
	Pouco impacto	1,0		
	Não se aplica	0,0		
Pessoa da Família com Deficiência que impacta na dinâmica familiar	Muito impacto	2,0	2,0	
	Pouco impacto	1,0		
	Não se aplica	0,0		
Zona de residência	Rural	2,0	2,0	
	Urbana	1,0		
Moradia de origem	Alugada	5,0	5,0	
	Financiada por programas governamentais	4,0		
	Financiada por instituições financeiras	3,0		
	Cedida/Herança	2,0		
	Própria	0,0		
Meio de Transporte necessário para o deslocamento	Transporte coletivo	4,0	4,0	
	Transporte subsidiado pela prefeitura parcialmente	3,0		
	Transporte Próprio	2,0		
	Transporte subsidiado pela prefeitura	1,0		
	Não precisa de transporte	0,0		
Participação em Programas Sociais	Sim	1,0	1,0	
	Não	0,0		
Possui idoso com 60 anos ou mais na família	Sim	1,0	1,0	
	Não	0,0		
Possui crianças com até 5 (cinco) anos, 11 meses e 29 dias de idade no ato da inscrição.	Sim	1,0	1,0	
	Não	0,0		
Possui gestante na família	Sim	1,0	1,0	
	Não	0,0		
Fragilização de vínculos	Alta complexidade	5,0	5,0	
	Média complexidade	3,0		
	Baixa complexidade	1,0		
	Não se aplica	0,0		
Informação adicional	Aspectos de vulnerabilidade e risco social não contemplados no barema.	Até 8,0	8,0	
Total Geral			70,0	

Fonte: Elaborado pela categoria de assistentes sociais do IF Baiano (2020).